

IV Plenária Nacional de Economia Solidária

Relatório final



Índice

1. Introdução.....	5
1.1. Processo de construção da IV Plenária Nacional.....	5
1.2. A IV Plenária Nacional de Economia Solidária.....	6
1.3. Estrutura do relatório.....	8
2. Bandeiras e estratégias de ação.....	11
2.1. Mosaico do desenvolvimento que queremos.....	11
2.2. Produção, Comercialização e Consumo Solidários.....	13
2.3. Formação.....	21
2.4. Sistema Nacional de Finanças Solidárias (SNFS).....	30
2.5. Marco Legal.....	35
3. Natureza, estrutura e forma de funcionamento do FBES. 42	
3.1. Da natureza e finalidades.....	42
3.2. Dos segmentos e representação.....	43
3.3. Da estrutura e forma de funcionamento.....	45
Anexo A: Itens da seção 3 a serem deliberados na VIII Reunião da Coord. Nacional.....	51
Anexo B: Programação.....	56
Anexo C: Regimento de funcionamento da IV Plenária Nacional de Economia Solidária.....	57
Da IV Plenária Nacional.....	57
Dos/as participantes	57
Da Coordenação da IV Plenária.....	57
Do funcionamento da IV Plenária.....	57



Anexo D: Lista de participantes da IV Plenária Nacional de Economia Solidária.....	59
<i>Representantes das Plenárias Estaduais.....</i>	<i>59</i>
<i>Observadoras/es.....</i>	<i>62</i>
<i>Comissão Organizadora Nacional.....</i>	<i>63</i>
<i>Secretaria Executiva e apoios operacionais.....</i>	<i>63</i>
Anexo E: Prestação de contas da IV Plenária Nacional.....	64
Anexo F: Prestação de contas financeira do período de 2004 a 2008.....	65
<i>F.1. Quadros-resumo.....</i>	<i>65</i>
<i>F.2. Detalhamento de cada projeto.....</i>	<i>66</i>
Anexo G: Relatório de atividades do FBES de setembro de 2006 a março de 2008.....	71
<i>G.1. Introdução.....</i>	<i>71</i>
<i>G.2. Organização política e gestão do FBES.....</i>	<i>71</i>
<i>G.3. Atividades realizadas e participação em eventos.....</i>	<i>75</i>
<i>G.4. IV Plenária Nacional de Economia Solidária.....</i>	<i>85</i>





Capítulo 1: Introdução

1. Introdução

1.1. Processo de construção da IV Plenária Nacional

Frente à atual conjuntura política e com os avanços obtidos pelo movimento de Economia Solidária no Brasil, afirmados com a realização da I Conferência Nacional de Economia Solidária em 2006 e a implantação do Conselho Nacional de Economia Solidária, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) desencadeou um amplo processo de debates em todos os estados do país durante 2 anos, ou seja, a construção da IV Plenária Nacional de Economia Solidária, seguindo os seguintes passos:

VI Reunião da Coordenação Nacional do FBES e Encontros Regionais de Reestruturação (2006-2007)

A motivação inicial de realização da IV Plenária Nacional foi o debate sobre reestruturação do FBES desencadeado com a implantação do Conselho Nacional de Economia Solidária logo após a I Conferência Nacional de Economia Solidária, no primeiro semestre de 2006. O que ocorreu, na VI Reunião da Coordenação Nacional do FBES, em junho de 2006, foi que o papel do FBES deveria ser repensado visto que o Conselho Nacional supriria o papel de ser um espaço de interlocução entre sociedade civil e governo dentro da estrutura governamental. Seguiram-se então os **5 encontros regionais de reestruturação** no primeiro semestre de 2007, a partir do documento de referência construído pela comissão de reestruturação nomeada naquela VI Reunião da Coordenação Nacional e que foi enviado antecipadamente aos Fóruns Estaduais para que preparassem seus representantes com seus pontos de vista. Foram ao total aproximadamente 170 representantes de cada um dos 27 Fóruns Estaduais que participaram dos Encontros de Reestruturação, sem contar as pessoas que participaram nas reuniões preparatórias dos Fóruns Estaduais.

Analisando os resultados dos Encontros de Reestruturação, chegou-se à determinação de várias questões prioritárias a respeito do FBES (natureza, segmentos, alianças estratégicas, desafios quanto à sua estrutura) e das principais bandeiras. Todo este material foi sistematizado pela comissão de reestruturação e pela coordenação executiva nacional, transformando-se no "*Texto provocativo para reflexão dos FEESs e Entidades Nacionais*", concluído em março de 2007 e que serviu de subsídio para que os Fóruns Estaduais e Entidades Nacionais se preparassem para a VII Reunião da Coordenação Nacional, realizada em maio de 2007.

VII Reunião da Coordenação Nacional do FBES (2007)

Este documento provocativo teve grande repercussão em reuniões dos Fóruns Estaduais, que enviaram seus relatórios antes da realização da VII Reunião da Coordenação Nacional. Entidades Nacionais também fizeram as reflexões e enviaram relatórios. Este vasto conjunto de material foi sistematizado pela comissão de reestruturação e pela coordenação executiva e esta sistematização foi apresentada durante a VII Reunião da Coordenação Nacional, que, entre outras importantes deliberações, definiu o caráter da IV Plenária, a composição da Comissão Organizadora Nacional, os critérios para definir a quantidade de participantes por estado, e os resultados esperados para a plenária nacional.

Caravana rumo à IV Plenária Nacional (2007)

A partir desta VII Reunião da Coordenação Nacional, continuou o processo de construção da Plenária, com a elaboração do **documento-base** (disponibilizado no dia 1º de agosto de 2007) e realização da **Caravana Rumo à IV Plenária Nacional**, que consistiu em 5 seminários regionais com a participação das/dos representantes da Coordenação Nacional e dos pontes de cada estado da região, totalizando 120 representantes dos Fóruns Estaduais e Entidades Nacionais participando diretamente destes seminários regionais. Foi um rico processo de construção, em que foram identificados e aprofundados os métodos e objetivos para as plenárias estaduais: o principal objetivo era preparar as/os integrantes da Coordenação Nacional e os/as pontes estaduais para a realização dos debates em seus estados e de sua plenária estadual.

Fruto desta caravana e dos debates que ocorreram, foi elaborado a muitas mãos o "*Caderno de aprofundamento*", que depois foi impresso e enviado como subsídio para enriquecer os debates e processos formativos nos estados. Além disso, a secretaria executiva compilou um banco de dados com todas as 548 deliberações construídas pelo movimento de ES em vários eventos importantes, incluindo a I Conferência Nacional de Economia Solidária (2006), o I Encontro Nacional de Empreendimentos Solidários (2004) e a III Plenária Nacional de ES (2003).



Atividades preparatórias e plenárias estaduais (2007-2008)

Com este material (documento-base, caderno de aprofundamento e banco de deliberações do movimento de Economia Solidária), os Fóruns Estaduais organizaram suas atividades preparatórias: plenárias microrregionais, oficinas, grupos de estudos, seminários formativos, entre outros. Depois disso, organizou suas Plenárias Estaduais. Foram realizadas ao todo 25 plenárias estaduais e mais de 130 atividades preparatórias envolvendo diretamente mais de 4.000 pessoas em todo o país.

O conjunto de relatórios das Plenárias Estaduais foi sistematizado pela Comissão Organizadora, e o documento-base para a Plenária Nacional foi disponibilizado no dia 10 de março de 2008 para que os/as representantes estaduais pudessem se preparar junto a seus Fóruns Estaduais para a IV Plenária Nacional, descrita brevemente a seguir e cujos resultados estão neste relatório.

1.2. A IV Plenária Nacional de Economia Solidária

Nos dias 26 a 30 de março o FBES organizou, em Luziânia/GO (30 km de Brasília/DF), como fruto de todo este processo, a IV Plenária Nacional de Economia Solidária, com a participação de 288 representantes das Plenárias Estaduais, além de 32 observadores, totalizando 320 participantes, de todos os estados do país e com a presença de representantes de redes internacionais. Esta Plenária não foi apenas um evento de 4 dias, mas sim o fruto de um processo que se iniciou em maio de 2006, e que teve como marca a intensa participação dos estados em sua construção, o que foi uma de suas principais marcas: o respeito e a ligação forte com os debates vindos dos estados, da base.

O documento-base nacional foi um espelho fiel do que vinha dos estados, com toda a sua diversidade e diferenças. Trouxe para o debate questões essenciais para o futuro do FBES: sua agenda prioritária de lutas e a sua natureza e estrutura de funcionamento. Tudo isso foi fruto de uma constatação muito evidente: o FBES precisava mudar, para dar conta dos enormes desafios que o crescimento e ampliação de atores construtores da Economia Solidária apresentavam. Esta foi a tônica, o principal objetivo, que com muito debate e momentos de construção foi cumprido.

O fato de conseguir dar conta de uma agenda intensa e desgastante durante os 4 dias de Plenária demonstra a maturidade de todos e todas que estão construindo a Economia Solidária em seus bairros, empreendimentos, comunidades indígenas, rurais, ribeirinhas, vicinais, assentamentos, cidades e estados. A metodologia contemplou um processo de construção passo a passo, em que a cada novo momento era possível ver os resultados sistematizados dos momentos anteriores. Além disso, cada um destes momentos privilegiava que todos e todas pudessem verdadeiramente serem ouvidos/as e efetivamente contribuíssem.

Místicas, festas, comercialização, atividades culturais e de trocas solidárias

Um dos elementos fundamentais de toda a plenária foi o trabalho da Equipe de Mística, Dinâmica e Trocas Solidárias, que conseguiu realizar momentos muito bonitos em que éramos convidadas/os a nos lembrar do que nos move, dos princípios fundamentais de trabalho coletivo, solidariedade e união. Foram danças circulares, mensagens nos grupos, músicas, comercialização, festas (com direito a “palco aberto”, em que cada um e cada uma mostrava o que sabia tocar), atividade de trocas e festas dançantes, em um clima de celebração, alegria e partilha entre as pessoas de todos os estados do país.

Bandeiras de luta

Para o debate das principais bandeiras de lutas nos quatro eixos, trabalhamos primeiro diretamente no documento-base (que por sua vez tinha fielmente os resultados dos debates dos estados) em 25 grupos de trabalho, e depois trabalhamos a partir destes resultados nas quatro mini-plenárias por eixos, e finalmente na plenária com os resultados sistematizados das 4 mini-plenárias. Cada uma destas sistematizações tomou trabalhos que foram até 3h ou 4h da manhã, com a presença das/os facilitadoras/es e integrantes das relatorias e da comissão organizadora nacional, e garantiu que o conjunto de delegadas e delegados tivesse plena consciência (recebendo cópias em mãos do trabalho sistematizado), a cada dia, dos avanços e pudessem fazer as correções através da plenária.

O eixo de **Produção, Comercialização e Consumo Solidários** foi o eixo mais concorrido e com maior participação de delegadas/os, e definiu, entre várias outras orientações importantes, que as bandeiras prioritárias para este eixo serão: **1)** Por programas e políticas de infra-estrutura e apoio à formação de redes e cadeias de produção, comercialização, consumo e logística solidária; **2)** Por um Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário; **3) Interna:** Criar e articular redes e cadeias de produção, comercialização e consumo.



O eixo de **Formação** elencou três bandeiras principais, sendo que a primeira foi considerada como estruturante e portanto central, complementada pelas duas seguintes. São elas: **1)** Realizar ações de formação junto aos/às trabalhadores/as da Economia Solidária; **2)** Articular e fomentar a Rede de Formadores em Economia Solidária; **3)** Pelo financiamento público a pesquisas e tecnologias para melhoria da produção e outras temáticas da Economia Solidária.

Já o eixo de **Finanças Solidárias** apontou que este eixo deve mudar de nome, de modo a explicitar a sua bandeira estruturante: este eixo passa a se chamar “Por um Sistema Nacional de Finanças Solidárias”, e tem como bandeira prioritária, que lhe dá sustentação e é uma das bandeiras mais importantes para o FBES hoje a construção do PRONADES: “Por um Programa Nacional de Desenvolvimento da Economia Solidária – PRONADES”.

Por fim, o eixo **Marco Legal** foi um dos mais difíceis de se trabalhar. Havia a contribuição de facilitadoras/es que compreendiam muito do assunto e tinham posições divergentes, de modo que houve um debate profundamente rico com uma grande diversidade de argumentos e proposições. Este eixo acabou não conseguindo identificar 2 ou 3 bandeiras prioritárias, mas fez um grande trabalho de síntese com um texto de orientações para o eixo e detalhamentos das bandeiras. Portanto, as bandeiras principais seguem sendo as 6 que vieram das plenárias estaduais, ou seja: **1)** Por uma Lei Geral da Economia Solidária; **2)** Pela alteração, aprovação e implementação das leis de Cooperativismo (geral e específicas) de acordo com os princípios e valores da Economia Solidária; **3)** Pela aprovação e implementação de leis municipais e estaduais de reconhecimento e fomento à Economia Solidária; **4)** Por uma tributação diferenciada para empreendimentos de Economia Solidária; **5)** Pela regulamentação e ampliação do mercado institucional para produtos e serviços da Economia Solidária; **6) Interna:** Consolidar articulações do FBES com o poder legislativo.

Além desta definição de bandeiras prioritárias, a plenária conseguiu apontar, para cada uma das 25 bandeiras trazidas das plenárias estaduais, orientações de ações e principais alianças, além de um conjunto de orientações para cada um dos 4 eixos. Todo este material está apresentado no capítulo 2 deste relatório.

Natureza, estrutura e funcionamento do FBES

Já no debate sobre natureza e estrutura do FBES, um longo, exaustivo e bonito exercício de construção coletiva foi realizado nos trabalhos em 10 grupos durante duas tardes e boa parte de uma noite, que se debruçaram sobre as inúmeras propostas que vinham dos estados sobre natureza, estrutura e funcionamento do FBES. Este trabalho foi repassado à equipe de sistematização, que durante 13 horas de trabalho ininterrupto conseguiram transformar os mais de 500 pontos de propostas dos grupos em um conjunto de documentos que poderia ser submetido à avaliação e deliberação pela segunda grande plenária, que ocorreu no domingo durante todo o dia.

Esta plenária conseguiu, corajosamente e com excelente condução da mesa, cumprir com 35 dos 39 pontos que foram levantados pela equipe de sistematização.

A última deliberação da Plenária foi de que os pontos restantes com relação à estrutura e funcionamento do FBES (ver Anexo A) devem ser deliberados na VIII Reunião da Coordenação Nacional.

Foram tomadas importantes deliberações acerca da natureza do FBES, ao ser aprovado que:

“O FBES é um instrumento do movimento da Economia Solidária, um espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais pela construção da economia solidária como base fundamental de outro desenvolvimento sócio econômico do país que queremos.”

Além disso, foram definidos de maneira bem precisa o que são empreendimentos solidários e entidades de assessoria, incluindo aí a necessidade de se comprovar seus compromissos para a construção dos fóruns locais (municipais, microrregionais e estaduais). A participação dos gestores públicos como um segmento do FBES foi reafirmada, com a condição de que estejam articulados em rede, o que representou um grande avanço de compreensão sobre este segmento.

Também se definiu uma participação qualificada dos gestores públicos, em rede, na coordenação nacional, correspondendo ao crescimento deste setor no país, com o aumento de municípios e estados com políticas de fomento à Economia Solidária.

Outro avanço foi a decisão de que as entidades e redes nacionais só podem participar se tiverem ação em pelo menos 7 fóruns estaduais, de modo que se garanta seu compromisso com os fóruns locais e sua capilaridade, e com isso não haja mais nenhum tipo de privilégio. Não podemos deixar de mencionar também outro significativo avanço, que foi o de qualificar melhor as condições obrigatórias para que um Fórum Local (municipal, microrregional e estadual) seja realmente reconhecido enquanto tal, além de indicadores para podermos avaliar o seu avanço.



Estes são apenas alguns exemplos de conquistas históricas desta plenária, que dão as bases para uma nova estrutura do FBES (em nível nacional, estadual, microrregional e municipal) que corresponda aos desafios que o FBES tem que enfrentar daqui para frente, até a próxima plenária nacional, que ocorrerá, também segundo deliberação, dentro de 3 anos.

Mulheres

As mulheres emocionaram a todas e todos da plenária ao fazerem uma mobilização ao final da plenária de sábado, apontando, de maneira bonita com músicas e muita poesia, uma moção em protesto pela pouca atenção dada ao tema no documento-base. Esta carta também será anexada ao documento final com a sistematização da plenária. As mulheres eram maioria na plenária, compondo 57% do conjunto de delegadas e delegados.

Este alerta trouxe à tona um debate que vem sendo inserido pouco a pouco nas reuniões da coordenação nacional, e que agora tomará mais corpo: a importância da participação das mulheres nas atividades de economia solidária, não só na produção mas nas instâncias de deliberação, na comercialização e na administração.

Articulações internacionais

Apesar desta plenária não ter se debruçado sobre um eixo específico de relações internacionais, aconteceram duas atividades importantes durante a plenária que reforçam a necessidade de intensificarmos o debate da Economia Solidária para além do país, envolvendo especialmente a América Latina.

A primeira atividade foi a mesa de diálogo com convidadas/os internacionais: **Nedda Angulo**, do Peru, representando a RIPESS (Rede Intercontinental de Promoção da Economia Social e Solidária, da qual o FBES faz parte em seu Conselho de Administração); **Pablo Guerra**, do Uruguai, representando o *Espacio Mercosur* (uma rede de articulação para a busca de relações concretas de colaboração entre empreendimentos solidários do mercosul e também para a incidência no Mercosul e outros nesta região); **Rosângela Alves**, da Universidade de Kassel (Alemanha); **Charles e Jean-François**, do Chantier (aliado do FBES, o Chantier é uma organização de natureza semelhante ao FBES no Quebec-Canadá).

Nedda e Pablo Guerra trouxeram uma análise de conjuntura da situação na América Latina e apontaram a importância da articulação internacional da economia solidária nesta região do continente. Rosângela Alves demonstrou como o Brasil (especialmente as incubadoras universitárias) tem inspirado um movimento semelhante na Alemanha. Por fim, os companheiros do Chantier do Québec estiveram mais uma vez em um momento importante de nossa história, e anunciaram a publicação do livro *“Ousar a solidariedade: partilha de práticas de economia social e solidária no Brasil e no Quebec”*, elaborado pelo FBES e pelo Chantier e impresso em português e em francês, com fichas-síntese de várias iniciativas de economia solidária no Brasil e no Quebec.

A segunda atividade de relações internacionais foi uma reunião, organizada pela SENAES/MTE, a pedido do governo do estado do Pará, entre integrantes do GT de Relações Internacionais FBES-SENAES e gestores do governo paraense, para reflexão sobre como garantir a Economia Solidária no Fórum Social Mundial 2009, que ocorrerá em Belém, tanto nos debates como no apoio de produtos e serviços da ES para a própria construção do evento.

1.3. Estrutura do relatório

O presente relatório está organizado de modo similar ao documento-base nacional, com 3 capítulos:

- O **Capítulo 1** contextualiza o processo de construção da IV Plenária Nacional e destaca alguns elementos do evento.
- O **Capítulo 2** traz as deliberações da Plenária a respeito das bandeiras e orientações gerais de cada um dos quatro eixos da Plenária. Além disso, abre-se com o mosaico de palavras-chave elaborado pelos grupos ao debaterem o tema do “desenvolvimento e economia solidária”, o eixo agregador da Plenária. Este tema do desenvolvimento aparece também nas orientações gerais de cada um dos eixos, enquanto seu horizonte mais amplo de transformação social.
- Por fim, o **Capítulo 3** apresenta o conjunto de deliberações da Plenária quanto à natureza, estrutura e forma de funcionamento do FBES, tanto as deliberações que foram consensuadas pelos vários grupos quanto as que foram deliberadas na última sessão de plenária. Os itens que não são consensuais entre os grupos e não foram deliberados na última sessão plenária são apresentados no **Anexo** ^a



Além destes três capítulos, o relatório apresenta 7 anexos:

- O **Anexo A** apresenta os itens sobre a estrutura e forma de funcionamento do FBES que devem ser deliberados na VIII Reunião da Coordenação Nacional.
- O **Anexo B** é a Programação da Plenária.
- Já no **Anexo C** temos o Regimento Interno aprovado no primeiro momento da Plenária.
- As listas de representantes das Plenárias Estaduais, de observadores/as, da Comissão Organizadora Nacional e da Equipe de Apoio estão no **Anexo D**.
- O **Anexo E** apresenta a prestação de contas da IV Plenária Nacional (o evento de quatro dias em março de 2008) e do apoio às Plenárias Estaduais.
- Seguindo deliberação incluída no regimento interno, o **Anexo F** apresenta a prestação de contas financeira do FBES no período entre 2004 e 2008, completando 5 anos.
- Por fim, no **Anexo G** é apresentado um relatório resumido de atividades do FBES entre setembro de 2006 e março de 2008.

*Comissão Organizadora Nacional
Relatório concluído no dia 4 de junho de 2008*



A central blue and white globe is surrounded by ten stylized human figures in various colors (purple, pink, blue, orange, brown, green, yellow) holding hands in a circle. The text is overlaid on this graphic.

Capítulo 2: Bandeiras e estratégias de ação

2. Bandeiras e estratégias de ação

2.1. Mosaico do desenvolvimento que queremos

No início da Plenária, 25 grupos se reuniram para discutir sobre qual o desenvolvimento que queremos para o Brasil, a partir das práticas, conceitos e valores da Economia Solidária. Cada grupo produziu então um conjunto de frases maiores e palavras-chave que conformaram o “mosaico do desenvolvimento que queremos”, organizado pelas/os facilitadoras/es e relatoras/es dos grupos e exposto em um painel durante todo o encontro.

Segue abaixo este conjunto de frases e palavras-chave. Elas estão agrupadas como o foram durante a IV Plenária Nacional, em que compuseram um grande mosaico sobre desenvolvimento. No caso de uma mesma palavra-chave ter sido apontada por mais de um grupo, a quantidade é indicada entre parênteses.

2.1.1. Conjunto de afirmações sobre o desenvolvimento que queremos

- Não existe desenvolvimento sem políticas públicas que assegurem marco legal e finanças solidárias adequadas, sem terras para agricultura familiar e sem valorização do outro.
- Outro mundo é possível para todos e todas.
- Alternativa, acúmulo, formação, princípios eficazes de uma economia em construção.
- Solidariedade, sustentabilidade e autogestão representam transformação socioeconômica.
- Queremos um desenvolvimento que considere a solidariedade, a produção democrática, o respeito pelo ser humano e ao meio ambiente e que as decisões venham das bases.
- Queremos um desenvolvimento coletivo sustentável.
- A economia solidária não oferece emprego, mas sim trabalho e dignidade.
- O que queremos? Superar o capitalismo ou conviver com ele?
- Queremos um modelo de desenvolvimento centrado na propriedade coletiva, no respeito às diversidades regionais e na preservação da natureza.
- A economia solidária oferece, através dos processos autogestionários, possibilidades de uma re-educação, construindo uma nova consciência de consumo solidário ofertando a sustentabilidade econômica, social e ambiental com controle social coletivo.
- Nosso desenvolvimento tem como prioridades construir a economia solidária como força econômica, baseada na apropriação coletiva, na autogestão, na sustentabilidade e na radicalização democrática.
- É preciso cooperação solidária para o desenvolvimento sustentável.
- Caminhamos para a solidariedade, a sustentabilidade, a autogestão, o controle e a justiça social, cadeias e redes solidárias.
- Queremos a construção de novas relações sócio-econômicas.
- Queremos um desenvolvimento social, econômico e político que garanta a igualdade de gênero, o empoderamento das pessoas, o acesso ao conhecimento produzido culturalmente e a apropriação de tecnologias adequadas às realidades dos empreendimentos.
- Outra economia acontece construindo novas relações.
- A economia solidária se constitui com movimento dos Fóruns, redes e cadeias, entre outros, como estratégia para o desenvolvimento sustentável de um novo tecido social, por meio da educação em todos os seus níveis.
- Queremos conduzir e não sermos conduzidos!
- Múltiplas vozes e sonhos, muitos caminhos e desafios.
- Queremos reinventar o processo de trabalho, promovendo a vida.
- Queremos um desenvolvimento que favoreça a auto-organização e autonomia das/os trabalhadoras/es.
- A economia solidária deve ser concebida como um dos instrumentos de uma nova revolução socialista.
- Queremos um processo autogestionário que proporcione a emancipação através do trabalho e do desenvolvimento integral do ser humano.
- Queremos um país com as riquezas distribuídas e com a biodiversidade preservada, garantindo vida digna para todas e todos!
- Queremos radicalizar a democracia com sustentabilidade, integrando para não entregar.



2.1.2. Palavras-chave sobre o desenvolvimento que queremos

Desenvolvimento...

- Local
- Integrado e sustentável
- Cooperativo, solidário e sustentável
- Fortalecimento territorial

Princípios...

- Sustentabilidade (10 grupos)
- Sustentabilidade econômica, social e ambiental
- Solidariedade (5 grupos)
- Cooperação (3 grupos)
- Autogestão (11 grupos)

Transformação pelo trabalho...

- Força econômica
- Transformação (2 grupos)
- Trabalho emancipado
- Alternativa

Educação, conhecimento e aprendizados...

- Formação (3 grupos)
- Conhecimento e articulação da produção e das demandas entre os produtores
- Emancipatório
- Autonomia
- Participação
- Dificuldades comuns
- Re-educação
- Educação para autogestão
- Linguagem popular
- Educação para o consumo consciente (3 grupos)
- Consumo eco-solidário com respeito à diversidade
- Organização popular
- Empoderamento
- Conhecimento (2 grupos)
- Acúmulo

Valores...

- Ousadia
- Persistência
- Ideologia

Democracia, diálogo, partilha e articulação...

- Radicalização da democracia
- De baixo para cima
- Descentralização
- Articulação (3 grupos)
- Intercâmbio
- Interação
- Integração
- Reforma urbana e reforma agrária

Fluxos econômicos...

- Definir uma estratégia para produção, comercialização e consumo solidário.
- Redes e cadeias (3 grupos)
- Consolidação



Diversidade...

- Igualdade
- Humano
- Garantir a participação efetiva da economia solidária considerando gênero e etnia
- Diversidade
- Identidade
- Cultural
- Gênero
- Valorização
- Respeito (2 grupos)
- Conquistas
- Inclusão

Marco Legal e políticas públicas...

- Legislação (2 grupos)
- Direito
- Política pública (3 grupos)
- Controle social coletivo (2 grupos)
- Democratização da economia e efetivação dos direitos sociais

2.2. Produção, Comercialização e Consumo Solidários

2.2.1. Considerações gerais

Quando falamos que “Outra Economia Acontece”, estamos nos referindo à prática da Economia Solidária, que aparece justamente nas iniciativas de produção, comercialização e consumo solidários. Trata-se de um eixo complexo, pois envolve e articula os diferentes estágios da atividade econômica dos empreendimentos solidários, desde a produção até o consumidor final.

Um dos grandes desafios está justamente em construir uma diversidade de estratégias para a alteração dos atuais mecanismos de funcionamento do mercado e das atividades econômicas, que ao mesmo tempo dêem um retorno imediato aos empreendimentos solidários para que a economia solidária aconteça concretamente e mostre seus resultados e suas vantagens para a sociedade brasileira.

A vida econômica dos empreendimentos solidários e as diversas possibilidades de transformação dos atuais modelos de produção, de mercado e de consumo em nossa sociedade encontram-se então nesse eixo. Suas bandeiras prioritárias são bastante inter-relacionadas, dependem fortemente das bandeiras dos outros 3 eixos tratados na IV Plenária (Formação, Finanças Solidárias e Marco Legal) e apontam essencialmente para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à potencialização, fortalecimento e consolidação de redes e cadeias de produção, comercialização e consumo solidárias, nas áreas de logística, infra-estrutura e para a criação de espaços de comercialização e distribuição. Essas políticas devem ter um caráter nacional, indo além de programas governamentais e devem respeitar as características regionais e locais, lutando pela criação de mecanismos de reconhecimento.

Neste sentido, a identidade e o reconhecimento dos produtos e serviços da economia solidária por parte de consumidores são de fundamental importância. Dentre as formas de garantia, os sistemas participativos, por serem baseados na autogestão, envolvendo os vários elos (produtores/as, consumidores/as e comerciantes/distribuidores/as) contribuem para que o processo de certificação e criação de identidade da economia solidária aconteçam por iniciativa e organização do próprio movimento de economia solidária de forma democrática e participativa. Além disso, estes sistemas têm forte elemento de apoio ao desenvolvimento local solidário, pois criam um ambiente e uma identidade dentro dos territórios, fortalecendo as cadeias curtas de produção, comercialização e consumo.

Outra ferramenta estratégica para dinamizar a circulação econômica nos territórios dentro dos princípios da Economia Solidária é a incorporação das moedas sociais. As moedas sociais são instrumentos para fortalecer redes e cadeias de produção, comercialização e consumo solidários e ao mesmo tempo apontam para formas diferentes de crédito à produção ou ao consumo. Além disso, exigem uma identidade por parte de quem está utilizando (seja identidade territorial, do bairro ou da comunidade, seja identidade de setor econômico ou de grupo de trocas). O desafio é garantir a força propositiva e transformadora das relações de mercado que esta ferramenta pode oferecer.



O FBES (local e nacionalmente) pode e deve avançar criando e dando visibilidade a experiências próprias do movimento neste eixo, buscando articular a **dimensão política** com a **dimensão econômica** em suas ações, além de lutar pelas políticas públicas de apoio à produção, comercialização e consumo solidários. Se uma destas dimensões for privilegiada em detrimento da outra, o movimento perde a sua identidade.

A perspectiva de transformação social que constitui o horizonte mais amplo do movimento de Economia Solidária só pode ser garantida se conseguirmos afirmar os empreendimentos solidários como *motores de desenvolvimento* local, solidário e sustentável, o que indica a responsabilidade e importância deste eixo e da estratégia de organização e articulação em redes e cadeias solidárias. A IV Plenária Nacional de Economia Solidária aceitou este desafio, e construiu um conjunto de orientações, bandeiras prioritárias, ações e alianças estratégicas que servirão como base para a atuação do FBES:

2.2.2. Orientações

- As políticas públicas devem ser resultado da pressão e negociação do movimento social para promover a convergência de ações de diferentes órgãos públicos e Construir as políticas públicas de ES com controle social.
- Regulação da economia solidária pela sociedade civil através de um estado democratizado, priorizando o setor da ES.
- É prioritária a articulação de estratégias para a consolidação da economia solidária como Política de Estado, assegurando sua existência de fato e de direito.
- Há necessidade da combinação e experimentação de uma diversidade de estratégias de comercialização para implementar as bandeiras deste eixo, considerando as especificidades locais e do segmento produtivo.
- Que o SNCJS – Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário, promulgado na esfera nacional, seja reconhecido como soberano na definição de princípios e critérios de CJS em território brasileiro, e se estenda as esferas estaduais e municipais.
- Fomentar práticas militantes de consumo consciente, estimulando a criação de novas e articulando as já existentes, que priorizem a aquisição coletiva e organizada de produtos da economia solidária.
- Garantir campanhas de divulgação e visibilidade da economia solidária, tendo como eixo o “consumo como ato político”.
- A identidade da economia solidária articula em igualdade de importância a dimensão política e a dimensão econômica.
- Intensificar a integração das bandeiras e ações do PCCS e do marco Legal no que se refere a tributação, vigilância sanitária personalidade jurídica.
- Criar implantar e fortalecer as redes e cadeias, oportunizando transferências de tecnologias apropriadas.
- Usar de forma qualificada ferramentas e mecanismo que valorize os produtos da ES.
- Criar estratégias de desenvolvimento econômico, social e ambientalmente sustentável.
- Promover politicamente a interação entre produção, comercialização, distribuição e consumo de modo a mobilizar o espaço de interação do desenvolvimento dos produtos da economia solidária.
- Construir ações de valorização dos trabalhos das mulheres, fortalecer a presença dos espaços de PCCS, garantindo linhas de créditos para as mulheres urbanas, desburocratizar o acesso ao PRONAF mulher, e a economia solidária tem que ampliar a discussão de gênero, não refletindo apenas sobre a questão produtiva, mas sobre a ótica reprodutiva. Refletindo sobre o trabalho doméstico.
- Construir uma educação e formação que rompa com as desigualdades de classe, de gênero, raça e etnia, combatendo a linguagem racista e sexista, oral e escrita em todos os documentos e discursos.
- Nosso modelo de desenvolvimento deve ser a partir das realidades locais articuladas com as realidades nacionais.
- Uso qualificado do SIES direcionando para as políticas de mercados locais, regionais e nacional.
- Criar e adequar os espaços de comercialização a partir da estruturação de loja, feiras agroecológicas e economia solidária, armazéns, entrepostos, para comercialização; centro público de formação e comercialização.



- Mercado solidário como estratégia de modificação do mercado convencional (mais lento, porém mais sólido).
- Colocar produtos da economia solidária disponíveis, acessíveis (organizar e mapear produtores e produtos).
- Que os participantes de todos os Fóruns (diferentes níveis) atuem como agentes multiplicadores das propostas de todo o eixo junto aos outros atores com que dialoguem.
- No âmbito das políticas públicas, os avanços ocorridos em termos institucionais, a convergência de ações nos ministérios da esfera federal, nos estados e nos municípios, demonstrando um grande avanço da perspectiva de união de esforços entre diversos órgãos públicos governamentais.
- Há a necessidade de desenvolver ações que promovam a prospecção e diagnóstico dos locais, segmentos e empreendimentos econômicos, a fim de embasar a definição de estratégias para uma transformação do atual modelo de desenvolvimento.
- Desenvolver leitura crítica sobre as práticas da economia solidária, tais como feiras e eventos e incorporar a dimensão da cultura em tais atividades.
- As políticas públicas, para setores produtivos urbanos e rurais são pouco conhecidas, pois falta democratização da informação. O FBES precisa criar mecanismos e canais de informação sobre as políticas públicas, em especial, a comercialização; destacamos: SECAFES, SNCJS, PAA, Pronaf entre outros, ampliando assim o acesso dos reais protagonistas da economia solidária as fontes públicas de fomento e promoção.
- A economia solidária deve privilegiar a certificação participativa, mas havendo a necessidade de ampliar a discussão sobre o Sistema Nacional de Comércio justo, havendo necessidade refletir sobre o processo de produção, quebrando a lógica de exploração infantil, exploração da mulher, exploração do meio ambiente, verificando o processo integral da produção e comercialização.
- Ampliar o diálogo com conjunto dos movimentos sociais e com os programas governamentais para o fortalecimento da economia solidária e a construção de políticas públicas para a mesma.
- Que o FBES realize uma campanha nacional em favor da democratização da informação sobre a economia solidária por meio da Rede Brasil (rede pública de televisão) e outros veículos difundindo o consumo, a comercialização e a produção solidária.
- Que o FBES priorize a organização de Redes de produção – comércio consumo como forma de assegurar os preços justos com base na autogestão.
- Que o FBES atue no fortalecimento dos sistemas de certificação participativa integrando quem produz, quem comercializa e quem consome.
- Que o FBES realize o mapeamento e detalhamento da produção da economia solidária em diversidade, quantidade e localidade e desenhe redes territoriais cruzando demandas de matéria prima com as ofertas existentes na economia solidária e seja disponibilizado para o conjunto dos empreendimentos do FBES.
- Que o FBES dialogue com a SENAES e os diversos institutos de pesquisa e estatística na análise dos dados do mapeamento para realizar uma projeção nacional da magnitude da economia solidária no Brasil, uma vez que foram entrevistadas em média sete empreendimentos por municípios e cerca de apenas metade dos municípios do país (proposta de moção e/ou maior evidência no documento).
- Que o FBES produza um documento de orientação aos governos Municipais e Estaduais sobre a cessão dos espaços públicos e outros apoios com base nos documentos da 1ª Conferência Nacional de Economia Solidária.

2.2.3. Principais bandeiras

a) Bandeiras prioritárias

- **Por programas e políticas de infra-estrutura e apoio à formação de redes e cadeias de produção, comercialização, consumo e logística solidária**
- **Por um Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário**
- *Interna:* **Criar e articular redes e cadeias de produção, comercialização e consumo**

b) Bandeiras complementares

- **Por programas e políticas de apoio à criação e sustentação de espaços de comercialização solidários**
- *Interna:* **Criar e articular espaços e iniciativas de comercialização solidária**
- *Interna:* **Estimular e elaborar propostas de uso de moedas sociais e trocas solidárias**



2.2.4. Detalhamento das bandeiras

a) Por programas e políticas de infra-estrutura e apoio a formação de redes e cadeias de produção, comercialização, consumo e logística solidária

Descrição, condições e características:

- Orçamento de desenvolvimento local e infra-estrutura, para produção, comercialização e consumo solidário, visando à consolidação de redes e cadeias
- Os recursos sejam repassados diretamente para os empreendimentos (sem intermediário)
- Recursos para investimentos e capital de giro e para superar a ausência de infra-estrutura adequada para produção, comercialização e consumo
- Propor discussão para despertar a sociedade para o consumo solidário, incentivando esta prática
- Melhoria do acesso ao local da produção para escoamento de produção
- Levar informações para os locais mais distantes
- Prever assistência técnica em todos os processos
- Aprimorar a fiscalização das ações do governo
- Divulgar através dos meios de comunicação o trabalho desenvolvido pela Economia Solidária
- Garantir cota dos programas para implementação de projetos para adolescentes e jovens
- Promover discussão e formação para contribuir na busca de saídas coletivas para a logística (distribuição, transporte e armazenamento)
- Fortalecer a produção oriunda da economia solidária através da implantação de novas tecnologias, organização das cadeias produtivas, busca de novos mercados, dar visibilidade aos produtos da economia solidária e difundir o consumo solidário
- Apoio ao sistema integrado de produção agroecológica e ambientalmente sustentável
- Apoio à agricultura familiar
- Considerar a climática da região e o aproveitamento dos produtos regionais para a produção e comercialização

Ações:

- Elaborar projetos articulados de produção, comercialização e consumo, articulados em rede e cadeias
- Realizar pesquisas de mercados
- Negociar espaços para comercialização permanente, de compras coletivas e redes de comunicação
- Criar bancos de sementes e de insumos
- Identificar e potencializar os programas e políticas que existem - nacional, estadual e local
- Criar centros públicos da economia solidária
- Implantar o SECAFES
- Cadastrar empreendimentos solidários
- Apoiar as feiras de economia solidária
- Consolidar uma rede visual de comunicação e informação técnica e apoio para projetos locais para grupos econômicos e empreendimentos
- Criar e sustentar espaços de comercialização
- Fazer ações de formação dos empreendimentos
- Realizar atividades de formação e aprofundamento sobre as temáticas de desenvolvimento setorial, câmara setorial solidária e mercado socialmente orientado.

Forças com as quais devemos contar:

- MTE/SENAES, MDA/INCRA e outras secretarias e ministérios do governo federal
- Governos estaduais e municipais
- Parlamentares comprometidos que tenham afinidade com a ES
- Movimentos sociais
- Bancos e Empresas estatais



- Redes e Entidades Nacionais e outras entidades não governamentais
- Universidades
- Rádios comunitárias
- Sindicatos
- Cooperação Internacional

b) Por um Sistema Nacional de Comercio Justo e Solidário (SNCJS)

Descrição, condições e características:

O SNCJS é um sistema ordenado de parâmetros para promover relações comerciais de base justa e solidária, articulando e integrando os empreendimentos solidários em todo território brasileiro;

Ações:

- Certificar os produtos e o trabalho solidário associativo.
- Realizar campanhas comunicativas para o consumo ético, responsável, consciente e solidário, criando grupos de consumidores. Campanha ampla de divulgação de selos.
- Facilitar a formalização dos empreendimentos – facilitando a aquisição do reconhecimento do produto pelos órgãos estatais de vigilância sanitária, etc.
- Buscar a inserção no mercado interno e intercâmbio com outros países.
- Criar um banco de dados alimentado permanentemente e aberto à comercialização dos produtos solidários.
- Garantir a articulação do SNCJS com a segurança alimentar: buscar a garantia de segurança alimentar da população local, principalmente no que diz respeito à produção agroecológica e orgânica.
- Lutar pela garantia espaços públicos a nível local, estadual e federal que sejam referência do Sistema Nacional de Comercio Justo e Solidário.
- Criar um portal de Comércio Justo.
- Lutar por benefícios tributários para os empreendimentos que estiverem certificados no SNCJS.
- Criar mecanismos de controle social através de comissões gestoras com representação de todos os segmentos
- Afirmar a certificação (SNCJS) dos produtos como forma de identificação e organização dos empreendimentos de economia solidária
- Afirmar os Fóruns como espaços de articulação dos empreendimentos solidários para certificação e comercialização dos produtos

Forças com as quais devemos contar:

- Poder público municipal, estadual e federal
- Sistema Privado e público de ensino (para avançar na conscientização do consumo)
- Organizações da sociedade civil
- Consumidores: redes e grupos
- Trabalhadores e trabalhadoras de empresas estatais e outras com concentrações de consumidores
- Movimentos Pastorais e religiosos
- ABNT (Associação Brasileira de Normas e Técnicas)
- Meios de comunicação
- Frente Parlamentar
- Movimentos sociais e sindicais, exemplo: movimento de mulheres, segurança alimentar e justiça ambiental, entre outros
- Poder judiciário
- Sistema S
- Conselho Nacional e Estaduais de Economia Solidária
- Rede de formadores e Centros de formação
- Universidades
- SENAES/MTE
- Programa Nacional de Feiras
- Entidades nacionais, entidades representativas e redes de empreendimentos.



c) Criar e articular redes e cadeias de produção, comercialização e consumo

Descrição, condições e características:

- Redes de economia solidária são formas de integrar diversos atores de produção, comercialização e consumo, finanças e desenvolvimento tecnológico, pesquisa e assistência técnica em estratégias colaborativas voltadas para reorganização das cadeias produtivas baseadas na autogestão, na sustentabilidade ecológica, no apoio mútuo e na distribuição equitativa da renda produzida;
- As Redes:
 - Realizam intercâmbios e comercialização de produtos, serviços, saberes, valores, financeiros compartilhando logísticas e infra-estrutura produtiva;
 - Aproximam produtor e consumidor, campo e cidade, necessidades e ofertas;
 - Detalham informações que permitem decisões estratégicas que ampliam as condições de sustentabilidade dos empreendimentos;
- A reorganização solidária das cadeias produtivas é a base do desenvolvimento local e sustentável que queremos.

Forças com as quais devemos contar:

- Órgãos públicos comprometidos com a economia solidária
- Cooperação internacional
- Governos nas 3 esferas
- Entidades não governamentais
- Trabalhadores de empreendimentos de economia solidária
- Universidade
- Rádios comunitárias e TV Brasil
- Sindicatos e movimentos populares e eclesiais
- Movimentos de software livre
- Pontos de cultura Casa Brasil
- IBGE e correios

Ações:

- Criar e manter instrumentos para efetivação da organização da produção, comercialização, logística e consumo
- Criar meios e divulgação e visibilidade dos produtos e serviços de ES
- Articular espaços para divulgação nas rádios, TVs e Internet
- Criar mecanismos de comunicação entre empreendimentos
- Resgatar mecanismos para o escoamento da produção e armazenamento dos assentamentos e agricultura familiar
- Levar informações para os locais mais distantes
- Realizar planejamento da produção de acordo com necessidades de consumidores na região e para garantir a segurança alimentar e nutricional
- Resgatar espaços públicos abandonados para utilização na comercialização e formação nas cidades do interior
- Fazer e manter levantamentos de dados sobre produção, comercialização e consumo de empreendimentos solidários e consumidores organizados
- Aproximação entre os empreendimentos da capital e do interior do estado
- Criar mecanismos de acesso a Internet que potencializem a comunicação entre os empreendimentos e ao mesmo tempo levem informações para os locais mais distantes
- Realizar diagnósticos territoriais das demandas de consumo final e consumo produtivo cruzando com as ofertas de economia solidária
- Promover processos de produção sob demanda
- Alfabetização para os atores da economia solidária
- Sistematizar informações sobre os empreendimentos, destacando contatos e produtos, inicialmente de empreendimentos que participaram de feiras e eventos de ES, divulgando na internet, tendo como principais parceiros a SENAES e órgãos públicos.
- Organizar e sistematizar experiências exitosas em economia solidária
- Garantir fluxo de informações de programas não só pra um setor, e sim pelos Fóruns
- Destinar parcelas dos recursos dos programas governamentais para os produtos da ES, tendo como referência o PRONADES



- Dialogar com os movimentos sociais e sindicais, objetivando construir espaços de comercialização e consumo da ES
- Criar políticas de incentivo e fomento aos grupos produtivos de mulheres
- Realizar atividades de formação e aprofundamento nas temáticas desenvolvimento setorial, câmara setorial solidária e mercado socialmente orientado.

d) Por programas e políticas de apoio à criação e sustentação de espaços de comercialização solidários

Descrição, condições e características:

- Consideramos que a comercialização é um ponto crucial para a sustentabilidade dos empreendimentos e a maior reivindicação dos mesmos. Os espaços de comercialização vão responder a uma demanda imediata de geração de renda para os empreendimentos.
- Estes espaços de comercialização devem possibilitar a participação direta dos produtores, com o controle social das organizações populares em economia solidária.
- Devem ser criadas, consolidadas e/ou ampliadas as ações e programas já existentes, tais como o apoio às Feiras de Economia Solidária, viabilizando eventos (feiras, exposições, festivais, mercados populares de trocas, circulação de moedas sociais, encontros e oficinas) municipais, microrregionais, estaduais e nacionais.

Ações propostas:

- Estimular a autogestão e a organização de agricultores familiares, em associações cooperativas, redes e sistemas produtivos para a comercialização e consumo.
- Que se direcionem políticas públicas para financiar a estruturação de espaços permanentes de comercialização.
- Fomentar o programa nacional de feiras em rede de ES e Agricultura familiar, com feiras estaduais, regionais, municipais e itinerantes.
- Criar estruturas de controle social e de gestão, integradas à política pública de comercialização e a outras políticas afins.
- Realizar atividades de formação e aprofundamento nas temáticas desenvolvimento setorial, câmara setorial solidária e mercado socialmente orientado.

Forças com as quais devemos contar:

- SNCJS e Programa de feiras - MTE (SENAES) e SECAFES - MDA (suas secretarias afins)
- Fundação Banco do Brasil
- SEBRAE Nacional
- Movimentos Sociais
- Partidos políticos
- CONAB

e) Criar e articular espaços e iniciativas de comercialização solidária

Descrição, Condições e Características

- A comercialização é um dos (senão o principal) obstáculos para o desenvolvimento e consolidação dos empreendimentos solidários, base estruturante do modelo de desenvolvimento que queremos.
- Os empreendimentos de economia solidária devem ser fortalecidos, através da comercialização solidária e garantia de que a população tenha acesso a produtos que contribuam, de forma ética, para a melhoria da qualidade de vida de cada um, da sociedade e do meio ambiente.
- Uma iniciativa de comercialização solidária pode ser entendida como:
 - Um ponto de comercialização, tais como lojas, feiras (fixas ou pontuais), centrais de comercialização ou centros públicos, que visam troca, interação, formação, confraternização e até mesmo ser ponto local de referência da economia solidária.
 - Elaboração de catálogos que contenham as características e informações dos produtos e histórico da EES, e folders com informações dos EES (material de divulgação dos EES e seus produtos).
 - As compras públicas (PAA / CONAB; Compra Direta / EMATER), o comércio eletrônico, a formação de grupos de consumidores e o desenvolvimento de canais de comercialização com o exterior (exportação).



Forças com as quais devemos contar:

- MTE/ SENAES, MDA/INCRA, secretarias estaduais e prefeituras.
- Redes e Entidades Nacionais

Ações

- Orientar os Fóruns Estaduais sobre a avaliação de conformidade dos empreendimentos solidários e seus produtos.
- Buscar que cada estado tenha no mínimo um ponto de comercialização.
- Incentivar a formação de cooperativas de consumo solidário.
- Construir sistemas de comunicação entre os pontos de comercialização para facilitar a troca de produtos, informações e conhecimentos.
- Aprofundar a discussão do público consumidor prioritário para os produtos do empreendimentos solidários.
- Articular os pontos de comercialização em rede.
- Afirar os pontos de comercialização como espaço de articulação das redes e cadeias nacionais e internacionais.
- Organizar e fortalecer os Centros Públicos Estaduais de Economia Solidária para comercialização a nível estadual e armazenamento adequado para a produção.
- Criar espaços permanentes com infra-estrutura para comercialização dos produtos (feiras e lojas).
- Mapear feiras (não só as de Economia Solidária) e outros pontos de comercialização, visando ampliar a capilaridade de atuação dos empreendimentos, como também ampliar a divulgação dos princípios da economia solidária.
- Participar e divulgar a construção dos SECAFESs (Sistemas Estaduais de Comercialização de produtos da Agricultura Familiar e Economia Solidária).

f) Estimular e elaborar propostas de uso de moedas sociais e trocas solidárias

Descrição, condições e características:

Esta é uma bandeira que consiste em elaborar e estimular uso das moedas sociais, respeitando as culturas de cada local, considerando as moedas sociais como instrumentos para construção de alternativa de desenvolvimento que visa a revalorização da pessoa e a troca da lógica da escassez pela lógica da abundância e a autonomia.

Forças com as quais devemos contar:

- Sociedade civil
- Produtores
- Movimentos de software livre
- SENAES

Ações:

- Manter uma estratégia contínua de divulgação e comunicação
- Criar um portal de internet para gestão de moedas sociais
- Infra-estrutura (espaço)
- Elaborar material para facilitar a criação de grupos e mercados de trocas (impressão de cartilha, moeda social, recibo de troca, listas)
- Avançar na divulgação de experiências exitosas
- Bônus de moeda social nos pagamentos de funcionários públicos
- Buscar aporte da SENAES para construção de bancos comunitários
- Promover processos de formação em finanças solidárias;
- Expandir e divulgar informações de organização da rede de bancos e programas como o Brasil Local que tem meta de implantar 40 bancos comunitários.



2.3. Formação

2.3.1. Orientações

- Queremos uma formação contextualizada, emancipatória e engajada. Que parta das práticas e considere as diversidades de gênero, etnia, raça e geração e promova os direitos humanos. Que tenha um olhar crítico da sociedade e promova transformações nos sujeitos e na realidade, rompendo com as desigualdades, incentivando a participação política e social, e promovendo a difusão de conceitos e terminologias coerentes com os princípios da economia solidária.
- A formação em economia solidária deve fazer parte da educação permanente de todos os sujeitos sociais engajados no movimento desta outra economia.
- A formação em economia solidária deve estar baseada na concepção da educação popular como processo de construção de conhecimento, promovendo a formação continuada dos/as educadores/as, baseada em pedagogias e metodologias emancipatórias voltadas para a autogestão, conforme tematizado na 2º Oficina Nacional de Formação em Economia Solidária.
- Os processos formativos devem contemplar, valorizar e promover o uso dos recursos da cultura e saberes populares locais, além de trabalhar as diversidades de linguagens e a transversalidade de temas, garantindo que os/as próprios/as trabalhadores/as possam ser também formadores/as, e fazendo a articulação dos conhecimentos científicos e empíricos.
- As metodologias desenvolvidas devem propiciar vivências que dialoguem com a realidade e linguagens dos grupos produtivos de forma que as pessoas possam associar os exercícios e conceitos ao seu dia-a-dia. A formação deve contemplar todos os segmentos da Economia Solidária.
- As práticas formativas em economia solidária devem estar articuladas em nível local, regional, territorial e nacional, promovendo o acesso a novas tecnologias com vistas a favorecer o aprimoramento dos sistemas produtivos, baseados nos princípios do conhecimento livre e da democratização da informação.
- A formação em economia solidária deve levar em consideração os problemas e as necessidades das pessoas e dos grupos. Para isso, sugere-se que se associe às práticas de formação alguns métodos alternativos, como por exemplo a Terapia Comunitária.
- A formação técnica deve promover autonomia e emancipação do/a trabalhador/a com vista a superar o trabalho alienado e a divisão sexual do trabalho, fortalecendo cada vez mais suas identidades e incluindo o aumento da escolarização dos/as trabalhadores/as em todos os níveis.
- Os processos formativos devem incluir também a sistematização das experiências como uma ferramenta importante na socialização dos conhecimentos produzidos.
- As dimensões de gênero, raça e etnia, como estruturantes das desigualdades sociais, culturais, econômicas e políticas, devem ser incorporadas em todos os processos de formação da economia solidária.
- Deve-se combater a linguagem sexista e racista oral e escrita em todos os documentos e discursos do movimento de economia solidária.
- A formação em economia solidária deve educar para o compartilhamento do trabalho, do cuidado com as pessoas, entre homens e mulheres, desnaturalizando a divisão sexual do trabalho.
- Uma formação em economia solidária é caracterizada como uma das estratégias para o desenvolvimento sustentável de um novo tecido social por meio da educação em todos os níveis.

2.3.2. Principais Bandeiras

a) Bandeira prioritária

- **Realizar ações de formação junto aos/às trabalhadores/as do movimento de Economia Solidária e estimular seu ingresso no ensino formal e técnico**



b) Bandeiras prioritárias complementares

- **Articular e fomentar a Rede de Formadores em Economia Solidária**
- **Pelo financiamento público a pesquisas e tecnologias para melhoria da produção e outras temáticas da economia**

c) Demais bandeiras

- **Pela inclusão da Economia Solidária na educação formal (básica e superior)**
- **Por um Programa Nacional de Assistência Técnica em Economia Solidária**
- **Por campanhas e programas públicos de divulgação e comunicação da Economia Solidária**
- **Pelo fomento à criação e manutenção de Centros Públicos de apoio à Economia Solidária**
- *Interna:* **Formar e sensibilizar a população para o consumo consciente**

2.3.3. Detalhamento das bandeiras

a) Realizar ações de formação junto aos/às trabalhadores/as do movimento de Economia Solidária e estimular seu ingresso no ensino formal e técnico

Descrição, condições e características

A formação em economia solidária deve ter como prioridade a formação para os trabalhadores de empreendimentos e ser pensada numa linguagem popular, baseada na sua realidade social, sócio-política e econômica, levando em consideração os diferentes processos de aprendizagem e limitações, e devem ocorrer a partir da articulação de redes e cadeias.

Os documentos produzidos nas oficinas de formação realizadas em 2005 e 2007 devem ser considerados como referência.

Ações:

- Estimular o ingresso dos/as trabalhadores/as da economia solidária no ensino formal;
- Adotar metodologias adequadas às realidades locais dentro das diferentes redes e cadeias;
- Construir um plano político de formação junto aos trabalhadores/as de economia solidária com metodologia de educação popular em vista da transformação, social, política, cultural, ambiental e econômica;
- Promover a troca de experiências e saberes como proposta pedagógica;
- Desenvolver processos formativos levando em consideração a pedagogia da autogestão;
- Resgatar e valorizar o conhecimento acumulado em economia solidária pelos/as seus/suas diferentes atores e atrizes;
- Desenvolver metodologias adequadas para os processo de viabilidade econômica, gestão e qualificação profissional;
- Desenvolver metodologias que saibam trabalhar e problematizar a realidade do trabalho, consciência do mundo, de classe e de transformação da realidade;
- Contribuir para que o/a trabalhador/a de economia solidária se entenda como um/a educador/a consciente de seu papel na sociedade e agente contínuo de transformação;
- Desenvolver um plano de capacitação continuada para utilização das tecnologias da informação, comunicação e inclusão digital para os empreendimentos de economia solidária.
- Desenvolver processos de formação que estimulem a auto organização e emancipação das mulheres;
- Desenvolver metodologias emancipatórias que assegurem a superação das desigualdades de gênero, orientação sexual, raça e classe;
- Potencializar a implementação das diretrizes de educação do setor rural e articular a formação de economia solidária com as mesmas.

Forças com as quais devemos contar

- Empreendimentos de Economia Solidária
- Práticas de Educação Popular
- Rede de Formadores em Economia Solidária
- EFAs - Escola Família Agrícola



- SENAES/MTE
- Universidades
- Movimentos Sociais que atuam na área da formação
- ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
- MTE/SENAES: SRTEs e Programa Brasil Local
- Centros de Formação
- Ministérios e Secretarias Especiais, em especial: MDA, , Ministério das Cidades, MCT, MEC, Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres
- Rede de educação cidadã
- Fóruns de educação de jovens e adultos
- Secretaria de Promoção de Igualdade Racial
- Marcha Mundial das Mulheres
- Rede de Economia e Feminismo
- Casa Brasil

b) Articular e fomentar a Rede de Formadores em Economia Solidária

Descrição, condições e características:

Os Centros de Formação em Economia Solidária – CFES, que estão em fase de implementação, deverão ser espaços de potencialização da Rede de Formadores. Esta Rede foi criada em 2007 e ainda está em fase de constituição, necessitando que aprofundemos nossas reflexões acerca da necessidade de se ter uma rede de formadores em economia solidária. É preciso definir uma estratégia própria do movimento, sem necessariamente ficar esperando a implantação de políticas públicas nesta área, e sem deixar de estar em permanente diálogo com as que venham existir.

A partir das indicações da plenária nacional, poderemos avançar no processo de organização desta rede, levando seus elos para todos os estados do Brasil. Espera-se com isto que, uma vez a rede forte e consolidada, possa ter maior poder de influência na construção dos centros de formação em economia solidária. Neste sentido, a rede será a grande estratégia do movimento para troca de saberes, materiais didáticos, metodologias, entre outros e entre os seus membros que trabalham ou participam de formações.

Esta rede deve reunir educadores/as e trabalhadores/as de economia solidária nos estados e municípios para fortalecimento do movimento e acompanhamento dos empreendimentos de economia solidária.

A partir da definição do que queremos com esta rede de formadores, teremos mais clareza do tipo de Formação em Economia Solidária que queremos para o Brasil, vislumbrando necessidade de um modelo de ensino e formação que seja conduzido pelos princípios da solidariedade e da cooperação, mas que, sobretudo, seja uma formação que reforce o exercício radical da democracia.

Ações:

- Articular a formação e funcionamentos dos GTs nos Fóruns Estaduais;
- A rede de formadores deverá estimular, por meio da educação popular, os/as trabalhadores/as em economia solidária a estudarem e se alfabetizarem em escolas comunitárias formais e técnicas.
- Escolher uma equipe formada por empreendimentos e entidades de apoio que sejam animadoras do processo de constituição da rede em cada estado / região, articuladas aos GTs de Formação dos Fóruns
- Fazer um levantamento e organizar um banco de dados que contenha os acúmulos (competências, saberes, etc) dos formadores por estado ou região, incluindo as entidades que ainda não militam nos Fóruns Estaduais
- Realizar seminários para articular os/as formadores/as em cada estado, discutindo a estratégia de formação por estado e aprofundando as primeiras indicações sobre a organização da rede
- Realizar um planejamento estratégico participativo de implantação da rede de formadores em cada estado / região e suas articulações em nível nacional
- Fazer um levantamento das necessidades de formação do movimento por estado / região
- Identificar nos estados / regiões os/as formadores/as potenciais que tenham um verdadeiro compromisso com a consolidação da estratégia formativa do movimento, bem como outras redes de formadores/as que ainda não estejam inseridos/as no Fórum;



- Promover encontros que favoreçam trocas de saberes e experiências no âmbito da formação em economia solidária
- Realizar reuniões periódicas da rede de formadores/as para discutir estratégias de sustentabilidade financeira e outras estratégias operacionais
- Fazer uma pesquisa regional e local com os GTs de Formação existentes
- Mapear os formadores em atividade
- Implementar o Projeto dos Centros Regionais e Nacional de Formação

Forças com as quais devemos contar:

- Centros públicos de economia solidária
- Centros de formação em economia solidária
- Universidades e institutos de formação popular
- Sindicatos e Centrais Sindicais, em especial a CNTE- Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação
- Uniões de Empreendimentos Solidários, tais como UNISOL, UNICAFES e ANTEAG
- Movimentos sociais que já trabalham na temática da economia solidária, mesmo que de maneira indireta, ou seja, com temas estruturantes ou transversais tais como gênero, etnia e raça.
- Governos municipais, estaduais (em especial as secretarias estaduais de educação) e federal (em especial a SENAES/MTE)
- Instituições internacionais
- Rede de ITCPs e UNITRABALHO
- Rede de Escolas Comunitárias e Rede de Creches Comunitárias
- Devemos buscar também alianças com parceiros que já trabalhem com formação em economia solidária e não necessariamente estejam inseridos nos Fóruns.
- Entidades de assessoria e apoio.
- Associações de Donas de Casa

c) Pelo financiamento público a pesquisas e tecnologias para melhoria da produção e outras temáticas da economia

Descrição, condições e características

É necessário, para o desenvolvimento desta bandeira, verificar as pesquisas acerca da geração de tecnologias que podem reforçar estratégias para inserção dos bens e produtos da economia solidária nos mercados dos quais dispomos.

Neste sentido, pensar financiamento público para pesquisa e tecnologia voltada para economia solidária, requer pensar sobre o tipo de pesquisa e geração de tecnologias de que dispomos na atualidade, e que, por outro lado, se apresentam, em sua grande maioria, disponíveis apenas para os empreendimentos e organizações que dão suporte ao crescimento econômico liberal, onde as empresas, principalmente as de maior porte, se apropriam e, em grande medida, demandam e conduzem estas pesquisas e geração tecnológica.

A tecnologia é fundamental para a sustentação da economia solidária, sobretudo porque se percebe que dela depende todo um padrão de avanço tecnológico que garante e dá sustentabilidade aos bens e serviços por ela produzidos. Então, quando se pensa a economia solidária como uma nova perspectiva de desenvolvimento, há que se pensar, também, novas formas de se fazer pesquisa e gerar tecnologia.

Quando se fala de pesquisa e tecnologia, não se pensa apenas nas questões relacionadas à produção, mas também, por exemplo, questões de distribuição e de gestão.

Ações:

- Criar conselhos regionais e municipais e Câmaras temáticas da economia solidária com a participação dos Fóruns Locais;
- Efetuar mapeamento das pesquisas realizadas sobre economia solidária no Brasil com o intuito de verificar a contribuição para o desenvolvimento dos empreendimentos, gerando um banco de dados, considerando as questões de gênero, raça, etnia e classe;
- Incentivar os pesquisadores a socializarem os resultados das pesquisas, principalmente aquelas realizadas com recursos públicos, como forma de prestação de contas à sociedade e, principalmente, junto aos envolvidos no processo da pesquisa.
- Apoiar o desenvolvimento de ferramentas de comércio eletrônico de produtos da economia solidária e gestão financeira dos EES, com tecnologias livres (software livre).



- Construir propostas coletivas sobre o tema
- Participar na construção dos editais relacionados a pesquisas e geração de tecnologias no campo da economia solidária
- Construir uma proposta de um Programa Nacional de Financiamento para Pesquisas e Geração de Tecnologia para Economia Solidária e outras propostas de programas públicos
- Identificar atores no meio urbano e rural que possam desenvolver tecnologias que beneficiem os empreendimentos da Economia Solidária
- Desenvolver processos formativos de tecnologias sociais para os empreendimentos da Economia Solidária
- Resgatar e valorizar o conhecimento acumulado em Economia Solidária, através de estudos e pesquisas com objetivos de mapear e sistematizar as experiências e tecnologias apropriadas
- Realizar discussões coletivas sobre o tema por meio de oficinas, seminários, intercâmbios e cursos
- Realizar atividades de sensibilização junto aos atores e parceiros para o desenvolvimento e compromisso com a Economia Solidária
- Criar conselhos de acompanhamento das políticas de financiamento público a pesquisas e tecnologias para melhoria da produção e outras temáticas da Economia Solidária

Forças com as quais devemos contar:

- Centros de Formação e Educação Tecnológica (CEFETs), Universidades
- ONGs
- Centros de Formação em Economia Solidária
- Instituições de financiamento: PETROBRAS, FINEP e Fundações Estaduais de Apoio a Pesquisa e Geração de Tecnologia
- Escolas Família Agrícola
- EMATER
- FETRAF
- Movimentos sociais, tais como Marcha Mundial de Mulheres, MST e MPA;
- Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil
- Instituto Nacional de Tecnologia da Informação
- SERPRO

d) Pelo fomento à criação e manutenção de Centros Públicos de apoio à Economia Solidária.

Descrição, condições e características

- Os Centros Públicos são espaços coletivos de construção da Economia Solidária, funcionando como espaço plural de fortalecimento, integração e promoção de exposições, eventos, comercialização, formação e informação sobre Economia Solidária.
- A quantidade de Centros deve atender à diversidade e extensão territorial dos estados.
- Os Centros devem ser construídos de forma a garantir a sua continuidade, independente das mudanças nos governos.
- A gestão dos Centros Públicos deve ser exercida pelos atores da Economia Solidária, de forma autogestionária, garantindo uma relação de parceria com o Poder Público, com autonomia.
- Garantir nos centros públicos políticas afirmativas como cotas para mulheres negras e indígenas.

Ações

- Resgatar e socializar as experiências existentes sobre os centros públicos;
- Buscar interação sobre outras ações e experiências, a exemplo dos SECAFESs, bem como as ações desenvolvidas nos territórios;
- Promover discussões públicas sobre a definição dos centros públicos por estado;
- Construir um documento-guia sobre o que são centros públicos para subsidiar a discussão nos estados;
- Provocar o poder público em suas diferentes esferas para aprofundar as ações dos centros públicos em economia solidária;



- Construir indicadores e instrumentos de controle social dos centros públicos;
- Promover a articulação dos centros públicos existentes em cada estado com o programa Territórios da Cidadania;
- Construir a relação entre os centros públicos e os Centros de Formação de Economia Solidária;
- Criação de unidades do projeto Casa Brasil nos centros públicos de economia solidária.

Forças com as quais devemos contar

- Poder público
- Centrais sindicais
- Rede de gestores em economia solidária
- Frentes parlamentares em todas as esferas
- Incubadoras
- Entidades de apoio
- Brasil Local
- Projeto Casa Brasil
- Territórios Digitais

e) Pela inclusão da Economia Solidária na Educação Formal (educação infantil, de jovens e adultos, básica e superior)

Descrição, condições e características

Sugere-se a economia solidária como disciplina formal no currículo escolar médio e superior, e enquanto tema transversal/interdisciplinar na educação infantil, na educação de jovens e adultos e na educação fundamental.

A partir da definição do que queremos na Formação em Economia Solidária dentro das escolas brasileiras, pressupõe-se que vislumbramos um modelo de ensino que, também, seja conduzido pelos princípios da solidariedade e da cooperação, mas que sobretudo, seja um ensino dialógico e que contemple o exercício da democracia.

Para tanto, espera-se:

1. Sensibilizar o conjunto dos/as estudantes para os princípios e valores da economia solidária, propondo o vivenciar de práticas de cooperação;
2. Contribuir na aprendizagem de novas formas de relações de solidariedade;
3. Estimular a vivência de uma nova sociedade, desde a infância;
4. Desconstruir o sistema neoliberal, a partir da reflexão de práticas alternativas ao capitalismo;
5. Integrar, em ações educativas de cidadania, as ações de economia solidária;
6. Provocar questionamentos críticos da responsabilidade social e ecológica;
7. Discutir o mundo do trabalho e a geração de renda;
8. Realizar curso de formação continuada para professores em economia solidária, incluindo as temáticas sobre gênero, raça e etnia.

Ações:

- Estabelecer como meta para o GT de formação a articulação de ações junto ao MEC e a secretarias de educação para que elaborem propostas de aplicabilidade da economia solidária no ensino formal das escolas brasileiras;
- Fazer campanhas de mobilização e sensibilização da sociedade para ter dela o apoio a esta iniciativa;
- Desenvolver um plano de formação em Economia Solidária para os professores das escolas formais;
- Realizar estudo, pesquisa e elaboração de uma proposta pedagógica autogestionária, que inclua, gradativamente e de forma transversal, a economia solidária em todo o processo curricular através do fortalecimento das instâncias de representação coletiva, tais como grêmios, conselhos e associações;
- Incentivar a articulação com as escolas (gestores) e das escolas entre si buscando a criação / melhoria da rede de relações;
- Construir uma comissão específica responsável para formalizar propostas para esta luta/bandeira e da articulação com os gestores públicos que atuam nesta área;



- Assegurar o envolvimento das secretarias de educação; realização e promoção de audiências públicas, seminários, encontros, apresentação da nossa proposta nas escolas;
- Promover articulação dos Fóruns de economia solidária com os Fóruns de jovens e adultos;
- Promover e divulgar as experiências de economia solidária já existentes no âmbito das escolas, como por exemplo a merenda escolar orgânica.

Forças com as quais devemos contar:

- Redes de empreendimentos;
- MDA, MDS, MEC, MCT, MTE/SENAES
- Secretarias de Assistência Social e Saúde;
- Empreendimentos de Economia Solidária;
- Práticas de Educação Popular;
- Rede de Formadores em Economia Solidária;
- Redes de Incubadoras de Cooperativas Populares;
- EFAs - Escola Família Agrícola;
- Escola Nacional Florestan Fernandes (do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra);
- Superintendências Regionais de Educação
- Secretarias Municipais e Estaduais de Educação
- Universidades
- Movimentos Sociais que atuam na área da formação
- Rede de educação cidadã
- Rede de trocas solidárias
- Fórum de educadores de jovens e adultos
- Ministério da Justiça (Programa de educação em direitos humanos)

f) Formar e sensibilizar a população para o consumo consciente

Descrição, condições e características

Esta bandeira é fundamental para construir nosso projeto de desenvolvimento, pois não se pode pensar apenas em produzir e distribuir conscientemente: é necessário que pratiquemos também o consumo consciente.

Será à luz deste tipo de consumo que garantiremos, em grande medida, espaços e práticas de comercialização de nossos bens e serviços.

É preciso apresentar para a sociedade brasileira o que pensamos por consumo consciente e ético na perspectiva de um novo tipo de desenvolvimento nacional.

Ações

- Lutar e pressionar o poder público e demais entidades e órgãos parceiros pela realização de campanhas para promover o consumo consciente.
- Estimular educação coletiva, afim de potencializar consumidores solidários, para consumo consciente e ético.
- Ampliar a formação para o consumo consciente, levando esta temática para as escolas e locais de trabalho.
- Intervir nas Feiras públicas e nas feiras específicas de economia solidária.
- Realizar seminários, oficinas e campanhas que visem o convencimento da população e a mobilização dos empreendimentos de economia solidária.
- Estimular experiências de trocas solidárias e circulantes locais como forma de ampliar este debate.
- Trabalhar o consumo solidário dentro do próprio movimento, a partir da mudança de atitudes por meio de ações como por exemplo: o não uso de copos descartáveis nos encontros; a contratação de alimentação e outros serviços de empreendimentos de ES.
- Estimular a medicina alternativa na perspectiva do consumo solidário.
- Trabalhar em todos os níveis da educação o assunto do consumo ético.
- Garantir, por meio de lei, que nos casos em que a comercialização dos produtos da economia solidária seja realizada por meio de moeda social, seja dispensado o uso de nota fiscal.
- Garantir que os produtos comercializados via CONAB e outros programas tenham procedência divulgada, como mecanismo de fortalecimento dos produtores.



Forças com as quais devemos contar:

- Organizações ambientais, como de agroecologia e de permacultura;
- Sindicatos, ONGs e outros movimentos afins;
- Movimento *Slow Food*;
- Pastorais sociais;
- Frentes parlamentares de economia solidária em todas as esferas;
- Meios alternativos de comunicação, (rádios comunitárias, jornais escritos, etc)

Por campanhas e programas públicos de divulgação e comunicação da Economia Solidária

Descrição, condições e características:

Nesta bandeira espera-se o comprometimento com a divulgação das experiências de economia solidária e, sobretudo, com a possibilidade de que instalemos formas solidárias de comunicação e divulgação. Isto nos leva a pensar sobre os sistemas e formas com estes sistemas de comunicação e divulgação são controlados no Brasil e as estratégias para romper com isto.

- As campanhas devem ajudar na formação em ES para todos os atores da economia solidária;
- Formação deve ser permanente e visar a consolidação dos empreendimentos solidários;
- Deve atingir a sociedade e contemplar a questão do consumo;
- Os materiais devem abordar questões importantes como gênero e o trabalho reprodutivo,
- As entidades de apoios não devem centralizar as informações em detrimento dos empreendimentos/bases,
- O papel das SRTs deve melhorar na divulgação dos materiais, evitando o não repasse destes para os Fóruns e outros setores sociais e públicos, por isso é preciso enviar o material para os atores certos;
- As campanhas devem ter continuidade;
- O áudio-visual deve ter maior impacto que as palavras;
- As campanhas devem contribuir para o enfrentamento das desigualdades sociais, econômicas, culturais, ambientais, regionais e de gênero;
- Devem focar a autogestão para gerar cultura nessa dimensão;
- Desconstrução da cultura capitalista e patriarcal;
- Garantir a participação ativa dos(as) empreendedores(as) nos processos de preparação das campanhas;
- Material de campanha nacional deve ser provocativo, democrático, empolgante e bem explorado;
- As campanhas e programas de divulgação devem garantir o empoderamento dos atores sociais da ES, para superarem o silêncio, a vergonha, o medo e verbalizarem o que estes atores sabem e o que vivem na ES;
- As campanhas devem disseminar as experiências sistematizadas fora e dentro do movimento da ES;
- Esse material de divulgação deve ser em séries, com temas diversificados

Ações:

- Ocupar os espaços já existentes na mídia para divulgar a ES e potencializar os alternativos;
- Melhorar a comunicação nos FEESs para podermos melhorar a comunicação com a sociedade;
- Adotar experiências eficazes para divulgação e estudo de materiais formativos: Cantinho da leitura;
- Garantir a sensibilização das crianças e pessoas de outras faixas etárias para mudança de posturas e hábitos em relação ao consumo;
- Priorizar a formação em ES que alie teoria e prática, contemplando a congruência entre o conteúdo, a metodologia e os instrumentos.
- Realizar atividades de divulgação do mapeamento que contemplem o debate com gestores e sociedade civil;
- Divulgar, ampliar e potencializar o acesso à rede virtual de comunicação para fazer fluir as informações da ES e ampliar o acesso das pessoas à internet;



- Garantir a implementação de políticas públicas de comunicação da ES junto ao poder executivo e ao poder legislativo;
- Potencializar as alianças políticas no âmbito executivo e legislativo, garantindo autonomia do movimento da ES;
- Garantir momentos em que haja repasses de saberes e informações que inicialmente não são acessíveis a todos(as);
- Garantir a inclusão das sistematizações, textos, publicações e outros no site no FBES, em parceria com os centros de formação e FEES;
- Garantir a devolução dos processos de formação e informações, vivenciados pelos representantes dos FEES para suas bases;
- Garantir processos de formação em comunicação para a ES, garantindo o empoderamento das mulheres para a fala pública;
- Garantir que os processos de comunicação (escrita, falada) possuam uma linguagem não sexista;
- Realizar campanhas de sensibilização para o desenvolvimento sustentável e consumo justo e ético em todos os canais de comunicação possíveis;
- Buscar ampliar a apropriação e socialização do site do FBES;

Forças com as quais podemos contar:

- Centros de formação
- Universidades
- TVs, Rádios
- rádios comunitárias
- colégios/escolas
- instituições religiosas
- poder público
- entidades de apoio
- redes
- bancos

g) Por um Programa Nacional de Assistência Técnica em Economia Solidária

A IV Plenária Nacional indica a necessidade do estabelecimento de um Programa Nacional de Assistência Técnica em Economia Solidária, que dê conta de ajudar no processo de formação dos trabalhadores/as da economia solidária.

Por esta razão espera-se que este Programa:

- atenda às demandas dos movimentos, dentro dos princípios da economia solidária
- possibilite a geração de novas tecnologias e pesquisas que reforcem a melhoria da produção
- garanta a capacitação para gestão voltada para a cultura popular e autogestionária
- ajude a garantir a ampliação da economia solidária, o estabelecimento de uma proposta de sustentabilidade pedagógica e política, e que a autogestão seja a base nos processos de organização tanto da produção como da gestão.
- O Programa Nacional de Assistência Técnica em Economia Solidária deve contar com técnicos preparados para prestar assistência aos empreendimentos nas áreas de autogestão, administração e comercialização.
- No Programa Nacional de Assistência Técnica em Economia Solidária deve constar ações de formação / educação, assessoria técnico-gerencial, jurídico, contábil que incorpore os temas gênero, raça e etnia como estruturantes do Programa, visando também a constituição de uma logística que atenda as necessidades dos empreendimentos de economia solidária.
- O Programa Nacional de Assistência Técnica em Economia Solidária deve contemplar os processos a seguir:
- Diagnósticos e mapeamento – Elaboração de projetos, Formação – Estruturação – Produção – Comercialização e Consumo na perspectiva da emancipação dos Empreendimentos Econômicos Solidários, considerando as questões de gênero, raça, etnia, classe e ambientais;
- Fortalecimento das incubadoras tecnológicas de empreendimentos solidários;
- Ampliação de incubadoras públicas e fortalecimento das já existentes;
- Incentivo a criação de incubadoras populares nas comunidades.



- Incentivo a formação do desenvolvimento rural sustentável, considerando a realidade local e ambiental, podendo incentivar a criação do conselho de desenvolvimento rural sustentável solidário nos municípios, tendo em vista a necessidade do fortalecimento de base.
- Criar um programa de assistência técnica, articulado ao Programa Nacional de Desenvolvimento de Economia Solidária, que possibilite: mapeamento do tipo de empreendimento, seguido de diagnóstico, fomento a elaboração de projetos, acompanhamento técnico-formação, infra-estrutura, cadeias produtivas, numa perspectiva de desenvolvimento rural e sustentável.

Ações:

- Lutar pela implantação de redes (municipais, estaduais, regionais e nacional) de assistência técnico-gerencial e acompanhamento aos empreendimentos econômicos solidários, com metodologias adequadas às suas realidades.
- Apoiar o fortalecimento das entidades de apoio e das incubadoras de cooperativas populares;
- Construir a rede de agentes comunitários de desenvolvimento local sustentável e solidário, em articulação com outras redes já existentes. A partir destas reflexões reforça-se a deliberação sobre o tema ocorrida na 1ª Conferência Nacional de Economia Solidária.

Forças com as quais devemos contar:

- Empreendimentos/Assessorias e Gestores
- Universidades e suas ITCPs
- ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
- MTE/ SENAES: SRTEs e Programa Brasil Local
- Centros de Formação
- União Brasileira das Escolas Famílias Agrícolas
- Conselho Nacional e Estaduais de Economia Solidária
- Ministérios e Secretarias Especiais, em especial: MDA, MDS, Ministério das Cidades, MCT, MEC, Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres
- Frentes parlamentares
- CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- Marcha Mundial de Mulheres, MST e outros movimentos sociais.

2.4. Sistema Nacional de Finanças Solidárias (SNFS)

2.4.1. Considerações Gerais

A Carta de Princípios do FBES afirma a necessidade da criação de um Sistema de Finanças Solidárias que “apóie o desenvolvimento de Cadeias Produtivas Solidárias e avance na construção de uma política da Economia Solidária como parte de um Estado Democrático”. Também a Plataforma do FBES destaca que o Sistema de Finanças Solidárias será formado pelas redes de finanças solidárias já existentes ou em construção tendo como objetivo o desenvolvimento sustentável solidário a partir do local, da comunidade.

As finanças solidárias que queremos para o Brasil, a partir da Carta de Princípios do FBES, devem garantir o direito das comunidades e do país à soberania de suas próprias finanças, consolidadas por meio de uma política autogestionária de financiamento de investimento do nível local ao nacional. Os bancos comunitários, fundos solidários, cooperativas de crédito e outras experiências de finanças solidárias são os instrumentos para o acesso popular ao financiamento da economia solidária.

Estas ações articuladas provocam o estímulo ao comércio justo e solidário e o empoderamento financeiro das comunidades. O controle e a regulação dos fluxos financeiros devem cumprir seu papel de intermediário nas atividades econômicas, com limites às taxas de juros e aos lucros extraordinários do sistema financeiro, controle público da taxa de câmbio e emissão responsável de moeda nacional para evitar toda atividade especulativa e defender a soberania do povo sobre seu próprio mercado. Estas são as bases do Sistema de Finanças Solidárias construídas pela economia solidária.



Pelo desenvolvimento das Finanças Solidárias, foram dados alguns passos: a inclusão do PRONADES (Programa Nacional de Desenvolvimento da Economia Solidária) como uma ação dentro do Plano Plurianual 2008-2011, destinando recursos para financiamento, e a tramitação do Projeto de Lei complementar 93/2007, que estabelece a criação do Segmento Nacional de Finanças Populares e Solidárias, do Conselho Nacional de Finanças Populares e Solidárias e dos Bancos Populares de Desenvolvimento Solidário.

Para enfatizar a centralidade do Sistema Nacional de Finanças Solidárias, a plenária nacional indicou esta bandeira como sendo o próprio eixo temático, além de definir a implantação do Programa Nacional de Desenvolvimento da Economia Solidária (PRONADES) como bandeira prioritária deste eixo (Sistema Nacional de Finanças Solidárias). Neste sentido, foi destacado como ação inicial a elaboração de um projeto de lei para a implantação do Sistema Nacional de Finanças Solidárias, incluindo a criação do Fundo Nacional de Finanças Solidárias, que abastecerá o PRONADES.

As demais bandeiras deste eixo são:

- Pelo reconhecimento e fomento dos instrumentos de finanças solidárias;
- Pela sistematização e divulgação de linhas e programas de crédito de interesse à economia solidária;
- Articulação de redes de instrumentos de finanças solidárias.

A seguir apresenta-se as linhas gerais deste eixo e o detalhamento destas bandeiras de luta.

2.4.2. Orientações

- O debate sobre o tema Finanças Solidárias deve ser aprofundado através da criação de GTs de Finanças Solidárias nos Estados para que se tenha mais subsídios para continuar a concepção do Sistema Nacional de Finanças Solidárias;
- Devem ser valorizados: as redes dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento; as Cooperativas de Crédito Solidário; o Micro-crédito solidário; os Fundos Rotativos Solidários, e deve ser animada a criação da rede de trocas solidárias.
- Os instrumentos de Fundos Rotativos Solidários, Micro-crédito Solidário, Cooperativas de Crédito Solidário e Bancos Comunitários de Desenvolvimento e Clubes de Trocas Solidárias têm suas metodologias específicas e suas sub variações.
- O que diferencia o SNFS do Sistema Vigente (Sistema Financeiro Nacional) são os princípios da Economia Solidária e a proximidade entre os agentes envolvidos;
- O SNFS deve atender às demandas diversificadas dos empreendimentos solidários (pequenos, médios e grandes);
- Esses instrumentos financeiros devem respeitar as peculiaridades dos empreendimentos de economia solidária, como a necessidade de capitalização, a dificuldades de legalização para a maioria destes, a diversidade de segmentos e das localidades onde estão inseridos.
- Como um dos serviços financeiros, o crédito não é o fim em si, mas um instrumento para que os territórios se desenvolvam de forma sustentável;
- O crédito deve estar associado a um processo de avaliação dos empreendimentos.
- As finanças solidárias devem ter interface com os outros três eixos discutidos na plenária: Formação; Produção, comercialização e consumo solidários; e Marco legal.
- O SNFS deve ter como parte constitutiva a formação e assistência técnica simultânea e constante;
- O SNFS deve ser nacional, contemplando municípios, territórios, Estados;
- O SNFS deve a princípio atender todos os empreendimentos solidários mapeados no Sistema de Informações de Economia Solidária – SIES;
- O SNFS deve projetar um crescimento progressivo a cada ano, acompanhando o crescimento da economia solidária;
- O SNFS deve criar uma pedagogia de desenvolvimento das experiências de geração de renda, estimulando-as a se tornarem empreendimentos solidários e, posteriormente, a participarem de cadeias e redes produtivas solidárias;
- A origem dos recursos do Fundo Nacional de Economia Solidária deve vir de diversas fontes, como: Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, depósito compulsório, orçamento da união, lucros excedentes das estatais, Fundos Constitucionais, e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.



- As finanças solidárias devem ser pautadas como instrumento para um desenvolvimento no sentido amplo e não apenas de crescimento econômico, e que rompa com o sistema financeiro que temos no país hoje.
- As finanças solidárias que queremos para o Brasil incluem o controle social da política econômica realizada pelo Banco Central e BNDES, e o repúdio às opções de financiamento que vêm sendo realizadas por estas instituições (agronegócio, indústria extrativa, mineração, grandes hidrelétricas, internacionalização de terras, entre outros).
- O SNFS deve ser composto inicialmente pelos seguintes instrumentos, organizados ou não em redes:
 - Fundos Rotativos Solidários;
 - Cooperativas de Crédito Solidário;
 - Micro-crédito Solidário;
 - Bancos Comunitários de Desenvolvimento – BCD;
 - Clubes de Trocas Solidárias.
- Os GTs de Finanças Solidárias precisam definir as estratégias para dialogar com a Câmara temática do CNES com propostas efetivas;
- O SNFS, que contempla o PRONADES, deve levar em conta as necessidades de sustentação dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, Cooperativas de Crédito Solidário, Micro-crédito Solidário, Fundos Rotativos Solidários e Clubes de Trocas Solidárias, identificando fontes de financiamento e formação;

2.4.3. Principais Bandeiras

a) Bandeira prioritária

- **Por um Programa Nacional de Desenvolvimento da Economia Solidária (PRONADES);**

b) Bandeiras complementares

- **Pelo reconhecimento e fomento dos instrumentos de finanças solidárias**
- *Interna:* **Sistematizar e divulgar linhas e programas de crédito de interesse à Economia Solidária**
- *Interna:* **Articular e organizar redes de instrumentos de finanças solidárias**

2.4.4. Detalhamento das bandeiras

a) Por um Programa Nacional de Desenvolvimento da Economia Solidária (PRONADES)

Descrição, condições e características

1. Os critérios de participação no Programa devem contemplar a diversidade de segmentos, não adotando apenas critérios economicistas, mas sim do desenvolvimento sustentável e solidário.
2. O Programa deve ter linhas diferenciadas:
 - a. Linhas com rebate no capital;
 - b. Linhas com cobrança de tarifas operacionais adequadas às diferentes situações de viabilidade;
 - c. Linhas não reembolsáveis (especialmente meios de produção, infra-estrutura e comercialização);
 - d. Linhas de capacitação, assistência técnica e tecnologias;
 - e. Linhas específicas para mulheres;
 - f. Linhas de custeio/produção com cobrança de tarifas operacionais adequadas às diferentes situações de viabilidade.
3. O Programa deve fomentar a ampliação e estruturação dos instrumentos que compõem o Sistema Nacional de Finanças Solidárias (SNFS).

Forças com as quais devemos contar:

- Movimentos sociais, como a Marcha Mundial de Mulheres;
- Redes de Fundos Solidários e de Bancos Comunitários;



- Comitê Nacional de Fundos Solidários;
- Entidades que têm práticas no campo das finanças solidárias, tais como: UNICAFES, UNISOL, ADS/ CUT, CONTAG e ANCOSOL;
- instituições como: FETAG, SEBRAE, SENAR, FETRAF.
- Sistemas de crédito cooperativo, como: ECOSOL, CRESOL, INTEGRAR;
- Frente Parlamentar em Defesa da Economia Solidária;
- Governo Federal, por exemplo: Ministério do Trabalho e Emprego (Secretaria Nacional de Economia Solidária, Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego), Ministério de Desenvolvimento Agrário (Secretaria de Agricultura Alimentar - SAF), Programa de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia - PIGRE, Ministério das Cidades e Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério do Meio Ambiente;
- Instituições financeiras, como: BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Central;
- Agentes financeiros;
- Governos municipais e estaduais;
- OSCIPs e cooperativas de crédito.

Ações:

1. Criar um GT específico do PRONADES (temporário) com as seguintes atribuições: a) elaborar a proposta geral do PRONADES, e b) definir estratégias de mobilização, incluindo parcerias com movimentos sociais que tenham identidade com a Economia Solidária;
2. Propor de imediato o PRONADES como Programa de Governo, com a gestão de um Conselho Nacional, vinculado à Presidência da República, com poder deliberativo (ex: CONSEA).
3. Iniciar um processo de mobilização (recolhendo um milhão de assinaturas) para a criação de um Projeto de Lei de Iniciativa Popular, que tornará o PRONADES uma política de Estado ;
4. Formar fundos para o PRONADES com origem nos lucros excedentes das estatais, fundos constitucionais, BNDES, FAT;
5. Criar e/ou reforçar os GTs de Finanças Solidárias nos Fóruns estaduais, regionais e municipais de Economia Solidária, com o objetivo de garantir o aprofundamento e compreensão sobre o tema Finanças Solidárias. Para tanto, deve-se aproveitar as tecnologias disponíveis, como teleconferências e outros, tornando o debate popular e abrindo mecanismos de participação. Inclui-se nessas discussões o debate sobre o Projeto de Lei 93/2007 em tramitação. Uma das atribuições destes GTs é contemplar as atividades propostas das bandeiras D e E.

b) Pelo reconhecimento e fomento dos instrumentos de finanças solidárias

Descrição, características e condições:

Os instrumentos de Finanças Solidárias são: cooperativas de crédito, instituições de micro-crédito solidário, iniciativas de fundo solidários e bancos comunitários.

Há três desafios fundamentais para o reconhecimento e fomento dos instrumentos de finanças solidárias:

1. Quanto à legalização: é necessário reconhecer as especificidades dos instrumentos de finanças solidárias, incluindo aqueles com características pedagógicas, que não pretendem a legalização da forma como o sistema está organizado, e:
 - a. a principal forma de contemplar as especificidades dos instrumentos é reconhecer por lei a captação de recursos via formação de poupança dentro do sistema de finanças solidárias, o que é negado pela atual legislação do sistema vigente;
 - b. busca-se também o reconhecimento oficial das experiências de moeda social (circulante local).
2. Como os empreendimentos de economia solidária ainda necessitam acessar serviços financeiros, principalmente o crédito, no Sistema Financeiro Nacional vigente, é preciso buscar formas para que este sistema adeque suas regras para contemplá-los.
3. A habilitação dos empreendimentos de economia solidária ou experiências de geração de trabalho e renda que poderão acessar os serviços financeiros do SNFS deve ser, prioritariamente, realizada pelos Fóruns estaduais, regionais e/ou municipais de Economia



Solidária e pelas redes de instrumentos, na medida em que avançar a capilaridade destes espaços de habilitação.

Forças com as quais devemos contar:

- Frentes parlamentares;
- SENAES-MTE (Secretaria Nacional de Economia Solidária);
- Poderes públicos locais;
- Conselhos Estaduais de Economia Solidária
- GT de Finanças Solidárias
- ANCOSOL (Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária)

Ações:

1. Diagnosticar as comunidades com demandas;
2. Identificar e articular programas/ações existentes;
3. Criar mecanismos de controle social;
4. Fazer interlocução com poder público para destinar recursos específicos de fomento à formação de instrumentos de finanças solidárias;
5. Que os Fóruns estaduais, regionais e municipais se apropriem dos instrumentos de formação de redes nas suas regiões;
6. Criar condições de acompanhamento dos orçamentos públicos e reconhecer as dotações orçamentárias que podem ser acessadas e utilizadas pela Economia Solidária;
7. Buscar, através dos GTs de Finanças Solidárias, informações sobre as fontes de recursos disponíveis, e criar e divulgar um banco de dados com informações apuradas e sistematizadas;
8. Integrar a pauta das finanças solidárias aos outros movimentos sociais que tenham identidade com a Economia Solidária, tais como os fóruns de controle de orçamento e as comissões de combate à corrupção.

c) Sistematizar e divulgar linhas e programas de crédito de interesse à Economia Solidária

Descrição, características e condições:

São instrumentos e linhas de Finanças Solidárias:

Instrumentos de Finanças	Linhas
Cooperativa de crédito	Fundos Solidários Fundos Rotativos Linhas de Crédito
Bancos Comunitários de Desenvolvimento	Crédito de Consumo Crédito Produtivo Crédito Habitacional Circulante Local
Fundos Solidários e Rotativos	Capital de giro não reembolsável Capital de giro reembolsável Linha de infra-estrutura
Clubes de Trocas com ou sem moeda social	Troca

Forças com as quais devemos contar:

- Universidades e entidades que já avançaram no tema Finanças Solidárias
- SENAES-MTE

Ações:

1. Encontros de trocas de experiências das finanças solidárias com metodologias de educação popular (empoderamento), financiados pela SENAES/MTE e outros. Estes encontros também podem ser realizados através de teleconferências;
2. Intercâmbios entre as experiências (necessário captar recursos, por exemplo com a CESE);
3. Criar um espaço, nos encontros nacionais de Economia Solidária, para divulgar as experiências das finanças solidárias;
4. Agregar a temática de Finanças Solidárias aos Centros de Formação em Economia Solidária, no sentido da formação e sistematização das experiências;



5. Elaborar e produzir mini-vídeos sobre finanças solidárias;
6. Colocar e disponibilizar as experiências de finanças solidárias no sítio do FBES.

d) Articular e organizar redes de instrumentos de Finanças Solidárias

A democratização e o acesso ao crédito pelos empreendimentos demanda a consolidação e a ampliação dos instrumentos de finanças solidárias, o que é uma importante bandeira interna ao FBES. Atualmente existem a Rede de Bancos Comunitários, a Rede de Fundos Rotativos, a Rede de Cooperativas de Crédito e a Rede de Instituições de Micro-crédito. Estas são articulações importantes e precisam ser expandidas para todo o Brasil, sendo que uma de nossas lutas volta-se para a ampliação de iniciativas de finanças solidárias, as quais venham a estar integradas em redes.

Forças com as quais devemos contar:

- GT de Finanças Solidárias estaduais e nacional;
- Redes e Entidades Nacionais com identidade com a Economia Solidária;
- Todos os instrumentos de finanças solidárias existentes;
- Empreendimentos de porte médio que tenham condição de incentivar a criação de entidades financeiras;
- ANCOSOL;
- Instâncias de governo a nível nacional, estadual e municipal;
- Conselhos, Comitês, Entidades, Fóruns, Colegiados, Núcleos Diretivos e outras formas de composição e definição de políticas que tenham identidade com a Economia Solidária;
- SENAES/MTE;
- Movimentos sociais que tenham identidade com a Economia Solidária.

Ações:

1. Promover seminários sobre finanças solidárias com os empreendimentos solidários, entidades de apoio e fomento e gestores públicos, utilizando a organização dos FEESs;
2. Popularizar e ampliar os instrumentos de finanças solidárias abrangendo o território nacional, através dos GTs de Finanças Solidárias dos fóruns estaduais e nacional;
3. Promover redes de trocas solidárias;

2.5. Marco Legal

2.5.1. Considerações gerais

Uma lei geral para a economia solidária é um instrumento necessário para a militância do Movimento de Economia Solidária. Na discussão sobre direitos econômicos se busca uma nova concepção para a natureza jurídica das cooperativas. Dentro da discussão sobre o marco jurídico é possível buscar uma lei geral que garanta a autogestão e a democracia. Economia solidária é um conceito que juridicamente e legalmente ainda não existe. A Constituição Federal se refere a um país solidário, mas não é acompanhada por leis específicas sobre o tema.

É necessário buscar definir o que é empreendimento, tanto em instrumentos normativos gerais, quanto em normas mais específicas. Ainda existem muitas dificuldades para se entender o que é um empreendimento solidário, havendo muita discussão. É fundamental haver critérios mais definidos de que tipo de empreendimento pode ser de economia solidária. Estas discussões são complicadas, pois há muita dificuldade na mudança da lei das cooperativas e constituição de um marco jurídico para a economia solidária. Uma das dificuldades em se elaborar o estatuto da economia solidária, é que este poucas vezes é aprofundado nas pautas das discussões, embora hoje já esteja se tornando uma prioridade.

É significativo o quantitativo de leis municipais de economia solidária, sendo que boa parte dos estados já têm alguma proposta de lei de economia solidária.

A criação da lei cooperativista, em 1971 (Lei 5764/71), estava voltada para as cooperativas agropecuárias, quando era outra a realidade social, com forte controle do Incra e do ministério de Agricultura. Após 1988 brevemente foi cogitado se pensar em mudar a Lei 5764/71. A OCB produziu um projeto de lei em 1988 no X congresso da OCB. Está praticamente aprovado desde 1994 na Câmara, sendo que o mesmo projeto foi apresentado pelo Senador Osmar Dias (o mesmo projeto da OCB, mas que agora está com novo nome: Projeto de Lei 003/2007). O projeto de lei para



substituição da ainda vigente 5764/71, que é apoiado pela OCB, não incorpora debates sobre a economia solidária.

Em 2005 houve um acordo para aprovar o Projeto de Lei 003/2007 na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, quando o senador Suplicy apresenta um novo projeto (projeto de lei 153), apoiado por UNISOL, UNICAFES, ANTEAG, CONCRAB e outras entidades.

O Senador Renato Casagrande negociou para juntar os dois projetos, quando houve divergência com a OCB, que não se dispôs a negociar quanto ao registro obrigatório, além de defender maior poder do capital sobre as pessoas. O governo pediu para parar as discussões do Projeto de Lei do Cooperativismo, pois tem um projeto próprio para apresentar, mas até o momento não foi apresentado. Os projetos de leis do Cooperativismo não levam em consideração a economia solidária, até porque a economia solidária ainda não tem existência legal.

Outro projeto, também patrocinado pela OCB, foi proposto pelo deputado Zonta e refere-se à não incidência tributária sobre os atos cooperativos. Este projeto nivela a não incidência tributária tanto para as grandes cooperativas, quanto para as pequenas, fazendo com que as grandes fiquem muito fortalecidas em detrimento das pequenas.

Existe uma discussão sobre balanço social para cooperativas, propondo que o balanço social poderia ser utilizado para se construir um sistema de pontuação, que pudesse estabelecer critérios para distinguir as cooperativas consideradas fraudulentas e aquelas com características de economia solidária.

As cooperativas de trabalho vêm sofrendo uma perseguição das entidades responsáveis pela fiscalização da legislação trabalhista. Um dos resultados desta questão foi a elaboração do Projeto de Lei 7009/2006, encaminhado pelo governo federal para o congresso nacional. A questão se tornou de relevo para a economia solidária. Contudo, ainda falta um processo de discussão da regulamentação das cooperativas de trabalho, havendo também uma concreta preocupação dos empreendimentos de economia solidária em relação às consequências da aprovação desta lei 7009 para a economia solidária.

2.5.2. Orientações

- Lutar por um Estatuto da Economia Solidária que cria uma figura jurídica da economia solidária.
- Lutar pela criação de uma lei específica que conceitue/defina economia solidária.
- Interferir nos projetos de Leis que estão em construção sobre: Lei geral do cooperativismo e Lei das cooperativas de trabalho.
- Trabalhar modelo associativo, trabalhar os projetos de leis já em encaminhamento, e garantir uma política pública para Economia Solidária.
- Promover debates (estadual, municipal, regional, territorial) sobre a Lei das Cooperativas de Trabalho (Lei 7009).
- Realizar, em parceria com a SENAES, oficinas e seminários para trabalhar o projeto de Lei 7009 (cooperativas de Trabalho), em especial o artigo 7.
- Apresentar posição política de enfrentamento à bancada da OCB, que está fortalecida e não tem permitido o avanço dos trabalhos da Lei Geral do cooperativismo.
- Democratizar (nas bases, em níveis local, estadual e nacional) a discussão do Marco Legal (Leis geral e específicas) com metodologias participativas e linguagem acessível.
- Fomentar parceria com a Articulação Nacional de Agroecologia.
- Aprimorar os instrumentos já existentes e formar grupos para trabalhos específicos.
- Garantir, nas nossas propostas de legislação, o uso da terra para fins de Economia Solidária.

2.5.3. Bandeiras Prioritárias

Todas as bandeiras que vieram como prioritárias para a Plenária Nacional a partir dos debates nas Plenárias Estaduais foram consideradas prioritárias, respeitando as considerações e orientações gerais acima. Estas bandeiras são:

- **Por uma Lei Geral da Economia Solidária**
- **Pela alteração, aprovação e implementação das leis de Cooperativismo (geral e específicas) de acordo com os princípios e valores da Economia Solidária**
- **Pela aprovação e implementação de leis municipais e estaduais de reconhecimento e fomento à Economia Solidária**
- **Por uma tributação diferenciada para empreendimentos de Economia Solidária**



- **Pela regulamentação e ampliação do mercado institucional para produtos e serviços da Economia Solidária**
- *Interna: Consolidar articulações do FBES com o poder legislativo*

2.5.4. Detalhamento das bandeiras

a) Por uma Lei Geral da Economia Solidária

Descrição, condições e características

Uma Lei Geral da economia solidária pode ser caracterizada como uma lei:

- Que conceitua e define o que é economia solidária e fomenta uma legislação para defender política de economia solidária
- Que garante direitos para os/as trabalhadores/as de economia solidária
- Que respeite todas as manifestações da economia solidária, incluindo os recortes de gênero, raça, etnia e geração, além de uma relação sustentável com o meio ambiente e a inclusão das pessoas com necessidades especiais
- Que seja baseada nos princípios da economia solidária, com regulamentos específicos para setores/segmentos, como alternativa ao Projeto de Lei Geral do Cooperativismo.

Ações:

- Elaborar projeto de lei
- Fazer mobilizações para aprovação
- Elaborar e discutir proposta de formação e organização para o acúmulo do movimento de economia solidária e articulação entre os empreendimentos
- Realizar plenárias, fóruns, grupos de estudo, pesquisas e outros eventos para construção das propostas com apoio de pessoas que atuam na área
- Formar grupo de trabalho específico para estudar as necessidades de leis para a economia solidária
- Dialogar e articular com a frente parlamentar e movimentos sociais
- Estimular novos modelos jurídicos de empreendimentos solidários e/ou aperfeiçoar as já existentes de acordo com as necessidades da economia solidária.

Forças com as quais devemos contar:

- Parlamentares municipais, estaduais e federais (especialmente a Frente Parlamentar)
- Movimentos sociais
- OAB
- Universidades
- Sindicatos, Centrais e Federações de Trabalhadores.
- Gestores municipais e estaduais e órgãos federais (MDA, Incra, DRT, Ministério Público)

b) Pela alteração, aprovação e implementação das leis de Cooperativismo (geral e específicas) de acordo com os princípios e valores da Economia Solidária.

Descrição, condições e características

Queremos mudanças na legislação do cooperativismo, favorecendo liberdade organizacional, sem o monopólio do sistema OCB, e garantindo o livre direito de registro, além de incorporar a realidade dos empreendimentos de economia solidária.

Trata-se de conquistar reconhecimento na lei para as cooperativas de trabalhadores/as, rurais e urbanos, artesãos/as, entre outras, e facilitar o registro dos grupos informais, reduzindo o número mínimo de sócios/as para sete (7), assim como as exigências burocráticas para formalização (como no Cartório e na Junta comercial), que requerem muito dinheiro e tempo.

É necessária uma legislação e uma estrutura de fiscalização, com controle social, utilizando instrumentos como o balanço social para cooperativas.

Além disso, estas leis devem contemplar a redução dos valores arrecadados dos/as cooperados/as para a seguridade social de acordo com as possibilidades do/a contribuinte. Devem também garantir às cooperativas sociais o acesso ao mercado com a isenção e/ou redução de impostos, assegurando vantagens nas licitações.



Devem ser leis que garantam a regulamentação e o reconhecimento de empreendimentos de economia solidária e que permitam a formalização dos empreendimentos solidários, ou seja, a aquisição do CNPJ e emissão de notas fiscais.

Ações:

- Criação de um grupo de trabalho específico para subsidiar o FBES com uma proposta de alteração da legislação cooperativista
- Organizar mobilizações populares para sensibilização da opinião pública e dos poderes executivo e legislativo e para pressionar parlamentares e o governo federal para agilizar as mudanças na lei do cooperativismo
- Articular e sensibilizar as cooperativas do movimento de economia solidária para debaterem a Lei atual e as mudanças a ela necessária
- Articular e promover debates regionais com representantes da Frente Parlamentar do cooperativismo (FRESCOOP) para nos sintonizarmos com o debate e lutar pela alteração das correlações de força contrárias às mudanças na lei atual

Forças com as quais devemos contar:

- Frentes parlamentares estaduais e federal
- OAB
- Movimentos Populares e sociedade em geral
- Advogados e contadores comprometidos com a causa

c) Pela aprovação e implementação de leis orgânicas municipais, estaduais e federais de reconhecimento e fomento à economia solidária.

Descrição, condições e características

Temos avançado consideravelmente com a proposição e aprovação de leis e projetos de leis municipais e estaduais de fomento à Economia Solidária em vários estados, mas esta ainda é uma bandeira prioritária e estratégica para muitos estados, visto que é um passo para a viabilização e reconhecimento dos empreendimentos solidários antes mesmo de mudanças estruturais na legislação federal.

Trata-se de legislação municipal e estadual adequada às necessidades e demandas reais dos empreendimentos econômicos solidários, e envolve a necessidade de que o movimento se aproprie das leis existentes, como também dialogue nos fóruns as dificuldades e estratégias para formulação de novas leis que possam atender a estas necessidades e demandas.

Estas legislações devem definir as relações de produção, comercialização e consumo e que atender às especificidades da economia solidária, com legislação e tributação específicas e diferenciadas, reconhecendo as diversas formas de organização social do trabalho e conceituando-as.

Ações:

- Elaborar propostas de projetos de lei, identificando demandas junto aos empreendimentos solidários
- Buscar parcerias através de advogados junto à OAB e entidades de apoio através do Conselho Estadual e Municipal como instrumento de controle social e de diálogo com o poder público
- Levar o assunto (Marco legal) a todos os fóruns que tratem da economia solidária no País
- Debater sobre a importância das leis e de incentivos para ampliar a organização da economia solidária
- Sistematizar, partilhar e divulgar leis estaduais e projetos estaduais de lei de economia solidária existentes
- Fazer mobilizações e outras ações de pressão
- Articular audiências públicas
- Orientar os Fóruns estaduais: articular junto aos deputados estaduais a proposição e aprovação de leis municipais e estaduais de interesse à economia solidária
- Formar uma rede de advogados ligados à economia solidária.

Forças com as quais devemos contar:

- Parlamentares – em especial a Frente Parlamentar
- Gestores Públicos



- Sindicatos que estão vinculados ao Fórum Estadual de Economia Solidária
- Redes e entidades locais, regionais e nacionais.
- Poder público, em especial a SENAES
- Movimentos Sociais;

d) Por uma tributação diferenciada para empreendimentos de Economia Solidária

Descrição, condições e características

O reconhecimento da economia solidária também passa pela necessidade de tratamento diferenciado levando em conta as características dos empreendimentos solidários.

Ações

- Debater e elaborar proposta de regime tributário diferenciado
- Articular e constituir uma rede de advogados

Forças com as quais devemos contar:

- Parlamentares sensibilizados com a causa
- Advogados e contadores simpatizantes com a economia solidária
- Movimentos Sociais
- Sociedade Civil organizada
- OAB
- Universidades

e) Pela regulamentação e ampliação do mercado institucional para produtos e serviços da Economia Solidária

Descrição, condições e características

O estado é um grande consumidor, através das suas instituições públicas em todos os níveis da federação. É fundamental o reconhecimento da importância da economia solidária por parte do estado que vá para além de fomento e apoio, mas que também envolva a priorização dos produtos e serviços da economia solidária para abastecer o mercado institucional.

Para isso, é preciso conquistar a reformulação da lei de licitações públicas (Lei n 8.666) de modo a incluir os empreendimentos solidários através do estabelecimento de cotas mínimas para compras governamentais dos produtos e serviços da economia solidária.

Uma sugestão é que o SNCJS sirva como normativa de base para o reconhecimento dos produtos e serviços da economia solidária.

Ações:

- Articular com parlamentares nas três esferas
- Lutar pelo reconhecimento e formalização dos empreendimentos solidários
- Rever e propor alterações em programas do governo federal, tais como a CONAB
- Promover instrumentos normativos que rompam os limites licitatórios e ampliem o alcance do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário.

Forças com as quais devemos contar:

- Parlamentares e Frente Parlamentar nas três esferas para apoio tanto legislativo como jurídico
- Redes e entidade nacionais
- Poder público federal, em especial a SENAES/MTE
- Movimentos sociais
- Conselhos estaduais e nacional de economia solidária

Consolidar articulações do FBES com o poder legislativo

Descrição, condições e características:

Esta bandeira consiste em consolidar uma base aliada no poder legislativo que possa garantir o avanço nas várias bandeiras do movimento no âmbito do marco legal. A interlocução com o poder legislativo, em especial com a Frente Parlamentar, deverá ser estratégica na definição das questões legais de apoio e fomento à economia solidária no Brasil.



Ações:

- Criar comissões (nacional, estaduais e municipais) com o objetivo de fazer interlocução continuada junto a parlamentares
- Elaborar e sistematizar propostas de projetos de lei para a economia solidária a serem apresentadas a parlamentares
- Sensibilizar parlamentares municipais e estaduais através de eventos, de mobilizações e de articulação com forças políticas regionais e nacionais simpáticas ao tema da economia solidária

Forças com as quais podemos contar:

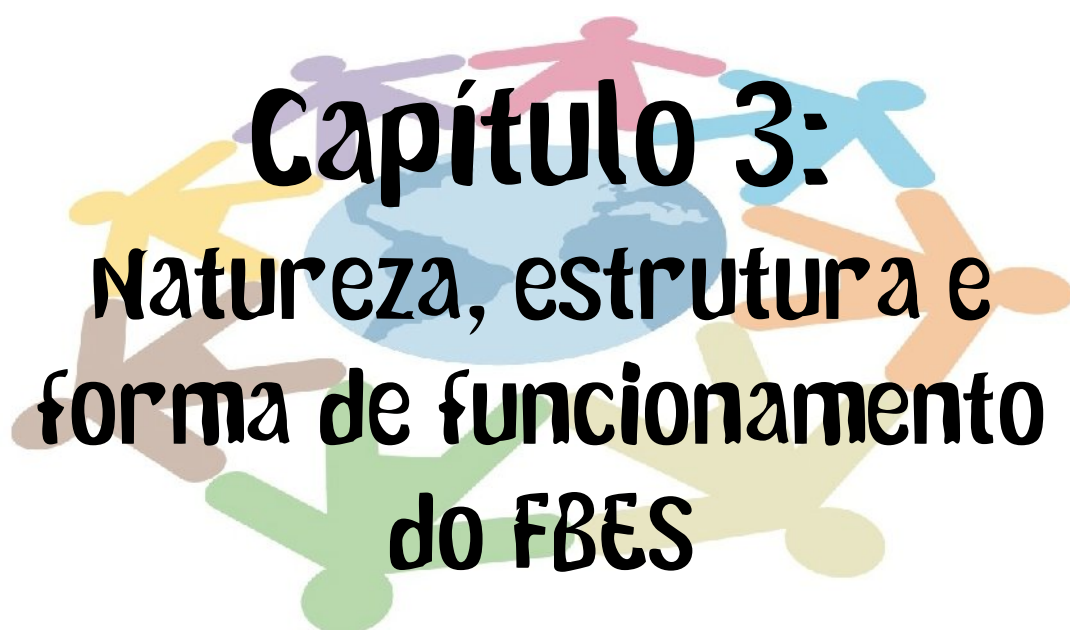
- Conselho nacional de economia solidária (CNES)
- Rede de gestores
- Simpatizantes do movimento de economia solidária no poder legislativo
- Forças políticas das bases (municipais, regionais e estaduais)
- Advogados da frente parlamentar
- Universidades
- Movimentos sociais de lutas afins

f) Ações transversais

Além dos elementos de detalhamento das bandeiras prioritárias, foram elencadas algumas ações que perpassam mais de uma bandeira, e que portanto têm caráter transversal:

- Aprovar plano Diretor de desenvolvimento e divulgação das redes de Produção e Consumo da Economia Solidária para fomentar a comercialização.
- Estabelecer critérios de diferenciação para o porte das cooperativas rurais e urbanas e/ou empreendimentos solidários, para fins de política pública/tributação.
- Garantir dotações para as políticas públicas (municipais, estadual e federal) para economia solidária nos instrumentos do ciclo orçamentário (PPA, LDO, LOA).
- Adequar as leis sanitárias para produtos da agricultura familiar e economia solidária, envolvendo, pelo menos: MAPA, MDA e ANVISA
- Trabalhar outras formas de autogestão para os empreendimentos de economia solidária.





Capítulo 3:
Natureza, estrutura e
forma de funcionamento
do FBES

3. Natureza, estrutura e forma de funcionamento do FBES

A metodologia dos trabalhos sobre a natureza, estrutura e forma de funcionamento do FBES durante a IV Plenária Nacional consistiu em trabalho em 10 grupos (identificados de A a J), que entregaram seus relatórios para a comissão sistematização para que esta consolidasse as contribuições dos grupos e preparasse os pontos a serem deliberados na última sessão plenária, ocorrida no domingo, 30 de março.

Como foi aprovado no Regimento Interno que qualquer contribuição de qualquer grupo deveria ir para a sessão plenária, a equipe de sistematização teve que se debruçar sobre aproximadamente 700 itens vindos dos grupos, e preparou para a sessão plenária os itens mais importantes para votação. A Plenária deliberou então que os outros itens, que não foram levados à sessão plenária de domingo, seriam sistematizados pela equipe de sistematização após o evento e constariam no relatório final.

Assim, após a Plenária Nacional, a equipe de sistematização trabalhou sobre o conjunto de propostas vindas dos 10 grupos e fez a consolidação seguindo as seguintes regras, aprovadas pela Comissão Organizadora Nacional:

1. Todas as deliberações tomadas na última sessão plenária, de domingo, foram incorporadas sem modificações, exceto para correções ortográficas e gramaticais.
2. Com relação aos itens não deliberados durante a última sessão plenária, foram adotadas 3 regras:
 - a) Sempre que as deliberações de grupos contribuísem para ampliar ou melhorar a redação de determinado item, e não fossem divergentes, apenas mais inclusivas ou melhor redigidas, foram incorporadas em uma única proposta consensual.
 - b) No caso de deliberações dos grupos que não podiam ser incorporadas pela regra acima, ou seja, que não poderiam convergir numa proposta consensual, o item foi considerado então como não aprovado e portanto foi colocado no Anexo A deste relatório, com as propostas de cada grupo, indicando o nome dos grupos proponentes de cada proposta (ver Anexo A).
 - c) A única exceção à regra acima é quando 9 grupos apresentaram a mesma proposição e um dos grupos apresentava uma proposição diferente. Nestes casos, a proposta era considerada aprovada e a comissão de sistematização buscava incorporar o máximo possível da proposta do grupo diferente. É importante ressaltar que esta regra vale apenas para os casos em que 9 grupos manifestaram explicitamente uma mesma proposta consensual levando-se em conta as agregações da regra (a).

Segue abaixo, portanto, o conjunto de deliberações da IV Plenária Nacional de Economia Solidária a respeito da natureza, estrutura e funcionamento do FBES. No Anexo A são apresentados os itens que devem ser deliberados na VIII Reunião da Coordenação Nacional do FBES.

3.1. Da natureza e finalidades

3.1.1. Da natureza

O FBES é um instrumento do movimento da Economia Solidária, um espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais pela construção da economia solidária como base fundamental de outro desenvolvimento sócio econômico do país que queremos.

3.1.2. Das finalidades

O FBES tem duas finalidades principais

1. Representação, articulação e incidência na elaboração e acompanhamento de políticas públicas de Economia Solidária e no diálogo com diversos atores e outros movimentos sociais ampliando o diálogo e se inserindo nas lutas e reivindicações sociais.

O FBES busca a confluência entre as forças existentes no movimento de Economia Solidária e a sua participação ativa em GTs, Comitês, no Conselho Nacional de Economia Solidária e em outras instâncias de proposição e construção de políticas públicas.



Como o atual governo apóia explicitamente a Economia Solidária, um dos desafios do FBES é acompanhar estas demandas de forma ativa e crítica, buscando o estabelecimento de políticas públicas, compromissos e acordos entre as forças que hoje atuam na Economia Solidária.

2. Apoio ao fortalecimento do movimento de Economia Solidária, a partir das bases.

O FBES também realiza ações de animação, subsídios, potencialização e apoio ao fortalecimento do movimento, para que os fóruns municipais, regionais e estaduais sejam a força que move e pauta e apontem para a Economia Solidária como perspectiva de desenvolvimento sustentável, endógeno e solidário.

3.2. Dos segmentos e representação

3.2.1. Empreendimentos Solidários

a) O que é um empreendimento de Economia Solidária

O FBES reconhece por empreendimentos de economia solidária as organizações que sigam os seguintes critérios:

Quanto à gestão e funcionamento internos:

- São coletivas (singulares e complexas), tais como associações, cooperativas, empresas autogestionárias, clubes de trocas, redes, grupos produtivos informais e bancos comunitários.
- Seus participantes ou sócias/os são trabalhadoras/es dos meios urbano e/ou rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados.
- Podem ter ou não um registro legal, prevalecendo a existência real. A forma jurídica não é o mais fundamental, mas sim a autogestão.
- No caso de associações sem fins lucrativos, estas devem possuir atividade(s) econômica(s) definida(s) em seus objetivos.
- São organizações regulares, que estão em funcionamento, e organizações que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas.
- Realizam atividades econômicas que podem ser de produção de bens, prestação de serviços, de crédito (ou seja, de finanças solidárias), de comercialização e de consumo solidário.
- São organizações que respeitem os recortes de gênero, raça, etnia, geração, orientação sexual, grupos sociais minoritários como comunidades tradicionais e de fundo de pasto, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, portadores de necessidades especiais; que abominem toda a forma de violência contra mulheres, crianças, índios, negros:as; e que contemplem a dimensão ética em suas ações e atividades.
- São organizações que respeitem o direito de trabalhadores/as e não explorem o trabalho infantil, considerando exploração o trabalho forçado e coagido e não a transmissão de saberes tradicionais entre pai, mãe e filhos na agricultura familiar.
- São organizações que valorizam o compartilhamento, entre homens e mulheres, do trabalho reprodutivo e do cuidado com as pessoas.
- São organizações que respeitem critérios ambientais nas suas atividades econômicas, buscando a priorização da conservação ambiental e o desenvolvimento humano.

Quanto à atuação dos empreendimentos solidários no meio onde estão inseridos:

Os empreendimentos devem buscar se organizar em redes e cadeias de produção, comercialização e consumo solidários, conglomerados, entre outras formas coletivas para além do empreendimento isolado.

Quanto à relação dos empreendimentos solidários com o Fórum local:

Os empreendimentos que foram eleitos para as coordenações locais e nacional, devem representar o conjunto dos demais empreendimentos independentemente do ramo produtivo e considerar que ele representa o fórum local nas reuniões nacionais e não apenas o segmento de empreendimentos.

Para representação dos Fóruns locais deve-se priorizar a escolha de empreendimentos que se articulam e debatam discussões mais amplas sobre desenvolvimento, ampliando sua ação política, tanto localmente (sua comunidade, bairro, cidade) quanto nos debates de nível nacional e internacional.



Sobre empreendimentos da agricultura familiar, urbanos, indígenas, extrativistas e comunidades tradicionais:

- Empreendimentos da agricultura familiar, unidades indígenas, quilombolas e extrativistas, agricultores urbanos são empreendimentos solidários se estiverem integrados em empreendimentos coletivos, autogestionários e supra-familiares.
- Comunidades tradicionais (ribeirinhas, quilombolas, pescadores, etc) podem ser considerados empreendimentos solidários se de fato tiverem uma ação econômica coletiva.
- Empreendimentos familiares urbanos podem ser considerados como empreendimentos solidários desde que integrados a uma organização por ramos de atividades ou território e que obedeçam os princípios da economia solidária.

b) Sobre empreendimentos que não se encaixam nos critérios acima

Os empreendimentos que não se enquadrarem nos critérios acima que caracterizam empreendimentos solidários podem participar normalmente dos Fóruns Locais, desde que busquem atender os referidos critérios tornando-se um empreendimento ou se incorporando/articulando com outros empreendimentos, mas não podem ser representações nas suas instâncias.

c) Sobre redes e cadeias solidárias

Uma cadeia é considerada como cadeia solidária se houver equilíbrio entre os atores econômicos da cadeia, sem exploração nem domínio de nenhum elo, e se em suas transações houver cuidado ambiental e sustentabilidade.

d) Sobre representação de redes e cadeias solidárias nos Fóruns locais e nacional

Se a rede é mista (ou seja, possui empreendimentos solidários e entidades de assessoria), ela deve definir o segmento a qual pertence, não podendo mudar depois. A partir daí, a pessoa que representa a rede deve fazer parte deste segmento escolhido. Em outras palavras: Se uma rede mista decidir que faz parte do segmento das assessorias, o/a seu/sua representante deve fazer parte de uma das entidades de assessoria da rede. Se, por outro lado, a rede se define como sendo parte do segmento de empreendimentos, o/a seu/sua representante deve ser um/a trabalhador/a de um empreendimento solidário da rede.

A representação dos EES nos fóruns locais, nacional e outros espaços políticos pode se dar por EES ou por rede de EES. As redes, tanto singulares como mistas, são estratégias fundamentais para o desenvolvimento do movimento da economia solidária.

3.2.2. Entidades de assessoria

a) O que é Entidade de Assessoria

O FBES reconhece por entidades de assessoria e fomento à economia solidária as organizações que sigam os seguintes critérios:

Quanto à sua ação:

Entidades de assessoria e fomento são organizações que:

- Desenvolvem efetivamente ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos empreendimentos solidários, tais como capacitação, assessoria, incubação, pesquisa, acompanhamento, fomento a crédito, assistência técnica e organizativa.
- Estimulam a participação dos empreendimentos assessorados nos Fóruns.
- Tenham suas atividades e participação regulares dentro do Fórum, e não eventuais, pontuais ou corporativas.
- Subsidiem o Fórum na elaboração e fomento de políticas.
- Baseiam a sua metodologia de assessoria e apoio a empreendimentos solidários nas deliberações e acúmulos dos encontros, oficinas e seminários sobre Formação promovidos e articulados pelos Fóruns, como por exemplo as deliberações da II Oficina Nacional sobre Formação em ES.
- Assessoram os empreendimentos na perspectiva do fomento e estímulo à constituição de redes e cadeias.
- Levam em consideração critérios ambientais nas suas atividades.
- Respeitam os recortes de gênero, raça, etnia, geração e diferentes orientações sexuais em suas ações e atividades.
- Assumem práticas e valores autogestionários na sua atividade e fins de fomento e assessoria.



- Tenham disponibilidade de participar de conselhos e outros fóruns, e sua atuação nestes espaços seja baseada em deliberações dos Fóruns de economia solidária dos quais participam. As informações de sua atuação devem ser compartilhadas com estes mesmos Fóruns de economia solidária.
- Incluam em seus projetos anuais planos de ação dirigidos ao fortalecimento dos Fóruns locais, com aporte de recursos financeiros e/ou não financeiros. As entidades devem, entretanto, ser avaliadas pelo seu compromisso com o tema da economia solidária.
- Projetos articulados de apoio aos Fóruns locais devem ser desenvolvidos em conjunto com os outros segmentos do Fórum.

Quanto à sua organização coletiva

- As entidades de assessoria e fomento devem compor, construir e fomentar a Rede de Formadores Estadual, Regional e Nacional.
- As entidades de assessoria e fomento devem trabalhar coletivamente e se articular, na busca de ações conjuntas de apoio aos Fóruns locais.

3.2.3. Gestores Públicos

a) O que são Gestores Públicos

O FBES reconhece como gestores públicos aqueles que elaboram, executam, implementam e ou coordenam políticas públicas de economia solidária.

Para que os gestores públicos participem no FBES, devem ser obedecidos os seguintes critérios:

- A representação de gestores públicos nos Fóruns deve ser em rede, e não de modo individualizado. Desta maneira, os gestores trazem um debate que não reflete apenas a sua atuação específica, mas o debate mais amplo de políticas públicas para a economia solidária. O que importa é os gestores estarem organizados e representados em rede, de qualquer nível da federação (municipal, estadual, federal).
- Os gestores devem respeitar o recorte de gênero, ambiental, raça e etnia em suas atividades.

3.2.4. Movimentos sociais

Movimentos sociais não participam como um segmento dos Fóruns locais e nacional. São aliados na construção de lutas comuns, a partir das pautas específicas a cada um. Cada Fórum (desde o local ao nacional) deve definir sua agenda e dialogar com outros movimentos sociais, em prol da transformação social e mudança na perspectiva de desenvolvimento do país. É fundamental ampliar as alianças com outros movimentos sociais.

3.3. Da estrutura e forma de funcionamento

3.3.1. Das instâncias constituintes

a) Fóruns Locais (Estaduais, Microrregionais ou Municipais)

Quanto aos critérios obrigatórios para o reconhecimento de um Fórum Local:

- Democracia interna nas tomadas de decisão com base nos regimentos internos e carta de princípios do FBES (reuniões, atas, plenárias periódicas, entre outros).
- Orientar suas ações e mobilizações em torno das bandeiras do FBES.
- Quantidade de empreendimentos solidários rurais e urbanos efetivamente atuantes no Fórum Local (falta regulamentar).
- Quantidade de entidades de assessoria efetivamente atuantes e comprometidas com o Fórum Estadual e locais/municipais/regionais (falta regulamentar).
- Específico para Fóruns Estaduais: Quantidade de fóruns microrregionais e/ou municipais estruturados, consolidados e com participação ativa no Fórum Estadual (falta regulamentar)
- Quantidade de empreendimentos solidários urbanos e rurais efetivamente atuantes no Fórum Local (falta regulamentar).
- Ter secretaria executiva.
- Garantir a ampla socialização dos debates e informações na sua região de abrangência.



- Existir apenas um Fórum Local em sua região de abrangência (ou seja, apenas 1 fórum por estado, por microrregião, por município, etc.).
- Ter e manter um fundo de manutenção do Fórum Local, com contribuições de seus integrantes.
- Garantir a participação, no mínimo de 50% das mulheres como representantes dos empreendimentos e das entidades nas instâncias do Fórum Local.
- Ter uma Carta de Adesão para novos integrantes ao Fórum Local.
- Ter e manter um cadastro dos empreendimentos, entidades e redes do Fórum Local.
- Garantir a qualidade das suas representações, tanto para levar deliberações do estado quanto para repassar decisões nacionais ao FEES. Além disso, garantir que suas/seus representantes não representem apenas o seu segmento, mas o conjunto do Fórum Local, e evitem acumular muitas funções de representação.
- Dialogar e articular-se com outros Fóruns Locais de economia solidária (de outros estados ou regiões).
- Composição diversa, com a presença e compromisso dos diversos atores da Economia Solidária na sua região de abrangência.

Quanto à composição das Coordenações dos Fóruns Estaduais:

Os Fóruns Locais têm liberdade de definir a composição de suas coordenações desde que respeitem os critérios apontados acima.

Quanto à Formalização dos Fóruns Locais

Os Fóruns Locais (sejam eles estaduais, microrregionais ou municipais) não devem ser formalizados, ou seja, não devem ter personalidade jurídica (CNPJ).

Quanto aos critérios de avaliação de um Fórum Local:

Além dos critérios obrigatórios acima, os seguintes critérios são indicadores para avaliar o estado em que se encontra um Fórum Local, e portanto não são obrigatórios, mas apenas instrumentos de avaliação dos avanços e dificuldades de cada Fórum Local.

São critérios de avaliação de um Fórum Local:

- Ampliar a articulação com outros atores e fóruns de outras temáticas da região de abrangência (incluindo os de políticas territoriais do MDA/SDT) para construção de propostas e lutas conjuntas, a partir da perspectiva do desenvolvimento local, conhecendo e se envolvendo com a conjuntura dos movimentos sociais, das lutas e dos problemas enfrentados no campo de atuação da economia solidária.
- Propor políticas públicas na sua região de abrangência; acompanhar, monitorar e articular as demandas de políticas públicas ligadas ao tema, de forma articulada com os conselhos de economia solidária (onde já existirem).
- Ser um espaço que aglomere diferentes forças e sujeitos do campo da economia solidária na sua região de abrangência.
- Garantir que cada empreendimento, cadeia, rede ou entidade de assessoria que venha a receber apoio financeiro devido a políticas públicas para o setor da Economia Solidária busque retornar uma porcentagem dos recursos adquiridos para o Fórum Local que pertença.
- Ser um espaço de formação dos militantes da economia solidária: Realizar encontros e oficinas específicos de capacitação de seus integrantes, conscientizar seus integrantes de que fazem parte de um movimento social e estimular que conheçam os outros movimentos sociais da sua região de abrangência.
- Buscar avançar para formas alternativas de representação de empreendimentos solidários nos Fóruns Locais: via redes de setor econômico ou territorial; via cadeias; via núcleos locais de articulação de empreendimentos e assessorias nos bairros e comunidades, entre outras.
- Buscar o aumento de entidades de assessoria para aumentar a quantidade de profissionais assessorando empreendimentos na sua região de abrangência.
- Identificar, valorizar e socializar as conquistas alcançadas no movimento de economia solidária.
- Ter um processo de certificação dos produtos da economia solidária a partir da implantação do SNCJS.

Critérios de avaliação específicos para Fóruns Estaduais:

- Dar apoio para os representantes da coordenação nacional articularem as microrregionais.
- As coordenações estaduais devem ter representantes das microrregiões.



b) Entidades e redes nacionais

Quanto às características das Entidades e Redes Nacionais:

Entidades e redes nacionais são aquelas que tem ação territorial, com presença nos estados, regiões e municípios, com capilaridade nos territórios.

Critérios para reconhecimento de entidades nacionais no FBES:

- Serão reconhecidas como entidades nacionais do FBES as que tiverem participação efetiva em pelo menos 7 Fóruns Estaduais comprovada pelos mesmos.
- Caso seja avaliado que a entidade não tenha ação efetiva num fórum local, o fórum local poderá vetar a participação no fórum nacional.

3.3.2. Das instâncias deliberativas, de gestão e de apoio

a) Plenária Nacional

A Plenária Nacional é a instância máxima de deliberação do FBES, dando as diretrizes políticas mais amplas para orientar a Coordenação Nacional e Coordenação Executiva.

A Plenária Nacional ordinária deve ser realizada a cada 3 anos.

b) Coordenação Nacional

Quanto às atribuições:

- Deliberar em última instância sobre decisões políticas, operacionais e administrativas do FBES;
- Implementar políticas e estratégias de fortalecimento de acordo com as deliberações da plenária;
- Contribuir para a formulação de políticas e estratégias de fortalecimento do movimento de Economia Solidária;
- Fazer a mediação política, diálogo e incidência no Conselho Nacional de Economia Solidária e em órgãos do governo federal;
- Deliberar sobre o ingresso e permanência dos membros da Coordenação Nacional (tanto representantes de Fóruns Estaduais quanto de entidades e redes nacionais de assessoria), segundo critérios estabelecidos pela IV Plenária Nacional;
- Orientar, direcionar e, se preciso, redirecionar as ações da Coordenação Executiva e a Secretaria Executiva, para o período entre suas reuniões ordinárias;
- Criar ou extinguir Grupos de Trabalho com composição, objetivos e prazos adequados às tarefas demandadas.

Quanto ao funcionamento:

- As pautas das reuniões da coordenação nacional devem ser enviadas previamente com tempo suficiente para serem debatidas nos Fóruns Estaduais;
- Deve-se buscar ampliar meios virtuais de participação em decisões nacionais, tais como videoconferências e salas de bate-papo;
- As informações devem ser compartilhadas. Para isso, deve-se buscar ampliar os mecanismos de comunicação e divulgação para além da internet.

Quanto à composição vinda dos Fóruns Estaduais:

Serão eleitos 3 representantes por Fórum Estadual, sendo 2 de empreendimentos solidários e uma de entidade de assessoria.

Quanto à composição vinda dos gestores públicos:

A(s) rede(s) de gestores indicará(ão) dois gestores por região e mais 2 em nível nacional.

Quanto à composição vinda das Entidades Nacionais:

- As entidades de representação nacional não poderão eleger representantes adicionais nos Fóruns Estaduais. (Por exemplo, uma entidade de apoio e fomento que esteja contemplada como de representação nacional não pode eleger novos representantes em plenárias estaduais.)
- A representação das entidades nacionais na Coordenação Nacional, com limite de até 12 representantes, deverá seguir os critérios definidos sobre a participação de entidades e redes nacionais no FBES.



c) Coordenação Executiva

Quanto aos objetivos:

A Coordenação executiva tem como principal objetivo fazer a gestão política cotidiana, a interlocução com outros movimentos e com o governo federal, e o acompanhamento da Secretaria Executiva Nacional.

Quanto às atribuições:

- Fazer a mediação política, de acordo com orientações da Coordenação Nacional, com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES-MTE) e com outras instâncias do governo federal, com seus Planos de Ação e com as providências deles decorrentes;
- Tomar decisões políticas, operacionais e administrativas para a realização das ações deliberadas pela Coordenação Nacional e Plenária Nacional;
- Acompanhar a gestão financeira e administrativa da Secretaria Executiva;
- Indicar representantes do FBES na participação em eventos;
- Propor a agenda e metodologia das reuniões da Coordenação Nacional;
- Definir critérios para a escolha dos membros da Secretaria Executiva.

Quanto ao funcionamento:

- As/os integrantes da Coordenação Executiva são eleitos pela Coordenação Nacional dentre seus integrantes.
- É necessário ampliar os canais de comunicação entre a coordenação executiva e a coordenação nacional, permitindo uma aproximação entre as duas instâncias.
- Que os membros da Coordenação Executiva mantenham contato com as suas bases, participando das reuniões dos fóruns estaduais.

d) Secretaria Executiva Nacional

Quanto aos objetivos específicos:

- Potencializar e dar vazão à diversidade de vozes, concepções e práticas que emanam das instâncias constituintes do FBES (Fóruns Estaduais e Entidades Nacionais)
- Contribuir para a articulação interna e entre os segmentos em torno das lutas e bandeiras do FBES
- Contribuir para a afirmação do protagonismo do segmento dos empreendimentos no FBES
- Fortalecer a organização da Economia Solidária em nível local a partir da partilha do saber-fazer da secretaria executiva

Quanto às atribuições

Acompanhamento

- Organizar, acompanhar, secretariar e disponibilizar relatórios dos encontros periódicos das instâncias do FBES (Coordenação Nacional, Coordenação Executiva e GTs)
- Organizar, acompanhar, garantir a relatoria (própria ou de outros) e disponibilizar relatórios de eventos organizados pelo FBES, tais como encontros regionais, oficinas, plenárias, feiras, festivais, entre outros
- Subsidiar a participação do FBES em eventos e garantir a socialização das informações e encaminhamentos retirados

Comunicação / Animação

- Criar, manter e animar ferramentas de comunicação interna (para dentro do FBES e suas instâncias) e externa (público, entidades e poder público), tais como: atendimento ao público via telefone, e-mail e Fax; manutenção e animação do site fb.es.org.br; manutenção e animação das listas virtuais de discussão; elaboração de boletins quinzenais; entre outras;

Gestão / Sustentação

- Administrar projetos de sustentação da estrutura do FBES em níveis nacional e macrorregional, com acompanhamento da Coordenação Executiva;
- Elaborar projetos e captar recursos para o FBES, a partir das deliberações de suas instâncias.
- Arquivar, sistematizar e disponibilizar o acervo documental do FBES.

Articulação

- Contribuir com a integração do FBES com outros fóruns, redes internacionais, instâncias do governo federal e outros movimentos sociais;
- Desencadear processos de formação junto às secretarias estaduais existentes e estimular a criação de novas;



e) Grupos de Trabalho

Quanto ao funcionamento

- Os GTs devem ampliar o uso de meios eletrônicos para seus debates irem além dos encontros presenciais e para melhor comunicação com a Coordenação Nacional e Executiva do FBES.





Anexo A: Itens da seção 3 a serem deliberados na VIII Reunião da Coord. Nacional

Este anexo apresenta os pontos que a IV Plenária Nacional decidiu que serão deliberados na VIII Reunião da Coordenação Nacional do FBES. Buscamos indicar para cada item o local exato em que se encaixa no capítulo 3, e identificamos os grupos que defendiam cada uma das propostas.

1. Quanto ao patrimônio do empreendimento solidário (3 propostas):

Localização: Seção 3.2.1 “Empreendimentos Solidários”, dentro do item (a) “O que é um empreendimento de Economia Solidária”.

- **Grupos A, D, E, F, G, H, I:** São organizações em que o patrimônio e os meios de produção são coletivos, ou seja, pertencente a todos/as os/as trabalhadores/as do empreendimento.
- **Grupo B:** São organizações em que a gestão do patrimônio e dos meios de produção é coletiva de todos/as os/as trabalhadores/as do empreendimento.
- **Grupo J:** São organizações em que os bens de uso são de controle coletivo (parcial ou total) do conjunto dos/as trabalhadores/as do empreendimento;

2. Quanto à atividade fim do empreendimento solidário (4 propostas):

Localização: Seção 3.2.1 “Empreendimentos Solidários”, dentro do item (a) “O que é um empreendimento de Economia Solidária”.

- **Grupos C, D, E, F, G, H:** Sua atividade fim deve ser coletiva, ou seja, um empreendimento que seja simplesmente um “guarda-chuva” de trabalhadores que fazem suas atividades individualmente não deve ser considerado empreendimento solidário.
- **Grupos A, B:** Sua atividade fim deve ter algum caráter coletivo, ou seja, um empreendimento que seja simplesmente um “guarda chuva” de trabalhadores que fazem suas atividades individualmente não deve ser considerado empreendimento solidário.
- **Grupo J:** Sua atividade fim deve ser coletiva.
- **Grupo I:** (Eliminar este item)

3. Sobre a formalização de empreendimentos solidários (2 propostas)

Localização: Seção 3.2.1 “Empreendimentos Solidários”, depois do item (d) “Sobre representação de redes e cadeias solidárias nos Fóruns locais e nacional”. Seria um novo item: (e).

- **Grupos A, B, D, E, F, J:** Os empreendimentos que não são formalizados em formas jurídicas que possam comercializar (emitir nota fiscal) são reconhecidos como empreendimentos solidários, mas devem ter como meta buscar a sua formalização jurídica, lutando por avanços na legislação.
- **Grupos G, H, I:** (Eliminar este item)

4. Fomento das entidades de assessoria à formalização dos empreendimentos assessorados (2 propostas):

Localização: Seção 3.2.2 “Entidades de Assessoria”, dentro do item (a) “O que é Entidade de Assessoria”.

- **Grupos A, B, D, E, F, G, J:** Fomentem a formalização dos empreendimentos assessorados.
- **Grupos C, I, H:** (Eliminar este item)

5. Quanto ao tempo mínimo de experiência das entidades de assessoria (3 propostas):

Localização: Seção 3.2.2 “Entidades de Assessoria”, dentro do item (a) “O que é Entidade de Assessoria”.

- **Grupos A, E:** Tenham experiência de assessoria e acompanhamento de pelo menos quatro anos.
- **Grupos C, B, J:** Tenham experiência de assessoria e acompanhamento de pelo menos dois anos.
- **Grupos D, F, I, H:** (Eliminar este item)



6. Quanto à quantidade máxima de empreendimentos apoiados pelas entidades de assessoria (2 propostas):

Localização: Seção 3.2.2 “Entidades de Assessoria”, dentro do item (a) “O que é Entidade de Assessoria”.

- **Grupos B, E, G:** Deve haver um limite máximo para a quantidade de empreendimentos assessorados de forma a garantir a qualidade da ação da entidade. Este limite deve ser de acordo com a capacidade e estrutura da entidade.
- **Grupos A, D, F, I, H, J:** (Eliminar este item)

7. Proposta de inclusão de novo critério sobre gestores públicos:

Localização: Seção 3.2.3 “Gestores Públicos”, dentro do item (a) “O que são Gestores Públicos”.

- **Grupo H:** São reconhecidos como Gestores públicos aqueles que desenvolvem as políticas públicas em parceria com os outros segmentos do movimento de ES

8. Sobre participação de movimentos sociais de atores econômicos (2 propostas):

Localização: Seção 3.2.4 “Movimentos Sociais” (ao final da seção).

- **Grupos C, D, F, H, J:** Movimentos sociais que articulam atores econômicos (tais como movimento de pescadores, de catadores, etc.) podem participar dos Fóruns no segmento de empreendimentos solidários.
- **Grupos B, G:** (Eliminar este item)

9. Da validação dos segmentos: Fóruns Locais (2 propostas):

Localização: Depois da seção 3.2.4 “Movimentos sociais” deve ser criada uma seção 3.2.5 “Da validação dos segmentos”.

- **Grupos B, H, C, E, F:** É o Fórum local que deve validar, na base, se os empreendimentos, entidades de assessorias ou gestores públicos estão de acordo com os critérios apontados acima. Em caso de divergências, caberá recurso a instância imediatamente superior.
- **Grupo D:** É o Fórum local que deve validar, na base, se os empreendimentos e entidades de assessorias estão de acordo com os critérios apontados acima. Em caso de divergências, caberá recurso a instância imediatamente superior.

10. Da validação dos segmentos: usar o mapeamento como referência (3 propostas):

Localização: Depois da seção 3.2.4 “Movimentos sociais” deve ser criada uma seção 3.2.5 “Da validação dos segmentos”.

- **Grupos A, B, C, D, E:** Os critérios do mapeamento não são referência para validação dos segmentos.
- **Grupo J:** Os critérios de mapeamento também são referência para validação dos segmentos.
- **Grupos F, G, H:** (Eliminar este item)

11. Da participação das/dos militantes da economia solidária (3 propostas):

Localização: Depois da seção 3.2.5 “Da validação dos segmentos” seria criada uma seção 3.2.6 “Da participação das/dos militantes da economia solidária”.

- **Grupos D, B, H, E:** Há participantes do movimento de economia solidária que não se encaixam em nenhum dos segmentos e são militantes. Estes podem participar dos Fóruns locais se forem indicados por integrantes do mesmo.
- **Grupo F:** Há participantes do movimento de economia solidária que não se encaixam em nenhum dos segmentos e são militantes. Estes podem participar dos Fóruns locais se forem indicados pela Coordenação do mesmo.
- **Grupos A, G:** (Eliminar este item)



12. Fóruns Locais: com relação aos critérios quantitativos (2 propostas):

Localização: Seção 3.3.1 “Das instâncias constituintes”, no item (a) “Da participação das/dos militantes da economia solidária”, depois do bloco “Quanto aos critérios obrigatórios para o reconhecimento de um Fórum Local”.

- **Grupos A, C:** Tomar como referência a quantidade de empreendimentos e entidades mapeadas, pelo Mapeamento da Economia Solidária, na região de abrangência do Fórum Local (por exemplo 10% da quantidade mapeada, proposta do grupo C)
- **Grupos H, I:** Usar outros critérios para definir referências sobre a quantidade de empreendimentos e entidades na região de abrangência do Fórum Local, que não sejam o Mapeamento da Economia Solidária.

13. Coordenação Macrorregional (3 propostas):

Localização: Seção 3.3.2 “Das instâncias deliberativas, de apoio e de gestão”, depois do item (a) “Plenária Nacional”, e antes do item (b) “Coordenação Nacional”. Ou seja, deve ser criado um outro item entre o (a) e o (b).

- **Grupos A,F,J:** Não criar Coordenação Macrorregional.
- **Grupo D:** Não criar Coordenação Macrorregional, mas apontando a possibilidade de organizar encontros regionais temáticos
- **Grupos B, E, G, H:** Criar Coordenações Macrorregionais futuramente, quando os Fóruns Estaduais estiverem mais consolidados e estruturados. Fazer 2 encontros macrorregionais por ano, com representantes dos Fóruns Estaduais da região.

14. Coordenação Nacional: Quanto à frequência de reuniões (3 propostas):

Localização: Seção 3.3.2 “Das instâncias deliberativas, de apoio e de gestão”, dentro do item (b) “Coordenação Nacional”, ao final.

- **Grupos A, B, C, D, E, J:** Frequência de 2 reuniões por ano da Coordenação Nacional;
- **Grupo G:** Frequência de 1 reunião anual da Coordenação Nacional;
- **Grupo F:** Frequência de 1 reunião anual da Coordenação Nacional, com mais dias e garantindo a realização de outras formas de encontros não presenciais.

15. Coordenação Executiva: Quanto ao apoio e ao acompanhamento dos encontros macrorregionais (2 propostas):

Localização: Seção 3.3.2 “Das instâncias deliberativas, de apoio e de gestão”, dentro do item (c) “Coordenação Executiva”, no bloco “Quanto às atribuições”.

- **Grupos A, B, C, D, E, F, G, H:** Apoiar e acompanhar os encontros macrorregionais.
- **Grupo J:** (Eliminar este item)

16. Coordenação Executiva: Proposta de nova atribuição:

Localização: Seção 3.3.2 “Das instâncias deliberativas, de apoio e de gestão”, dentro do item (c) “Coordenação Executiva”, no bloco “Quanto às atribuições”.

- **Grupo F:** Captar recursos para viabilizar as executivas estaduais;

17. Coordenação Executiva: Com relação à experiência/especialização (3 propostas):

Localização: Seção 3.3.2 “Das instâncias deliberativas, de apoio e de gestão”, dentro do item (c) “Coordenação Executiva”, depois do bloco “Quanto ao funcionamento”.

- **Grupos B, D:** A Coordenação executiva deve ser especializada, para dar conta dos crescentes desafios ao FBES em diferentes âmbitos.
- **Grupos A, C, F:** A Coordenação executiva deve ter caminhada (experiência), para dar conta dos crescentes desafios ao FBES em diferentes âmbitos.
- **Grupos E, G, H:** (Eliminar este item)



18. Coordenação Executiva: Quanto à composição (2 propostas):

Localização: Seção 3.3.2 “Das instâncias deliberativas, de apoio e de gestão”, dentro do item (c) “Coordenação Executiva”, depois do bloco “Quanto ao funcionamento”.

- **Grupos B, C, E, G, H:** Composição de 13 integrantes, sendo 7 representantes de empreendimentos (2 do nordeste, 2 do norte, 1 do sul, 1 do sudeste e 1 do centro-oeste), 5 representantes das entidades e redes nacionais, e 1 representante da rede de gestores.
- **Grupo F:** Composição de 15 integrantes, sendo 7 representantes de empreendimentos (2 do nordeste, 2 do norte, 1 do sul, 1 do sudeste e 1 do centro-oeste), 3 de entidades nacionais de representação de empreendimentos, 3 de entidades nacionais de apoio e 2 gestores, sendo 1 da rede e um do governo federal.

19. Quanto à remuneração de parte da Coordenação Executiva (6 propostas):

Localização: Seção 3.3.2 “Das instâncias deliberativas, de apoio e de gestão”, dentro do item (c) “Coordenação Executiva”, depois do bloco “Quanto ao funcionamento”.

- **Grupos A, B:** Não haverá remuneração da coordenação executiva
- **Grupos C, E, G:** Liberação de 5 pessoas da coordenação executiva, sendo uma de cada macrorregião.
- **Grupo D:** Liberação de 5 pessoas da coordenação executiva, sendo uma de cada macrorregião. Que 4 sejam mulheres. Que estas 5 pessoas sejam empreendedores.
- **Grupo F:** Liberação de 7 pessoas da coordenação executiva, sendo 2 do norte, 2 do nordeste, 1 do sul, 1 do sudeste e 1 do centro-oeste.
- **Grupo J:** Liberação de 5 pessoas da coordenação executiva, sendo uma de cada macrorregião. Que todos os liberados sejam empreendedores
- **Grupo H:** Remuneração exclusiva para os representantes do segmento de empreendimentos, de acordo com suas necessidades para a execução das suas atribuições.

20. Secretaria Executiva Nacional: Quanto à missão (2 propostas):

Localização: Seção 3.3.2 “Das instâncias deliberativas, de apoio e de gestão”, dentro do item (d) “Secretaria Executiva”, antes do bloco “Quanto aos objetivos específicos”.

- **Grupos B, C, D, E, F, G, J:** Contribuir para o fortalecimento do FBES através da execução de ações determinadas a partir de orientações políticas das Plenárias Nacionais e da Coordenação Nacional, e de acordo com orientações, supervisão e acompanhamento da Coordenação Executiva.
- **Grupo A:** (Eliminar o item)

21. Secretaria Executiva Nacional: Quanto ao objetivo específico de animação (2 propostas):

Localização: Seção 3.3.2 “Das instâncias deliberativas, de apoio e de gestão”, dentro do item (d) “Secretaria Executiva”, no bloco “Quanto aos objetivos específicos”.

- **Grupos D, E, F, G, J:** Animar, com criatividade, as instâncias do FBES quanto aos encaminhamentos deliberados pelas mesmas.
- **Grupo A:** (Eliminar este item)

22. Secretaria Executiva Nacional: Quanto à atribuição de divulgação da execução financeira e de atividades (2 propostas):

Localização: Seção 3.3.2 “Das instâncias deliberativas, de apoio e de gestão”, dentro do item (d) “Secretaria Executiva”, no bloco “Quanto às atribuições”, dentro de “Comunicação/Animação”.

- **Grupos B, C, J:** Divulgar publicamente a execução financeira e as atividades do FBES em níveis nacional e macrorregional;
- **Grupo A:** Divulgar, mensalmente, a execução financeira e as atividades do FBES em níveis nacional e macrorregional;



23. Secretaria Executiva Nacional: Quanto ao papel político (3 propostas):

Localização: Seção 3.3.2 “Das instâncias deliberativas, de apoio e de gestão”, dentro do item (d) “Secretaria Executiva”, depois do bloco “Quanto às atribuições”.

- **Grupos A, D, E, F, G, J:** A secretaria executiva não deve aumentar e deve concentrar-se na execução e não no papel político.
- **Grupo B:** A secretaria deve também assumir o papel político de articulação a nível nacional e internacional, sob orientação da Coordenação Executiva.
- **Grupo C:** A secretaria deve também assumir o papel político de articulação a nível nacional e internacional. A Coordenação Executiva definirá um membro para esta atividade.

24. Grupos de Trabalho: Proposta de inclusão de novo item sobre funcionamento:

Localização: Seção 3.3.2 “Das instâncias deliberativas, de apoio e de gestão”, dentro do item (e) “Grupos de Trabalho”, no bloco “Quanto ao funcionamento”.

- **Grupo A:** Os GTs são estruturas do FBES que possuem caráter transitório e que só deixarão de existir com a aprovação de no mínimo 50% mais um da coordenação nacional

25. Grupos de Trabalho: Quanto à sua criação (3 propostas):

Localização: Seção 3.3.2 “Das instâncias deliberativas, de apoio e de gestão”, dentro do item (e) “Grupos de Trabalho”, no bloco “Quanto ao funcionamento”.

- **Grupos B, D, G, J:** Fica a critério da Coordenação Nacional definir quais GTs serão fixos e quais serão temporários (por tarefas)
- **Grupos E, F:** Deve haver GTs fixos nos temas da plenária e dos comitês temáticos do Conselho Nacional, para subsidiar a coordenação nacional do FBES, principalmente na sua incidência junto ao Conselho Nacional de Economia Solidária, ficando aberto para GTs temporários.
- **Grupo A:** Os GTs do FBES não serão fixos, mas sim criados para apoiar a Coordenação Nacional do FBES para alguma tarefa específica, sendo dissolvidos após o cumprimento da mesma.

26. Grupos de Trabalho: GT de gênero ou de mulheres (2 propostas):

Localização: Seção 3.3.2 “Das instâncias deliberativas, de apoio e de gestão”, dentro do item (e) “Grupos de Trabalho”, depois do bloco “Quanto ao funcionamento”.

- **Grupos B, D, F, G:** Deve haver um GT específico sobre gênero.
- **Grupos A, C, E, J:** Deve haver um GT específico de mulheres.



Anexo B: Programação

	26/03	27/03	28/03	29/03	30/03
MANHÃ	Chegada das delegações	8h: Mística de abertura 8h30: Leitura e aprovação do Regimento 9h30: Apresentação da Programação 10h-13h: Trabalho em grupo sobre a seção 2.1 do doc-base	8h: Mística de abertura 8h30-12h30: Mini-Plenárias (uma mini-plenária por cada um dos 4 eixos): apresentação, debate e aprovação das propostas dos grupos dos eixos.	8h: Mística de abertura 8h30-12h30: Plenária: apresentação, debate e aprovação das propostas das Mini-Plenárias do dia 28 pela manhã (fechamento da seção 2 do doc-base)	8h: Mística de abertura 8h30-12h30: Plenária: apresentação, debate e aprovação das propostas dos grupos sobre a seção 3 do doc-base
	12-14h: Almoço	13-14h30: Almoço	12h30-14h: Almoço	13h00-14h: Almoço	12h30-14h: Almoço
TARDE	14h-20h: Credenciamento	14h: Visualização dos resultados dos trabalhos da manhã 15h-19h30: Trabalho em grupos, cada um sobre um eixo e sobre uma bandeira (seção 2, apenas no eixo específico do grupo)	14h-19h: Trabalho em grupos sobre as seções 3.1 e 3.2 do doc-base	14h30-19h: Continuação do trabalho em grupos do dia 28 à tarde sobre a seção 3.3 do doc-base	14h-17h: Continuação da Plenária da manhã 17h: Encerramento
	18h-19h30: Jantar	19h30-21h: Jantar	19h-20h: Jantar	19h-20h: Jantar	18h: Partida das delegações
NOITE	19h30: Abertura 22h: Apresentação cultural	21h: Atividade de trocas solidárias e Musicata - Sistematização dos trabalhos dos grupos - Reuniões específicas	20h-21h: Continuação dos trabalhos em grupos da tarde 21h-22h: Mesa com as redes internacionais convidadas A partir das 22h: - Festa - "Músicas Brasileiras Dançantes" - Reuniões específicas - Sistematização dos trabalhos dos grupos	20h-21h: Continuação dos trabalhos em grupos da tarde 21h: Comercialização e noite cultural - Sistematização dos trabalhos dos grupos	

Observações:

1. Na manhã do dia 28 acontecem as 4 mini-plenárias. A plenária que delibera as propostas das mini-plenárias ocorre apenas no dia seguinte para dar tempo para os relatores e a comissão de sistematização prepararem as propostas para serem submetidas à plenária.
2. A Mini-plenária do dia 28 define os detalhamentos das bandeiras. Portanto, só leva para a Plenária as propostas relacionadas ao conjunto das bandeiras, ou seja, as diretrizes e deliberações sobre o conjunto de cada eixo.



Anexo C: Regimento de funcionamento da IV Plenária Nacional de Economia Solidária

Define as normas de funcionamento da IV Plenária Nacional de Economia Solidária, convocada pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).

Da IV Plenária Nacional

Art. 1º - A IV Plenária Nacional de Economia Solidária será realizada entre os dias 26 a 30 de março de 2008, no CTE-CNTI, em Luziânia - GO.

Art. 2º - A IV Plenária nacional é instância soberana de deliberação do FBES.

Dos/as participantes

Art. 3º – A IV Plenária Nacional de Economia Solidária terá a participação de quatro categorias de participantes:

- As/os representantes eleitos nas plenárias dos Fóruns Estaduais com direito à voz e voto;
- Os/as integrantes da comissão organizadora nacional com direito à voz e voto;
- As/os convidadas/os com direito à voz.
- Os/as observadores/as, com direito a voz;

Parágrafo Único – Somente serão custeadas despesas relativas à participação dos/as representantes e convidados/as.

Da Coordenação da IV Plenária

Art. 4º - A Comissão Organizadora Nacional foi eleita e instaurada pela Coordenação Nacional do FBES em sua VII reunião nacional e tem as seguintes competências: coordenar, supervisionar, orientar a metodologia nos trabalhos em grupo e nas plenárias, sistematizar e promover a realização da IV Plenária Nacional de Economia Solidária, atendendo aos aspectos técnicos, políticos e administrativos.

Do funcionamento da IV Plenária

Art. 5º - Os trabalhos da plenária serão realizados através de:

- a) Grupos de trabalho sobre os eixos temáticos e as bandeiras;
- b) Grupos de trabalho sobre estrutura e funcionamento do FBES;
- c) Mini plenárias sobre eixos temáticos e bandeiras;
- d) Plenária sobre eixos temáticos;
- e) Plenária sobre estrutura e funcionamento do FBES

Parágrafo 1 – todos estes espaços serão compostos por:

- Representantes escolhidas/os pelas Plenárias Estaduais;
- Observadoras/es;
- Comissão Organizadora da IV Plenária;
- Um/a coordenador/a;



- Um/a facilitador/a;
- Um/a relator/a.

Parágrafo 2 – Os/as relatores/as participarão das atividades de sistematização.

Art. 6º - Os **Grupos de trabalho sobre os eixos temáticos e as bandeiras** farão o debate da seção 2 do documento base e encaminharão propostas para as mini-plenárias.

Parágrafo único: Serão consideradas aprovadas as deliberações que obtiverem pelo menos maioria simples (cinquenta por cento mais um) de votos;

Art. 7º - As **Mini-plenárias** deliberarão sobre as propostas dos grupos de trabalho dos eixos temáticos e bandeiras que serão encaminhadas à Plenária sobre a seção 2 do documento-base:

Parágrafo único: Serão consideradas aprovadas as deliberações que obtiverem pelo menos maioria simples (cinquenta por cento mais um) de votos;

Art. 8º - A **Plenária da seção 2 do documento-base** deliberará, em última instância, as propostas encaminhadas pelas 4 Mini-Plenárias

Parágrafo único: Serão consideradas aprovadas as deliberações que obtiverem pelo menos maioria simples (cinquenta por cento mais um) de votos;

Art. 9º - Os **Grupos de trabalho sobre estrutura e funcionamento do FBES** farão o debate da seção 3 do documento base e encaminharão propostas para a plenária:

Parágrafo único: Serão consideradas aprovadas as deliberações que obtiverem pelo menos maioria simples (cinquenta por cento mais um) de votos;

Art. 10 - A **Plenária da seção 3 do documento-base** deliberará sobre as propostas que foram aprovadas em pelo menos um dos grupos de trabalho de estrutura e funcionamento do FBES

Art. 11 - Nos processos de votação em plenária, somente será feita contagem de votos quando por contraste ou aclamação não houver acordo na mesa coordenadora sobre o resultado.

Art. 12 – O relatório final da plenária incluirá a prestação de contas do FBES dos últimos 5 anos.

Art. 13 – Os casos omissos do presente regimento serão submetidos à plenária, mediante recurso à comissão organizadora.



Anexo D: Lista de participantes da IV Plenária Nacional de Economia Solidária

Representantes das Plenárias Estaduais

Representantes		
UF	Nome Completo	Segmento
AC	Antonio Ferreira da Silva	Entidade de apoio
AC	Antonio Mauro farias Martins	Empreendimento
AC	Aretusa Ferreira Lopes	Empreendimento
AC	Danuza Magalhães de Lima	Gestor Público
AC	Débora Katyuscia Rocha de Freitas	Gestor Público
AC	Elisa Nate Souza e Souza	Empreendimento
AC	Justino Dantas de Bessa	Empreendimento
AC	Maristela Oliveira de Mesquita	Empreendimento
AC	Marlúcia Moreira da Silva	Empreendimento
AC	Neide Ferreira de Lima	Gestor Público
AC	Regina Rodrigues de Freitas	Entidade de apoio
AC	Rosivan Caetano de Oliveira	Empreendimento
AM	Antonieta do Lago Vieira	Gestor Público
AM	DEUSDETH SALLES DA SILVA	Empreendimento
AM	DJALMA COSMO SANTOS SILVA	Entidade de apoio
AM	DOMINGOS RICARDO FLORENTINO	Empreendimento
AM	JOÃO BATISTA DUTRA PRESTES	Empreendimento
AM	JOAO BATISTA TAVARES	Empreendimento
AM	Maria do Perpétuo Socorro S. Barreto	Empreendimento
BA	Ananias Nery Viana	Empreendimento
BA	André Santana da Silva	Gestor Público
BA	Débora Rodrigues da Silva	Entidade de apoio
BA	Eleneide Alves Cordeiro	Empreendimento
BA	Gisleide do Carmo Oliveira	Entidade de apoio
BA	Irani da Silva Santos	Empreendimento
BA	Ivanildo Silva Pereira	Empreendimento
BA	Ivoneite Oliveira Silva	Empreendimento
BA	José Djalma dos Santos	Empreendimento
BA	Leide Manuela dos Santos	Empreendimento
BA	ROSA HELENA NEVES CARDOSO	Empreendimento
BA	Sidnei Silva Suerdieck	Gestor Público
CE	Ana Lourdes de Freitas	Empreendimento
CE	Andréa Maria da Silva Pessoa	Empreendimento
CE	Antonio Marcos Arcanjo da Silva	Gestor Público
CE	Emanuel Barreto de Oliveira	Entidade de apoio
CE	Espedito Guedes da Silva	Empreendimento
CE	José Julio Rodrigues	Empreendimento
CE	MARIA CILENE SOUZA DA SILVA	Empreendimento
CE	Maria das Graças dos Santos Pereira	Empreendimento
CE	Maria Evany Pompeu de Amorim	Gestor Público
CE	Mauricélia Gomes do Nascimento	Entidade de apoio
CE	Sandra Magalhães	Empreendimento
DF	José Ferreira Gomes	Empreendimento
DF	André Luiz Rezende	Empreendimento
DF	Eduardo Almeida	Empreendimento
DF	Maria Abadia Teixeira de Jesus	Empreendimento
DF	Maria Aparecida Faustino	Entidade de apoio
DF	Maria de Lourdes Pereira de Oliveira	Empreendimento
DF	Patrícia Ferreira de Almeida	Empreendimento
DF	Paulo Henrique Correa	Gestor Público
DF	Paulo Henrique de Moraes	Empreendimento
DF	Pedro Henrique Isaac	Empreendimento
DF	Teobaldo Rocha	Empreendimento
ES	Edson Ricardo de Souza	Gestor Público
ES	Elizete Lazarini da Silva	Empreendimento
ES	Evandro Zene Nunes	Gestor Público
ES	Fabricia Silva da Costa	Empreendimento
ES	Galdene Conceição dos Santos	Entidade de apoio
ES	Leonora Michelin L. Mol	Empreendimento
ES	Maria Antonia Moura Silva	Empreendimento
ES	MARIA JOSÉ FIOREZE	Empreendimento
ES	Marilene Schulz Ost	Empreendimento
ES	Marvel Graças Bezerra Furtado	Entidade de apoio
ES	Nilvaneth Camilo	Empreendimento
ES	Tarcisio da Costa Moraes	Empreendimento
GO	Aparecida Teixeira de Fátima Paraguassú	Empreendimento



Representantes		
UF	Nome Completo	Segmento
GO	FRANCISCO EDELTRUDES MOREIRA	Empreendimento
GO	JOANA DARC AGUIAR DE SOUZA	Entidade de apoio
GO	José Ricardo Estrela	Empreendimento
GO	Joseli José de Carvalho	Empreendimento
GO	Maria Odília Rogado da Silva	Empreendimento
GO	Nelson Gomes de Moraes	Empreendimento
GO	Nirce Maria Nunes	Gestor Público
GO	OEBIO BEZERRA DA SILVA	Empreendimento
MA	AMILSON ABREU CARDOSO	Empreendimento
MA	CARLOS ANTÔNIO BONFIM PEREIRA	Entidade de apoio
MA	Jordânia Pessoa da Silva	Gestor Público
MA	MARIA LUIZA MENDES	Empreendimento
MA	Mariana Débora Claudiano do Nascimento	Empreendimento
MA	ROGENIR ALMEIDA SANTOS COSTA	Entidade de apoio
MA	RUBENICE COSTA RODRIGUES	Empreendimento
MA	Sheyla Gomes de Almeida	Empreendimento
MA	VALDININO SILVA	Empreendimento
MG	ALDAIR MOREIRA	Empreendimento
MG	DANIEL BATISTA SUCUPIRA	Entidade de apoio
MG	EDILSON GONÇALVES BENTO	Empreendimento
MG	EDINA SOUZA RAMOS	Entidade de apoio
MG	HERMENEGILDA DE CARVALHO MEDIS	Empreendimento
MG	LUIZ CARLOS CARVALHO OLIVEIRA	Entidade de apoio
MG	MARISA FERREIRA MENDES	Empreendimento
MG	MIGUEL JOSE DE LIMA	Gestor Público
MG	NELI DE SOUZA SILVA MEDEIROS	Empreendimento
MG	RENATO DE OLIVEIRA SILVA	Gestor Público
MG	ROSALINO PEREIRA BORGES	Empreendimento
MG	VANEIDE APARECIDA LEITE VIEIRA	Empreendimento
MS	ALTAIR DE SOUZA	Empreendimento
MS	ESTER RODRIGUES	Empreendimento
MS	HELENA FEITOSA ALVARES BARRETO	Empreendimento
MS	IVONEIDE MESSIAS DA CRUZ	Gestor Público
MS	MARIA DA CONCEIÇÃO CELESTINO BARBOSA	Gestor Público
MS	NEUSA GRIPA	Entidade de apoio
MS	ROSELI LIMA DE OLIVEIRA	Empreendimento
MT	ALTAMIRA GENEROSO	Empreendimento
MT	Benedita Xavier da Silva	Empreendimento
MT	Clovis Vailant	Entidade de apoio
MT	Eliane Pedroso França Silva	Empreendimento
MT	Eneide Alves da Silva Santos	Empreendimento
MT	Gildo Ferreira de Amorim	Empreendimento
MT	João Rodrigues da Costa	Empreendimento
MT	José Wellington da Silva Rosa	Empreendimento
MT	Manuel Aparecido Bernardo Ferreira	Gestor Público
MT	Maria Iracy Sntana	Empreendimento
MT	Mário Márcio S. Vieira	Entidade de apoio
MT	Neuri Eliezer Senger	Gestor Público
MT	Rogério de Oliveira Costa	Entidade de apoio
MT	Rosângela Carneiro Goes	Entidade de apoio
MT	Urbano Ramos de Sene	Empreendimento
PA	Ednelson dos Santos Sales	Empreendimento
PA	Elias de Oliveira Raiol	Empreendimento
PA	Joana Mota Palheta	Empreendimento
PA	Magno de Oliveira Moraes	Empreendimento
PA	Maria Alice Rodrigues Costa	Empreendimento
PA	Marli Margareth Chermont da Cunha	Gestor Público
PA	NÚBIA CRISTINA ASSUNÇÃO MIRANDA	Entidade de apoio
PB	Ana Regina Pinto	Empreendimento
PB	Edinaldo Rosendo Barbosa	Entidade de apoio
PB	Edneide Ferreira de Sousa	Empreendimento
PB	Isineide de Sousa Nunes	Empreendimento
PB	Maria do Socorro Santos Neves	Empreendimento
PB	Neuma Maria Guilherme Ribeiro	Empreendimento
PB	Ronildo Monteiro Ferreira	Gestor Público
PB	Sandro Gomes da Silva	Entidade de apoio
PE	ALLAN DE AZEVEDO PESSOA	Entidade de apoio
PE	Ana Cristina do Nascimento	Empreendimento
PE	Ana Maria Dubeux Gervais	Entidade de apoio
PE	Dorgival do Vale Silva	Empreendimento
PE	ELEIDE RODRIGUES DE SOUZA	Empreendimento
PE	ELIAS DA SILVA	Gestor Público
PE	Elizabeth Ferreira Nobre	Empreendimento
PE	Gleide Cezino de Vasconcelos	Empreendimento
PE	Graciete Gonçalves dos Santos	Entidade de apoio
PE	Isabelle Rayanne Lira de Oliveira	Empreendimento
PE	Jandson Roberto de Souza	Empreendimento
PE	Luiz Damião Barbosa	Empreendimento



Representantes		
UF	Nome Completo	Segmento
PE	MARCELO RODRIGUES DA SILVA	Entidade de apoio
PE	Maria Angélica Brasileiro Costa	Gestor Público
PE	Maria das Graças Andrade de Mendonça	Empreendimento
PE	Rosana Oliveira Pontes de Souza	Empreendimento
PI	Ana Maria da Silva Lima	Entidade de apoio
PI	Antonia de Jesus Aquino Lima	Empreendimento
PI	ANTONIO WILLIAM ALMEIDA DE SOUSA	Entidade de apoio
PI	Cleandro de Sousa Oliveira	Empreendimento
PI	Edilson dos Santos Silva	Empreendimento
PI	Jose dos Santos	Empreendimento
PI	Marta Lúcia Silva Lima	Empreendimento
PR	Aloir Natalina Candido da Silva	Empreendimento
PR	Angelino Soares de Melo	Empreendimento
PR	Geny Maria Coreia da Cunha	Empreendimento
PR	Jose Adilson Stuzata	Gestor Público
PR	JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA	Entidade de apoio
PR	Keiko Sato	Empreendimento
PR	Lourdes Marchi	Entidade de apoio
PR	Sonia Maria do Nascimento	Empreendimento
PR	Vilma Tillmann	Gestor Público
RJ	Antonio Oscar Peixoto Vieira	Empreendimento
RJ	Arlete de Menezes Colonese	Empreendimento
RJ	Janete Joana Teixeira da Silva	Empreendimento
RJ	José Frederico de Almeida	Entidade de apoio
RJ	Leonídia Máximo Lacerda	Empreendimento
RJ	Lucinda Gregório Segundo	Empreendimento
RJ	Luiz Antunes da penha	Empreendimento
RJ	Margareth Azevedo da Silva	Empreendimento
RJ	Maria Iraci Martins Farias	Empreendimento
RJ	Nelly Barbosa Teixeira de Carvalho	Empreendimento
RJ	Sonia Maria Braz da Silva	Empreendimento
RN	Ana Maria Almeida de Paulo	Gestor Público
RN	Emerson Inácio Cenzi	Entidade de apoio
RN	Francisca Catarina da Silva	Empreendimento
RN	Francisca Eliane de Lima Viana	Empreendimento
RN	Francisco Soares de Souza Neto	Empreendimento
RN	Frank Maciel dos Santos	Empreendimento
RN	Gerardo José Batista Guará	Gestor Público
RN	José Valceí de Souza	Empreendimento
RN	Jucyana Myrna Teixeira da Silva	Empreendimento
RN	LIDIANE FREIRE DE JESUS	Entidade de apoio
RN	Maria Gorette Salustiano de Santana	Empreendimento
RN	Maria Isolda Dantas de Moura	Entidade de apoio
RO	Andréa Christianne da Silva Mendes	Empreendimento
RO	JACQUESON JOSÉ PRADO BRASIL	Empreendimento
RO	José Antonio de Meireles	Empreendimento
RO	Leni da Silva	Empreendimento
RO	Marcos Sussuaruna	Entidade de apoio
RO	Maria Irenilda de Souza Dias	Entidade de apoio
RO	Marizete Braga	Empreendimento
RO	Roseli Leal Monteiro	Empreendimento
RR	Antonia Correia de Souza	Empreendimento
RR	Célia Regina Aguiar de Souza	Empreendimento
RR	Diêmia Alves da Mota	Empreendimento
RR	Elielma Coelho Derzi	Empreendimento
RR	Eunides Maria Alves	Empreendimento
RR	Francisca Liras	Empreendimento
RR	Heudes Prado Lima	Empreendimento
RR	Jose Oliveira Filho	Empreendimento
RR	Maria de Nazaré Miranda Feitosa	Gestor Público
RR	Maria dos Santos Souza	Empreendimento
RR	Maria Lídia Ribeiro de Vasconcelos	Entidade de apoio
RR	Maria Madalena Alves	Empreendimento
RR	Sandra Socorro Góes Rodrigues	Empreendimento
RR	Santa Izabel Mesquita	Empreendimento
RS	Ana Mercedes Sarria Icaza	Entidade de apoio
RS	ANGELA MARIA COMUNAL GOMES	Empreendimento
RS	ARLINDO KIRCH WILLERS	Gestor Público
RS	Claudia Medianeira Rodrigues Machado	Empreendimento
RS	DANILO CAETANO	Empreendimento
RS	FÁBIO ROBERTO MORAES LEMES	Entidade de apoio
RS	GILDO DARCI DIAS	Empreendimento
RS	osé Alex Borges Mendes	Empreendimento
RS	José Carlos Peranconi	Empreendimento
RS	Julio César Garcia	Empreendimento
RS	Kátia Cilene Duarte de Albemaz	Empreendimento
RS	Luciano Luz de Lima	Entidade de apoio
RS	LUIZ ANTONIO COMASETTO	Empreendimento



Representantes		
UF	Nome Completo	Segmento
RS	Luiz Carlos da Silva	Empreendimento
RS	Luiza de Fátima Dinnebier	Empreendimento
RS	Maria Lisiane Quevedo Cunha	Empreendimento
RS	Milton José Pantaleão Junior	Empreendimento
RS	Nelsa Inês Fabian Nespolo	Empreendimento
RS	Néri Pinto Mirapalhete	Gestor Público
RS	Rafael Martinez Fortes	Empreendimento
RS	RICHARD SILVA GOMES	Empreendimento
RS	Santinho dos Santos Carvalho	Gestor Público
RS	Solange Carmen Manica	Empreendimento
RS	Terezinha Sallet Ruzzarin	Entidade de apoio
SC	Ana Maria de Borba	Empreendimento
SC	Andrea Viana Faustino	Gestor Público
SC	Antonia Ogliari Talgatti	Empreendimento
SC	Antonio Augusto Mendes Dos Santos	Empreendimento
SC	Ari Farias de Lima	Empreendimento
SC	Elisete Gesser Della Giustina Dacoregio	Entidade de apoio
SC	Érika Sagae	Entidade de apoio
SC	Liliana Regina Dal Sasso Copetti	Gestor Público
SC	MARCIA APARECIDA DA SILVA MATTOS	Empreendimento
SC	Maria Dênis Schneider	Empreendimento
SC	MARIA HELENA KIRCHNER	Empreendimento
SC	Maria Lúcia Monteiro Soares	Entidade de apoio
SE	Daniel Moreira da Silva	Empreendimento
SE	Ednalva Oliveira Gomes	Entidade de apoio
SE	Evalda Maria Oliveira de Assis	Empreendimento
SE	Ginaldo Custódio Lessa	Empreendimento
SE	José Anselmo Amaral	Entidade de apoio
SE	José Jackson Souza Costa	Empreendimento
SE	Josefa Ana Dilma dos Santos	Empreendimento
SE	Jucilene Santana Santos	Empreendimento
SE	Marcos Hernesto da Silva	Entidade de apoio
SE	Rafaela da Silva Alves	Empreendimento
SE	Vanizia Santos Ferreira	Empreendimento
SP	Adalberto Sabino	Empreendimento
SP	Benedito da Silva Filho	Empreendimento
SP	Eliane Aparecida Vieira Da Macena	Empreendimento
SP	Felipe Villa Pateo	Entidade de apoio
SP	Gilberto Silva dos Santos	Empreendimento
SP	Leonardo Penafiel Pinho	Entidade de apoio
SP	Luciano Siqueira Mina	Gestor Público
SP	Maria aparecida dos Reis Adriano	Entidade de apoio
SP	Renato Silveira Martins	Empreendimento
SP	SIDNEY ROBERTO MORELLI	Empreendimento
SP	Simone Aparecida de Carvalho	Empreendimento
TO	GEYLSON GALVÃO SALES	Gestor Público
TO	GILDENE SOARES CARVALHO	Empreendimento
TO	IRACY FERREIRA DE SOUZA	Empreendimento
TO	JOSE CELSO CARBONAR	Entidade de apoio
TO	JOSELITO PAIVA DE ALMEIDA	Empreendimento
TO	MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA REZENDE	Empreendimento
TO	MUNIQUE DANIELA MAIA DE OLIVEIRA	Entidade de apoio
TO	WANDIR JUSTINO MENDES	Empreendimento
	Robson Grizzilli	Gestor Público

Observadoras/es

Observadoras/es	
UF	Nome
AC	Kethleen Maklaine da Costa Diniz
AP	Maria Dorama Cardoso
BA	Vicente Aguiar
CE	Edecarlos Rulim de Souza
CE	Regina Lúcia Lopes Feitosa
DF	Daniel Rech
DF	Dione Manetti
DF	Euclides Mance
DF	Fábio Sanches
DF	Fernando Kleiman
DF	Gilnei Pereira dos Santos
DF	Haroldo Mendonça
DF	Jonas Bertucci
DF	Jorge Luiz do Nascimento
DF	Maurício Sarda
DF	Naldo Cáritas



Observadoras/es	
UF	Nome
DF	Naraína de Melo
DF	Paul Singer
DF	Pedro Pereira da Silva
DF	Quenes Gonzaga
DF	Rizoneide Amarin
DF	Roberto Marinho
DF	Rodrigo de Paula
DF	Sonia Marise
DF	Terezinha Silva
DF	Vital Filho
ES	Kennedy Carlos Pereira da Silva
IN	Carole Yerochewski
IN	Charles Guindon
IN	Jean-François Aubin
IN	Nedda Angulo
IN	Pablo Guerra
IN	Rosângela Alves
MG	Fabiana IMS
MG	FRANCISCA MARIA DA SILVA
MG	LAURENÍCIO MENDES DA SILVA
PB	LUCICLEA TEIXEIRA LINS
PB	Sarah Lucena
PE	Livia Fernanda Aluquerque de Freitas
PR	Eduardo Faria Silva
RJ	Adriana Bezerra
RJ	Eugênia Morra
RJ	João Roberto Pinto
RJ	Leonardo Coelho
RJ	Marília Alves Gonçalves
RJ	Rosemary Gomes
RS	Élen Schneider
RS	Luis Inácio Gaiger
RS	Maíra Barbosa
RS	Niro Roni Nobre Barrios
SC	Valmor Schiochet
SE	Maria da Conceição Vasconcelos
SP	Angela Schwengber
SP	Antonio Silvestre Leite
SP	Diogo Tsukumo
SP	Fabiola Zerbini
SP	Sandra Faé
SP	Vanessa Sigolo
TO	Eni Tereza da Cunha

Comissão Organizadora Nacional

UF	Nome	Segmento
AC	Carlos Omar da Silva	Empreendimento
DF	Ademar Bertucci	Entidade de apoio
SC	Alexandre Tkotz	Empreendimento
MG	Benedito Anselmo Martins de Oliveira	Empreendimento
PE	Christiane Almeida	Entidade de apoio
DF	Domingos Olímpio	Empreendimento
RR	Elenir Maruai	Empreendimento
MG	João Lopes do Nascimento	Empreendimento
PA	João Correa	Entidade de apoio
RS	Jorge Rodrigues	Gestor Público
PE	Lenivaldo Lima	Empreendimento
SP	Luiz Verardo	Entidade de apoio
MS	Sebastiana Almire	Empreendimento
DF	Shirlei Almeida	Entidade de apoio
MA	Valdener Pereira Miranda	Empreendimento

Secretaria Executiva e apoios operacionais

Nome	Organização
Angela Rangel	Secretaria Executiva do FBES
Daniel Tygel	Secretaria Executiva do FBES
Ednaldo Costa de Andrade	Cáritas Brasileira
Fabiana Teixeira Eustáquio Azeredo do Santos	IMS
Fernanda Nagem	Secretaria Executiva do FBES
Maria Leônia Marques	Cáritas Brasileira
Rosana Kirsch	Secretaria Executiva do FBES



Anexo E: Prestação de contas da IV Plenária Nacional

O custo total direto de realização da Plenária Nacional, incluindo o repasse de recursos para contribuir com a realização das Plenárias Estaduais, foi de R\$553.521,15, sem contar com os recursos indiretos graças a diversas contribuições de várias entidades e órgãos e também sem contabilizar os recursos captados por cada Fórum Estadual para a organização de suas atividades locais e microrregionais e as plenárias estaduais. Esta prestação de contas não contempla as atividades anteriores às plenárias estaduais, tais como a Caravana rumo à IV Plenária Nacional, os Encontros Regionais de Reestruturação e as reuniões da Coordenação Nacional, Coordenação Executiva e comissões. Na seção F.2 são apresentadas estas prestações de contas anteriores.

A tabela abaixo apresenta o detalhamento dos recursos por rubrica e fonte financiadora, além das contribuições não financeiras por entidade ou órgão apoiador. Os recursos financeiros estão detalhados no Anexo F, especificamente nas seções F.2 (n), F.2 (o) e F.2 (p).

Preparação (custos diretos nacionais – não contabilizados custos dos Fóruns Estaduais)		
Atividade	Valor (R\$)	Fonte do recurso
Apoio às Plenárias Estaduais	103.806,00	SDT/MDA (subseção (o) no anexo F.2)
Subtotal 1	103.806,00	
Preparação (apoios em nível nacional – não contabilizados apoios locais às atividades nos estados)		
Tipo de apoio	Quantidade e descrição	Entidade ou órgão apoiador
Reprodução do <i>Caderno de Aprofundamento</i> para as plenárias estaduais ocorridas em 2007	500 cadernos	SENAES/MTE e Frente Parlamentar em defesa da Economia Solidária
Remessa postal do <i>Caderno de Aprofundamento</i> aos Fóruns Estaduais	6.750 enviados para 27 Fóruns Estaduais (250 para cada)	SENAES/MTE e Frente Parlamentar em defesa da Economia Solidária
Realização (custos diretos)		
Atividade	Valor (R\$)	Fonte do recurso
Hospedagem, alimentação, traslado e salas para as atividades	137.456,00	SENAES/MTE (subseção (n) no anexo F.2) e Fundo Nacional de Solidariedade (subseção (p) no anexo F.2)
Passagens (aéreas e terrestres)	297.814,74	SDT/MDA (subseção (o) no anexo F.2) e SENAES/MTE (subseção (n) no anexo F.2)
Reembolsos	9.459,41	Fundo Nacional de Solidariedade (subseção (p) no anexo F.2)
Material de consumo e papelaria	4.985,00	Fundo Nacional de Solidariedade (subseção (p) no anexo F.2)
Subtotal 2	449.715,15	
Total (subtotal 1 + subtotal 2)	553.521,15	
Realização (apoios)		
Tipo de apoio	Quantidade e descrição	Entidade ou órgão apoiador
Antena e conexão internet via satélite	1 antena + conexão	Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC) / Ministério das Comunicações
Arte das bolsas	1 arte	IMS
Bolsas	20 unidades	CEPEC/MS
Bolsas	400 unidades	SDT/MDA
Carros	2 carros	Cáritas e IMS
Cópias do documento-base	17mil cópias	IMS
Crachás	480 unidades	IBASE
Encadernação do documento-base	400 encadernações	IMS
Equipamentos de informática	3 projetores e 1 impressora	Cáritas, Rede de ITCP's e IMS
Faixas	3 unidades	IMS
Filmagem e fotografia	2 pessoas e equipamentos	SOLTEC/UFRJ e Fórum de Cooperativismo Popular do RJ
Lanche da noite cultural	Não mensurado (produtos alimentícios)	Fóruns Estaduais de Economia Solidária
Recursos humanos para apoio	5 pessoas	Fórum DF e Entorno, Cáritas e IMS
Telecentro	10 computadores instalados com acesso a internet	Projeto Casa Brasil do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI



Anexo F: Prestação de contas financeira do período de 2004 a 2008

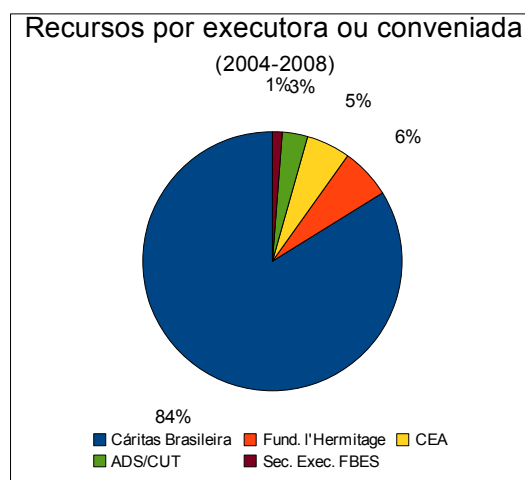
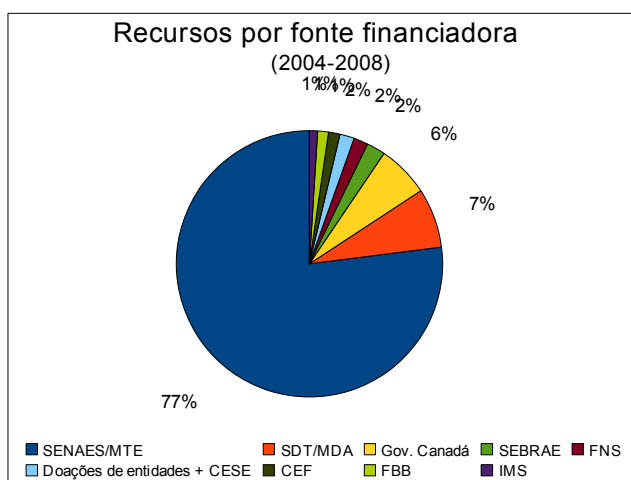
De julho de 2003 (quando foi criado o FBES) até 2006, o FBES mantinha a sua estrutura com doações recebidas de entidades, empreendimentos e pessoas, e as reuniões nacionais da Coordenação Nacional e do Conselho Interlocutor eram executados diretamente pela SENAES/MTE.

A partir do ano de 2006, projetos de manutenção da estrutura do FBES (Secretaria Executiva, reuniões da Coordenação Nacional, do antigo Conselho Interlocutor, da Coordenação Executiva e dos Grupos de Trabalho - GTs) começaram a ser aprovados e os gastos do FBES passaram a ser pagos com esses recursos e não mais de doações.

A Secretaria Executiva do FBES iniciou suas atividades a partir de janeiro de 2004, funcionando provisoriamente em entidades sediadas em Brasília com recursos mínimos para a sua organização e estruturação. Desta forma, a contabilidade das doações recebidas pelo FBES no ano de 2004, por não se encontrarem devidamente organizadas, não constarão nesse relatório e sua prestação de contas será realizada na VIII reunião da Coordenação Nacional do FBES.

F.1. Quadros-resumo

Projeto	Fonte dos recursos	Entidade executora/conveniada	Início	Fim	Valor (R\$)
Divulgação do I Encontro Nacional dos Empreendimentos de ES	Fundação Banco do Brasil, Projeto nº 391/15201-3/01	CEA	Ago 2004	Ago 2004	36.800,25
Atividades Culturais do I Encontro Nacional dos Empreendimentos de ES	Caixa Econômica Federal	CEA	Ago 2004	Ago 2004	40.000,00
Feira de Amostra do I Encontro Nacional dos Empreendimentos de ES	SEBRAE, Projeto nº 80/2004	CEA	Ago 2004	Ago 2004	64.161,68
Doações ao FBES: receitas e despesas da Secretaria Executiva (2005)	ADS/CUT, CEDEP, IBASE, IMS	Secretaria Executiva do FBES	Fev 2005	Dez 2005	13.905,60
Projeto de Fortalecimento do FBES projeto nº 36/15322-2/01	SENAES/MTE, Convênio FBB nº36/15322-2/01	ADS/CUT	Fev 2005	Set 2005	89.724,08
Projeto de Fortalecimento do FBES projeto nº 36/3152	SENAES/MTE, Convênio FBB nº36/3152	Cáritas Brasileira	Out 2005	Jul 2007	516.940,00
Doações ao FBES: receitas e despesas da Secretaria Executiva (2006)	Usina Catende, Cooper Botões, APHERJ, ADS/CUT, CAMP, Rede de ITCPs, Cooperinca, CESE, UNISOL	Secretaria Executiva do FBES	Jan 2006	Dez 2006	20.847,49
Projeto de Manutenção da Estrutura de Apoio do FBES	Coordenadoria Ecumênica de Serviço - CESE	CEA	Ago 2006	Set 2006	14.887,61
Projeto de Fortalecimento do FBES	IMS, projeto nº 01	Cáritas Brasileira	Dez 2006	Mar 2007	8.000,00
Projeto de Continuação do Fortalecimento do FBES	IMS, projeto nº 02	Cáritas Brasileira	Ago 2007	Dez 2007	8.000,00
Apoio à Manutenção da Secretaria Executiva do FBES	IMS, projeto nº 03	Cáritas Brasileira	Jan 2008	<i>em andamento</i>	12.000,00
Projeto PIPE Express de parceria entre Chantier e FBES	Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional - CIDA/ACDI	Fundação l'Hermitage	Nov 2006	<i>em andamento</i>	178.731,24
Fortalecimento do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – Fase II	SENAES/MTE, Convênio FBB nº6160/5015	Cáritas Brasileira	Out 2006	<i>em andamento</i>	1.062.000,00
Fortalecimento do FBES – Apoio à IV Plenária Nacional de ES – FASE III	SENAES/MTE, Convênio FBB nº6160/5015	Cáritas Brasileira	Abr 2008	<i>em andamento</i>	518.085,57
Fomento a Redes Sociais de Economia Solidária e Agricultura Familiar	SDT/MDA, Convênio Caixa Econômica Federal nº222.862-11	Cáritas Brasileira	Nov 2007	<i>em andamento</i>	205.000,00
Apoio à participação dos FEES da Amazônia Legal na IV Plenária Nacional	Fundo Nacional de Solidariedade (FNS)	Cáritas Brasileira	Abr 2008	<i>em andamento</i>	50.000,00
Total					2.839.083,52



F.2. Detalhamento de cada projeto

a) Agosto de 2004 (I)

Nome do projeto: Divulgação do I Encontro Nacional dos Empreendimentos de Economia Solidária

Fonte dos recursos: Fundação Banco do Brasil, Projeto nº 391/15201-3/01

Entidade conveniada/executora: Centro de Estudos e Assessoria – CEA

Valor do projeto: R\$ 36.800,25

Detalhamento por rubrica:

Material de divulgação (camisetas, faixas, cartazes, folders)	R\$ 22.822,00
Serviço de Terceiros	R\$ 13.978,25
Total	R\$ 36.800,25

b) Agosto de 2004 (II)

Nome do projeto: Atividades Culturais do I Encontro Nacional dos Empreendimentos de Economia Solidária

Fonte dos recursos: Caixa Econômica Federal

Entidade conveniada/executora: Centro de Estudos e Assessoria – CEA

Valor do projeto: R\$ 40.000,00

Detalhamento por rubrica:

Atividades culturais	R\$ 20.877,50
Deslocamento terrestre	R\$ 5.212,80
Serviço de Terceiros	R\$ 5.506,69
Compra de cobertores	R\$ 1.133,00
Infraestrutura (aluguel de mesas)	R\$ 1.200,00
Roubo (ocorrência 22525/2004)	R\$ 2.530,00
Telefone da Secretaria Executiva (ago. set. out/04)	R\$ 2.901,01
Manutenção da Secretaria Executiva (internet)	R\$ 240,00
Gastos com FSM 2004	R\$ 399,00
Total	R\$ 40.000,00

c) Agosto de 2004 (III)

Nome do projeto: Feira de Amostra de produtos da Economia Solidária do I Encontro Nacional dos Empreendimentos de Economia Solidária

Fonte dos recursos: SEBRAE, Projeto nº 80/2004

Entidade conveniada/executora: Centro de Estudos e Assessoria – CEA

Valor do projeto: R\$ 64.161,68

Detalhamento por rubrica:

Infraestrutura (standes, decoração, aluguel, som)	R\$ 55.557,48
Serviços de Terceiro Pessoa Física	R\$ 5.810,00
Custos administrativos do projeto	R\$ 2.500,00
Despesas Bancárias	R\$ 294,20
Total	R\$ 64.161,68



d) Fevereiro a dezembro de 2005

Natureza (não se trata de projeto): Doações ao FBES (receitas e despesas da Secretaria Executiva do FBES – 2005)

Fonte dos recursos (principais): ADS/CUT, CEDEP, IBASE, IMS

Execução: Secretaria Executiva do FBES

Valor total: R\$ 13.905,60

Detalhamento por rubrica:

Aluguel e manutenção da sala da Secretaria do FBES	R\$ 2.577
Eventos	R\$ 3.907
Material de Expediente	R\$ 427
Telefone	R\$ 6.766
Manutenção da página do FBES	R\$ 217
Despesas Bancárias	R\$ 12
Total	R\$ 13.905,60

e) Fevereiro a setembro de 2005

Nome do projeto: Fortalecimento do Fórum Brasileiro de Economia Solidária

Fonte dos recursos: Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE), Convênio Fundação Banco do Brasil nº 36/15322-2/01

Entidade conveniada/executora: Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT)

Valor do projeto: R\$ 89.724,08

Detalhamento por rubrica:

Serviço de Terceiros	R\$ 77.799,74
Eventos	R\$ 11.924
Total	R\$ 89.724,08

f) Outubro de 2005 a julho de 2007

Nome do projeto: Fortalecimento do Fórum Brasileiro de Economia Solidária

Fonte dos recursos: Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE), Convênio Fundação Banco do Brasil nº 36/3152

Entidade conveniada/executora: Cáritas Brasileira

Valor do projeto: R\$ 516.940,00

Detalhamento por rubrica:

Eventos	R\$ 398.628,33
Material de Expediente	R\$ 2.810,00
Despesas de Telefone	R\$ 7.061,17
Material de Divulgação	R\$ 730,00
Total	R\$ 516.940,00

g) Janeiro a dezembro de 2006

Natureza (não se trata de projeto): Doações ao FBES (receitas e despesas da Secretaria Executiva do FBES – 2006)

Fonte dos recursos (principais): Usina Catende, Cooper Botões, APHERJ, ADS/CUT, CAMP, Rede de ITCPs, Cooperinca, CESE, UNISOL

Execução: Secretaria Executiva do FBES

Valor total: R\$ 20.847,49

Detalhamento por rubrica:

Serviço de Terceiros	R\$ 10.085,00
Eventos	R\$ 3.748,37
Material de Expediente	R\$ 296,24
Telefone	R\$ 1.077,98
Manutenção da página do FBES	R\$ 30,00
Despesas Bancárias	R\$ 244,54
Publicação	R\$ 2.618,36
Deslocamento da Secretaria do FBES	R\$ 415,00
Total	R\$ 20.847,49

h) Agosto a setembro de 2006

Nome do projeto: Projeto de Manutenção da Estrutura de Apoio do Fórum Brasileiro de Economia Solidária

Fonte dos recursos: Coordenadoria Ecumênica de Serviço - CESE

Entidade conveniada/executora: Centro de Estudo e Assessoria – CEA, Cáritas Brasileira nº 14708

Valor do projeto: R\$ 14.887,61

Detalhamento por rubrica:

Serviço de Terceiros	R\$ 14.012,94
Impostos (IRRF, ISS e INSS de contribuição individual)	R\$ 874,67
Total	R\$ 14.887,61

i) Dezembro de 2006 a março de 2007

Nome do projeto: Fortalecimento do Fórum Brasileiro de Economia Solidária

Fonte dos recursos: Instituto Marista de Solidariedade (IMS) – projeto nº 01

Entidade conveniada/executora: Cáritas Brasileira

Valor do projeto: R\$ 8.000,00

Detalhamento por rubrica:

Aluguel e manutenção da sala da Secretaria do FBES	R\$ 3.835,00
Aquisição de mobília para a Secretaria Executiva	R\$ 4.165,00
Total	R\$ 8.000,00

j) Agosto a dezembro de 2007

Nome do projeto: Continuação do Fortalecimento do Fórum Brasileiro de Economia Solidária

Fonte dos recursos: Instituto Marista de Solidariedade (IMS) – projeto nº 02

Entidade conveniada/executora: Cáritas Brasileira

Valor do projeto: R\$ 8.000,00

Detalhamento por rubrica:

Aluguel e manutenção da sala da Secretaria do FBES	R\$ 6.000,00
Despesas com manutenção da Secretaria Executiva do FBES (água, internet, luz, material de limpeza)	R\$ 2.000,00
Total	R\$ 8.000,00



k) A partir de janeiro de 2008 (em andamento)

Nome do projeto: Apoio a Manutenção da Secretaria Executiva do Fórum Brasileiro de Economia Solidária

Fonte dos recursos: Instituto Marista de Solidariedade (IMS) – projeto nº 03

Entidade conveniada/executora: Cáritas Brasileira

Valor do projeto: R\$ 12.000,00

Detalhamento por rubrica:

Manutenção da página do FBES (taxa do provedor)	R\$ 181,00
Manutenção da Secretaria do FBES (aluguel, condomínio, luz, água)	R\$ 9.750,00
Despesas da Secretaria do FBES (água potável e materiais de limpeza)	R\$ 750,00
Deslocamentos da Secretaria Executiva do FBES (bancos, imobiliária, reuniões): ônibus/táxi	R\$ 840,00
Impressora a lazer	R\$ 479,00
Total	R\$ 12.000,00

l) A partir de novembro de 2006 (em andamento)

Nome do projeto: Projeto PIPE Express de parceria entre Chantier e FBES

Fonte dos recursos: Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional - CIDA/ACDI

Entidade conveniada/executora: Fundação l'Hermitage (Brasil)

Valor do projeto: R\$ 178.731,24

Detalhamento por rubrica:

Visita da delegação do FBES ao Chantier (Quebec/Canadá)	R\$ 28.549,78
Encontros Regionais preparatórios à IV Plenária Nacional	R\$ 67.422,40
Visita da delegação do Chantier (Quebec/Canadá) ao Brasil	R\$ 28.869,57
Participação da Coordenação Executiva nas Plenárias Estaduais (2008)	R\$ 18.000,00
Publicação dos Cadernos de Aprofundamento aos debates das Plenárias Estaduais	R\$ 14.900,00
Tradução das fichas sínteses (Brasil e Canadá)	R\$ 9.137,99
Publicação das Fichas sínteses em francês e português	R\$ 9.000,00
Despesas com movimentação bancária e impostos	R\$ 2.851,50
Total	R\$ 178.731,24

m) A partir de outubro de 2006 (em andamento)

Nome do projeto: Fortalecimento do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – Fase II

Fonte dos recursos: Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE), Convênio Fundação Banco do Brasil projeto nº 6160/5015

Entidade conveniada/executora: Cáritas Brasileira

Valor do projeto: R\$ 1.062.000,00

Detalhamento por rubrica:

Serviço de Terceiros	R\$ 308.050,00
Eventos	R\$ 284.845,60
Passagem aérea	R\$ 390.000,00
Material de Expediente	R\$ 2.320,00
Telefone	R\$ 22.000,00
Publicação	R\$ 4.790,00
Desenvolvimento de Aplicativos Computacionais (Sistema FBES de articulação dos atores da ES)	R\$ 49.994,40
Total	R\$ 1.062.000,00



n) A partir de abril de 2008 (em andamento)

Nome do projeto: Fortalecimento do FBES: apoio à IV Plenária Nacional de Economia Solidária – FASE III

Fonte dos recursos: Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE), Convênio Fundação Banco do Brasil projeto nº7526/5015

Entidade conveniada/executora: Cáritas Brasileira

Valor do projeto: R\$ 518.085,57

Detalhamento por rubrica:

Serviços de Terceiro Pessoa Física	R\$ 140.280,00
IV Plenária Nacional de Economia Solidária	R\$ 368.120,00
Despesa com Telefone	R\$ 9.685,57
Total	R\$ 518.085,57

o) A partir de novembro de 2007 (em andamento)

Nome do projeto: Fomento a Redes Sociais de Economia Solidária e Agricultura Familiar

Fonte dos recursos: Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT/MDA, Convênio Caixa Econômica Federal nº 222.862-11

Entidade conveniada/executora: Cáritas Brasileira

Valor do projeto: R\$ 205.000,00

Detalhamento por rubrica:

Apoio às Plenárias Estaduais	R\$ 103.806,00
Apoio à IV Plenária Nacional do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (passagens aéreas)	R\$ 62.762,63
Publicação dos resultados da IV Plenária Nacional de Economia Solidária	R\$ 38.431,37
Total	R\$ 205.000,00

p) A partir de abril de 2008 (em andamento)

Nome do projeto: Apoio à participação dos Fóruns Estaduais de Economia Solidária da Amazônia Legal na IV Plenária Nacional de Economia Solidária

Fonte dos recursos: Fundo Nacional de Solidariedade (FNS)

Entidade conveniada/executora: Cáritas Brasileira

Valor do projeto: R\$ 50.000,00

Detalhamento por rubrica:

Hospedagem, alimentação, traslado	R\$ 20.200,00
Reembolso (alimentação, táxi, ônibus)	R\$ 24.000,00
Material de consumo (xérox, bolsas, tarjetas e papelaria)	R\$ 5.800,00
Total	R\$ 50.000,00



Anexo G: Relatório de atividades do FBES de setembro de 2006 a março de 2008

G.1. Introdução

O período de setembro de 2006 a março de 2008 foi para o FBES um período muito intenso, fundamentalmente porque neste espaço de tempo conseguimos preparar e realizar nossa IV Plenária Nacional. Além de uma intensa agenda, estes últimos meses representaram uma ampliação das atividades do FBES e de seu papel nas discussões e ações acerca da economia solidária no Brasil e no mundo.

A dinâmica deste período demandaram maior organização política, uma estratégia de gestão mais ágil que permitiram que o FBES conseguisse realizar atividades em todos os eixos prioritários e de relações nacionais e internacionais. Ao mesmo tempo, o FBES esteve integrado à articulações e eventos organizados por parceiros do campo dos movimentos sociais e contribuindo para a construção e controle social das políticas públicas.

A primeira parte do relatório de atividades apresenta as ações do FBES relativas à sua organização e gestão política. A parte seguinte está organizada por eixos temáticos, listando as atividades que o FBES realizou, espaços de articulação nos quais o FBES participa e eventos para os quais o FBES foi convidado. Para a elaboração do relatório foram consultados documentos do FBES, sua página e boletim e as listas de discussão virtual.

Por este levantamento qualitativo das ações do FBES percebe-se que o caminho foi construído por muitas/os e que ainda temos grandes desafios para os próximos períodos!

G.2. Organização política e gestão do FBES

G.2.1. Fóruns Estaduais de Economia Solidária

A organização da economia solidária em fóruns estaduais está capilarizada nos 27 estados brasileiros. Cada Fórum Estadual de Economia Solidária (FEES) possui uma dinâmica própria, com reuniões, encontros, feiras e plenárias com periodicidade definida por seus integrantes.

Segundo levantamento realizado pelo FBES, em maio de 2007, dezoito FEES estavam organizados em fóruns regionais, totalizando 94 espaços de articulação no interior do país. Os dados deste levantamento indicam a dimensão da organização da economia solidária:

- empreendimentos participando nos FEES: 2435
- entidades de assessoria participando nos FEES: 468

A principal forma de comunicação entre os/as participantes dos FEES tem sido os meios virtuais, sendo que dez fóruns mantêm lista de emails, tendo em média cem pessoas em cada lista. No entanto, há fóruns em que as informações são divulgadas pessoalmente, em plenárias e no boca-a-boca.

Dentre os FEES, há cinco que elaboraram regimentos internos, tendo como parâmetro a Carta de Princípios do FBES: Espírito Santo, Pernambuco, Maranhão, Pará e Paraíba.

A organização e mobilização das/os trabalhadoras/es, gestoras/es e assessorias promoveram a sanção de leis em prol da economia solidária nos estados do Maranhão, Pernambuco, Rio Grande do Norte e nas capitais Porto Velho e Rio Branco.

Entre os desafios e perspectivas para a continuidade da organização da economia solidária desde cada recanto, território, estado, colocam-se:

- Ampliação da articulação dos segmentos no interior do país;
- Sustentabilidade para as ações realizadas pelos FEESs;
- Articulação e mobilização para a criação espaços de comercialização, formação e finanças solidárias;
- Consolidação de pautas regionais/ estaduais e criação de legislação específica;
- Aproximação e lutas conjuntas com movimentos sociais.



G.2.2. Redes e Entidades Nacionais

Atualmente, integram o FBES 16 entidades e redes nacionais: ADS/CUT, ANTEAG, Cáritas Brasileira, Rede ITCP's, Rede Unitrabalho, Rede de Gestores Públicos, IBASE, PACS, FASE, Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária, ANCOSOL, ABCRED, Instituto Marista de Solidariedade, UNISOL Brasil, UNICAFES e CONCRAB/ MST. Estas entidades e redes têm atuações em diferentes dimensões, tais como a *ação territorial* (aquelas que desenvolvem projetos e ações em estados, regiões e municípios), a *reflexão e pesquisa* (as que realizam pesquisas e reflexões de conjuntura nacional e internacional sobre economia solidária), e *ação internacional* (atuando em redes internacionais de economia solidária e comércio justo).

Em julho de 2007 ocorreu um encontro entre as entidades e redes nacionais do FBES, no qual 13 representantes estiveram presentes. Foram os objetivos deste encontro:

- Articular e organizar a mobilização nos estados e regiões no processo de formação em torno dos quatro eixos da IV Plenária Nacional e da perspectiva unificadora de um outro desenvolvimento;
- Discutir e articular uma agenda nacional da economia solidária: fundos solidários, lei do cooperativismo, rede de formadores, sistema brasileiro de comércio justo e solidário, etc..
- Construir e ampliar o trabalho conjunto entre as organizações;
- Viabilizar no imediato a sustentabilidade da secretaria executiva do FBES.

Os resultados do encontro foram o planejamento conjunto das entidades com vistas a contribuir com o processo de mobilização para a IV Plenária Nacional, além de um mapa da atuação das entidades e redes nos estados e nos fóruns estaduais. Entre os encaminhamentos, a realização de espaços de debate sobre os quatro eixos da Plenária Nacional nas feiras estaduais foi um dos resultados efetivos do encontro.

G.2.3. Coordenação Nacional

A VII Reunião da Coordenação Nacional, ocorrida em maio de 2007, teve a participação de 89 representantes de Fóruns Estaduais, sendo 55 trabalhadoras/es de empreendimentos, 24 assessorias e da gestão pública, além de 10 representantes das entidades e redes nacionais de fomento (Unitrabalho, Cáritas, Unisol, Unicafes, Fase, Ibase, Pacs, Anteag, IMS e Rede de Incubadoras).

Esta reunião foi marcada pelos debates sobre a realidade dos fóruns estaduais, entidades e redes nacionais e pelos encaminhamentos acerca da preparação da IV Plenária Nacional. Houve, ainda, interlocuções importantes:

- Participação da Coordenação Nacional no lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Economia Solidária (FPES), realizada no Congresso Nacional.
- Diálogo entre o FBES e o governo federal: participaram da mesa de diálogo o Ministro do Trabalho e Emprego Carlos Lupi, o Secretário de Desenvolvimento Territorial do MDA Humberto Oliveira, a Secretária de Articulação Institucional do MDS Heliana Kátia, o Secretário de Economia Solidária do MTE Paul Singer e um representante do FBES para cada macro-região nacional. Participou também da mesa, o deputado federal Eudes Xavier, presidente da FPES.
- Debate com o Chantier sobre a realidade da ES no Quebec: compuseram esta mesa Nancy Neamtan e Thérèse Ste. Marie, pelo Chantier, e Daniel Tygel e Rosemary Gomes, pelo FBES. Entre os temas, abordou-se a estrutura e atores do FBES e a do Chantier e foi avaliada a parceria FBES e Chantier.

As interlocuções desta reunião deram continuidade aos diálogos que o FBES vem realizando com o governo federal na construção de políticas públicas e com o Chantier na articulação entre atores sociais da economia solidária nos dois países. A criação da Frente Parlamentar em Defesa da Economia Solidária (FBES) ampliou os canais de debate sobre legislação para economia solidária. No ato de lançamento, as/os deputadas/os destacaram a importância da organização da Frente para avançar nas questões que o movimento de economia solidária tem pautado.

Após a realização da VII Reunião, as/os representantes dos Fóruns Estaduais, Redes e Entidades Nacionais na Coordenação Nacional, participaram dos Seminários Preparatórios à IV Plenária. Muitas/os das/os representantes integraram as delegações estaduais da Plenária Nacional.

G.2.4. Coordenação Executiva

A Coordenação Executiva atua na gestão política cotidiana do FBES, fazendo a interlocução com outros movimentos e com o governo federal, e acompanha o trabalho da Secretaria Executiva Nacional.



Esta instância é composta por 13 pessoas, sendo 7 representantes de empreendimentos (2 do norte e do nordeste, e 1 representante para cada uma das demais regiões); 5 representantes das Entidades e Redes Nacionais de promoção à Economia Solidária; e 1 representante da Rede Nacional de Gestores Públicos.

Durante o período de setembro/2006 e março/2008, as seguintes mudanças ocorreram na composição: o Nordeste indicou um novo representante para suplência e o Sudeste fez escolha de representantes titular e suplente; com o afastamento do representante titular da região Sul, esta região passou a ser representada pelo suplente.

As reuniões presenciais desta Coordenação acontecem a cada dois meses. A partir da decisão da VII Reunião da Coordenação Nacional de que a Comissão Organizadora da IV Plenária Nacional de Economia Solidária seria a Coordenação Executiva, esta instância passou a ter a agenda de reuniões presenciais intensificada, com reuniões mensais.

No período referente a este relatório aconteceram 11 reuniões presenciais, cujas pautas estão disponíveis na página do FBES. Nestas reuniões conciliou-se uma agenda de diálogo com órgãos do governo federal (SENAES, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria da Presidência da República) e com a Frente Parlamentar em Defesa da Economia Solidária.

Outro mecanismo de comunicação adotado pela Coordenação Executiva do FBES tem sido as reuniões virtuais que possuem o caráter de discussão e encaminhamento de questões emergenciais. Ocorreram um total de quinze reuniões virtuais no período. Os resultados alcançados com a realização das reuniões virtuais foi maior dinamismo nas discussões e execuções das ações do FBES.

G.2.5. Secretaria Executiva

O trabalho da secretaria segue as orientações políticas da Coordenação Nacional, e as orientações, supervisão e acompanhamento da Coordenação Executiva.

A partir de julho de 2007 a equipe da secretaria foi ampliada de três para quatro pessoas e em janeiro de 2007 a secretaria executiva transferiu-se para outro endereço, ainda em Brasília.

Abaixo seguem algumas das atividades realizadas pela secretaria, organizadas pelas suas atribuições:

Acompanhamento

A secretaria executiva organiza, acompanha e relatoria todas as atividades realizadas pelo FBES. Quando da realização dos encontros de reestruturação, preparatórios à Plenária, das oficinas regionais e do seminário nacional sobre formação, dos seminários ocorridos durante as feiras de Santa Maria, PanAmazônia, Mineira, coube à secretaria organizá-los e acompanhar estas atividades, garantindo o registro dos mesmos para posterior divulgação.

Os convites encaminhados ao FBES para participação em eventos são enviados pela secretaria para a Coordenação Executiva, solicitando a indicação da/o representante para a atividade. Sempre que solicitada, a secretaria prepara material para a participação da/o representante, subsidiando-a/o.

Para a socialização das informações e divulgação dos encaminhamentos retirados nos eventos promovidos pelos FBES ou nos quais o FBES esteve representado, a secretaria tem utilizado a página do fórum, suas listas de discussão e o boletim, além de manter no arquivo virtual todos estes registros.

Como subsídio para as Plenárias Estaduais e IV Plenária Nacional de Economia Solidária a secretaria executiva fez o levantamento das deliberações construídas pelo movimento de ES em vários eventos importantes, incluindo a I Conferência Nacional de Economia Solidária (2006), o I Encontro Nacional de Empreendimentos Solidários (2004) e a III Plenária Nacional de ES (2003).

Comunicação e animação

Uma das principais atividades da Secretaria Executiva refere-se à comunicação, que atende tanto a mecanismos virtuais, como moderação de listas eletrônicas, reuniões virtuais, elaboração de boletins eletrônicos, manutenção da página do FBES, quanto a demandas vindas dos estados e articulações que são feitas por telefone e correio.

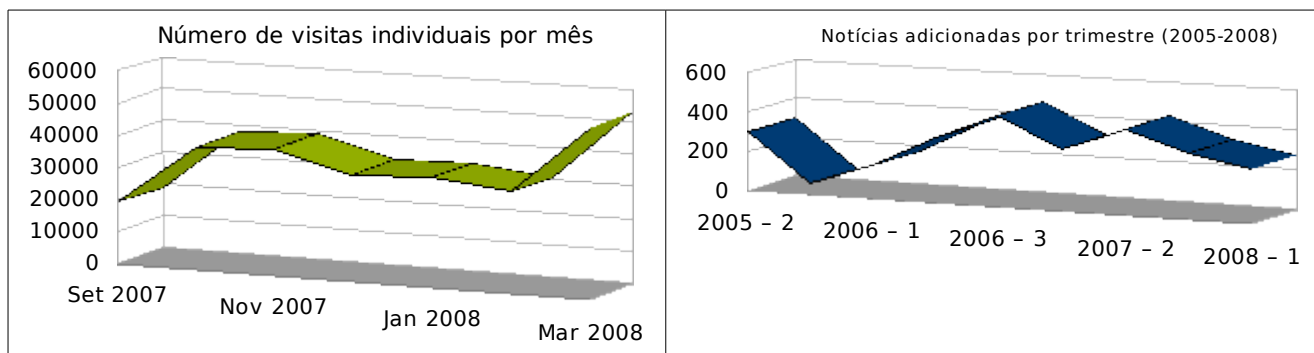
Atualmente, o FBES conta com oito listas de correio eletrônico, utilizadas tanto para informes gerais, quanto para articulações entre as diversas temáticas tratadas. Abaixo seguem as listas:

- e_solidaria@yahoogrupos.com.br: lista de assuntos gerais do FBES;
- fbescoorexec@yahoogrupos.com.br: lista da coordenação executiva do FBES;
- colaboradorespagina@yahoogrupos.com.br: lista interna dos/as colaboradores/as do site do FBES



- fbesgtri@yahoogrupos.com.br: lista do GT de Relações Internacionais;
- gtformação@fbes.org.br: lista do GT de Formação ;
- gtpccs@fbes.org.br: lista do GT de Produção, Comercialização e Consumo Solidário;
- forum@fbes.org.br: lista de comunicação geral com o FBES: “Fale Conosco”;
- plenaria2008@fbes.org.br: lista utilizada durante a preparação da IV Plenária nacional, canal de comunicação com um/a representante de cada Fórum Estadual com a Comissão Organizadora da IV Plenária.

A secretaria tem mantido atualizada a página do FBES (www.fbes.org.br). Abaixo seguem dados de acesso e sobre a inclusão de notícias.



A partir das notícias inseridas na página e de novos informes, a secretaria elabora quinzenalmente boletins com notícias da Economia Solidária e resumos dos principais encaminhamentos das reuniões do FBES. Durante o período de setembro/2006 a março/2008 foram elaborados 25 boletins. A divulgação dos boletins permitiu que informações sobre o universo da economia solidária, tanto nacional quanto internacional, e informações sobre outros movimentos chegassem a aproximadamente 5 mil pessoas a cada edição (o número de pessoas inscritas para o recebimento do boletim duplicou no período deste relatório).

Gestão / Sustentação

A realização das atividades do FBES e a manutenção da secretaria executiva foram garantidas, no período de setembro/2006 a março/2008, pelos seguintes projetos:

- Fortalecimento do FBES, recurso da Secretaria Nacional de Economia Solidária: outubro/2005 a setembro/2007;
- Projeto de manutenção da estrutura de apoio do FBES, com recursos da Coordenadora Ecumênica de Serviço: agosto/2006 a setembro/2006;
- Fortalecimento do FBES – projeto 1, com recursos do Instituto Marista de Solidariedade: dezembro/2006 a março/2007;
- Projeto de continuação do Fortalecimento do FBES – projeto 2, com recursos do Instituto Marista de Solidariedade: agosto/2007 a dezembro/2007;
- Apoio à manutenção da secretaria executiva do FBES – projeto 3, com recursos do Instituto Marista de Solidariedade: janeiro/2008 (em andamento);
- Projeto PIPE Express de parceria entre Chantier e FBES, com recursos da Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional: novembro/2006 (em andamento);
- Fortalecimento do FBES – Fase II, recurso da Secretaria Nacional de Economia Solidária: outubro/2006 (em andamento);
- Fortalecimento do FBES – Apoio à IV Plenária Nacional de Economia Solidária, recurso da Secretaria Nacional de Economia Solidária: março/2008 (em andamento);
- Fomento a Redes Sociais de Economia Solidária e Agricultura Familiar, recurso da Secretaria de Desenvolvimento Territorial: novembro/2007 (em andamento);
- Apoio a participação dos Fóruns Estaduais de Economia Solidária da Amazônia Legal na IV Plenária Nacional de Economia Solidária, com recurso do Fundo Nacional de Solidariedade: março/2008 (em andamento).

No período deste relatório, a secretaria executiva encaminhou o projeto Juventudes e Economia Solidária: agente sociais de uma nova economia, em conjunto com o CEDAC/RJ, para o edital do programa Desenvolvimento e Cidadania Petrobrás 2008.



Outro aspecto de gestão do FBES refere-se ao seu acervo de documentos físico e virtual que foi mantido organizado e parte do mesmo foi disponibilizado na página do Fórum. Uma tarefa importante e que precisa de continuidade é a inserção dos relatórios de reuniões e encontros, bem como de fotos, na página.

Articulação

A secretaria executiva apóia a articulação do FBES com a sociedade civil organizada e com instâncias do governo por meio da divulgação de agendas de interesse para a economia solidária, dando encaminhamento a convites e garantindo a participação de representantes do FBES em eventos, dando continuidade ou abrindo diálogos do FBES com movimentos sociais, redes internacionais e órgãos do governo.

Uma ação contínua da secretaria está em buscar a articulação entre as questões nacionais e as dinâmicas dos Fóruns Estaduais, procurando divulgar as atividades locais e socializando as informações e agendas coletivas/nacionais.

Cabe ressaltar que a atuação do articulador político do FBES se dá a partir da secretaria executiva, sendo que a articulação com atores sociais do campo da economia solidária pode ser identificada nos espaços que serão apresentados no item a seguir.

Entre os desafios desta atribuição da secretaria executiva estão:

- Ampliação da articulação com os movimentos sociais;
- Realização de processos de formação junto às secretarias estaduais existentes e estimular a criação de novas.

G.3. Atividades realizadas e participação em eventos

G.3.1. Finanças Solidárias

Comitê Gestor do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários

O FBES integra o Comitê Gestor do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários, tendo a participação de Ademar Bertucci/Cáritas Brasileira como representante. Compõem este Comitê junto com o FBES: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), Articulação do Semi Árido Brasileiro (ASA), Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN), Mutirão Nacional para Superação da Miséria e da Fome (CNBB) e Banco do Nordeste (BNB).

No período deste relatório ocorreram cinco reuniões do comitê, que tiveram entre os encaminhamentos:

- Preparação e divulgação do Edital destinado a apoiar instituições que mantenham ou se propõem a implementar fundos solidários ou rotativos, que apoiem projetos associativos e comunitários de produção de bens e serviços, situados na região de atuação do BNB.
- Incidências junto à Presidência da República, MDS, CONSEA, CONDRAF, I Conferência Nacional de Segurança Alimentar, Conferência de Assistência Social;
- Contratação para elaboração de parecer jurídico para análise da legalidade dos fundos solidários;
- Organização e realização do Seminário Nacional de Fundos Solidários.

Seminário Nacional de Finanças Solidárias

De 6 a 8 de fevereiro de 2007 estiveram reunidos em Brasília mais de 200 representantes de entidades gestoras de fundos solidários, membros de vários Conselhos e Fóruns, entidades financeiras, representantes de trabalhadoras/es da Economia Solidária, cooperativas de crédito, bancos comunitários, órgãos governamentais, agentes de desenvolvimento solidário, igrejas, e parlamentares com atuação no campo das finanças solidárias no primeiro Seminário Nacional de Fundos Solidários.

O Seminário foi organizado conjuntamente pelo FBES, a Articulação do Semi-árido Brasileiro, o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – Mutirão pela Superação da Fome e da Miséria, Pastoral da Criança, IMS, Centro Multiprofissional/CAMP e patrocinado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Ministério de Trabalho e Emprego e o Banco do Nordeste do Brasil. No evento foi apresentada a experiência de mais de trinta anos com fundos solidários de entidades da sociedade civil e algumas iniciativas apoiadas pelo governo.



As/os participantes propuseram a implantação de um Programa/Política Nacional de Fundos Solidários e encaminharam a Carta do Seminário Nacional de Fundos Solidários ao presidente Lula. Essa Política/Programa precisa estar inserida na construção da política de finanças, tal como prevista na I Conferência Nacional de Economia Solidária (junho/2006); ter acúmulo de experiências e práticas de Fundos Solidários; protagonismo e o fortalecimento da cidadania; processos de mobilização e organização comunitária; gestão democrática; transversalidade e ou intersectorialidade; concepção de desenvolvimento sustentável e solidário e fontes de recursos diversificadas.

Encontro da Rede de Bancos Comunitários

O FBES esteve representado no II Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, realizado no período de 18 a 21 de abril de 2007. Participaram do evento 9 estados e 19 municípios do Brasil, com participação média de 65 pessoas por dia, oriundos de 13 Bancos Comunitários em funcionamento e 10 em processo de implantação.

Os resultados deste encontro:

1. O conceito de Bancos Comunitários foi redefinido nos seguintes termos: “Bancos comunitários são serviços financeiros solidários em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária”;
2. Apresentação do Projeto de Lei Complementar da Deputada Federal Luiza Erundina que estabelece a criação do sub Sistema Nacional de Crédito e Desenvolvimento Solidário;
3. Foram definidas algumas orientações/propostas gerais para os Bancos Comunitários, destacando-se:
 - a. Cada Banco deverá criar um fórum local para que haja maior participação da comunidade e para que a mesma possa exercer um maior controle social sobre as ações do Banco;
 - b. Reforçar o objetivo de empoderamento das comunidades;
 - c. Investir na capacitação local para suprir a falta de pessoal qualificado nos bancos comunitários e pensar cursos em nível nacional de formação de gestores / animadores de bancos comunitários;
 - d. Juros diferenciados para diferentes linhas de crédito, com base no princípio da equidade do crédito, dependendo da situação do tomador. Um exemplo é a utilização do mecanismo “créditos evolutivos com juros evolutivos”, entre outros;
 - e. Criar um núcleo temático de formação (“Escola Nacional de Bancos Comunitários”);
 - f. Coletar e sistematizar as experiências de formação existentes de dentro da rede (banco de dados);
 - g. Articular-se com outras iniciativas no campo da formação e Economia Solidária (por exemplo, as Oficinas sobre Formação organizadas por FBES e SENAES);
 - h. Consolidar e ampliar a Rede Brasileira de Bancos Comunitários (40 Bancos Comunitários consolidados e em pleno funcionamento nas 5 regiões do Brasil até 2008);
 - i. Afirmar os Bancos Comunitários como estratégia de desenvolvimento local na perspectiva da Economia Solidária;
 - j. Afirmar a sustentabilidade plural dos bancos comunitários, em suas dimensões social, econômica, cultural, política, ambiental e de gestão;
 - k. A Rede de Bancos Comunitários deve se engajar e apoiar na animação do movimento pelo consumo consciente, buscando inserir a dimensão do consumo local para dentro do movimento.

G.3.2. Produção, Comercialização e Consumo Solidários

Sistema FBES de articulação dos atores de Economia Solidária

Desde o início de 2006 tem havido diálogos entre o FBES, o movimento Cultura Digital, a SENAES, e Casas Brasil (ITI/MCT), a respeito da forma de avançarmos na consolidação de ferramentas digitais que, por um lado, potencializem o fluxo de serviços, produtos e saberes da Economia Solidária e divulguem estes mesmos serviços, produtos e valores da economia solidária para um público mais amplo; e que, por outro lado, proporcionem meios de melhorar a gestão dos empreendimentos solidários, contribuindo com a inclusão digital e programas computacionais como fluxo de caixa, gestão de clientes, entre outras.



O FBES apresentou então à SENAES, no segundo semestre de 2006, depois de muitos processos de diálogo com atores do campo do Software Livre, duas propostas:

1. o desenvolvimento do “CDLivre da ES”, uma distribuição linux especialmente desenvolvida para a Economia Solidária, com todos os programas de um sistema operacional (como editor de texto, planilha, gráficos, multimídia) acrescidos de programas específicos para gestão de empreendimentos solidários (como GnuCash, DotProject, entre outras ferramentas);
2. o desenvolvimento de sistema FBES de articulação de atores da Economia Solidária, com a base de dados do Mapeamento 2005/2007 e consiste num amplo sistema de integração dos empreendimentos solidários, com poderosas ferramentas de busca de produtos e serviços da ES, além de ser uma teia de relacionamentos, em que cada EES terá o seu próprio site, e que comunidades por cadeia, por ramo de atividade ou por recorte territorial, entre outros, podem ser formados e potencializar tanto a constituição de redes e cadeias solidárias, como também a troca de conhecimentos e envolvimento de consumidores não organizados;

Neste período, a SENAES/MTE aprovou o projeto específico da segunda proposta (ou seja, do sistema FBES), proposta que foi apresentada e discutida em reunião da Coordenação Nacional do FBES e do Comitê Gestor Nacional do SIES.

O diálogo com o programa Casas Brasil se deu particularmente em meados de 2006, tendo sido retomado em 2007, com reuniões com o coordenador Edgard Piccino a respeito de como integrar processos de inclusão digital de empreendimentos a oficinas também sobre o uso e apropriação dos empreendimentos no sistema.

Desde julho de 2007 o sistema está sendo desenvolvido pela Cooperativa de Tecnologias Livres - COLIVRE. A versão de testes encontra-se na página <http://ecosol.noosfero.com.br>

Programa Nacional Feiras: feiras estaduais e participação no Comitê Gestor

No período deste relatório aconteceram 52 feiras apoiadas pelo programa nacional de feiras de economia solidária. Em 2006 o programa denominava-se “Programa Nacional de Fomento às Feiras de Economia Solidária”, e apoiou 26 feiras estaduais e a II Feira de Economia Solidária do Mercosul. No ano de 2007 o nome mudou para “Programa de Promoção do Comércio Justo e Consumo Consciente - Feiras em Rede de Economia Solidária e Agricultura Familiar no Brasil” e foram realizadas 24 feiras estaduais, além da III Feira de Economia Solidária do Mercosul e a I Feira Panamazônia de Economia Solidária.

O Instituto Marista de Solidariedade (IMS), a convite do FBES, tem sido a entidade executora do programa desde 2005. A estrutura do Programa conta com o Comitê Gestor que é composto por dois representantes do FBES, dois do IMS, dois da SENAES/MTE, um da SAF/MDA e um da SDT/MDA. Cabe a este comitê a elaboração do termo de referência e editais do Programa, seleção dos projetos das feiras, seleção, formação e acompanhamento dos/as interlocutores/as e articuladoras/es regionais e representação do Programa em eventos. Em 2007, o Comitê realizou 4 reuniões de trabalho.

No período, foram realizadas diversas oficinas de preparação dos interlocutores e articuladores e de avaliação do programa de feiras. Além disso, o programa gerou várias cartilhas educativas em diversas temáticas e organizou as informações das feiras na Pesquisa de Avaliação das Feiras Estaduais de Economia Solidária (PAFES).

Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SNCJS)

O FBES participa do GT SNCJS, representado por Rosemary Gomes e Miguel Steffen, juntamente com o Fórum de Articulação para o Comércio Ético e Solidário do Brasil (FACES do Brasil), Associação Nacional de Organizações de Produtores Familiares no Comércio Justo e Agricultura Familiar (ECOJUS), SAF/MDA, SDT/MDA, e SENAES/MTE e SEBRAE Nacional.

Em 31 de outubro de 2007 o FBES e a SENAES/MTE promoveram uma Vídeo-Conferência nacional para apresentação e consulta, aos integrantes do movimento de Economia Solidária nos estados, sobre a Instrução Normativa do Sistema Brasileiro de Comércio Justo e Solidário, elaborada por quase dois anos pelo GT.

O debate contou com a participação de representantes dos Fóruns Estaduais de São Paulo, Paraná, Amapá, Mato Grosso do Sul, Piauí Mato Grosso, Santa Catarina, São Paulo, Tocantins, Distrito Federal, Ceará, Pernambuco e Amazonas.

Em dezembro/2007 foi realizado o Encontro Nacional SNCJS e SECAFES - Acúmulos para a construção da Política de Fomento à Comercialização. O FBES contribuiu na construção deste seminário que projetou a política de comercialização para a economia solidária, avaliando as ações existentes, as perspectivas do SNCJS e SECAFES e da articulação entre estas duas políticas.



Com o SNCJS, o Brasil poderá se tornar um pioneiro pela co-produção de uma política pública que leva em consideração elementos do ambiente público e do privado na construção e incentivo de formação de novos mercados de consumo nacional para os produtos e serviços de qualidade garantindo o respeito aos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais e fortalecendo canais de participação democráticas dos atores protagonistas dessa nova economia – a economia solidária. Posto em prática, esse sistema de CJS poderá, a médio e longo prazo, influenciar também no planejamento do modelo de produção redirecionando a produção local e nacional, garantindo a biodiversidade, para além da geração de renda, uma estratégia de segurança e soberania alimentar.

Seminário Nacional sobre redes e cadeias produtivas da Economia Solidária

Entre os dias 25 e 26 de outubro de 2007 ocorreu o seminário nacional de redes e cadeias produtivas da economia solidária, organizado em parceria entre o CEDAC e o IBASE, na cidade de Mesquita/RJ. Mesclando momentos mais conceituais e outros bem práticos, o seminário foi momento para se pensar como avançar na constituição de redes e cadeias produtivas no país, a partir das várias experiências em curso e do mapeamento da Economia Solidária.

O FBES esteve representado no seminário participando de uma mesa na qual mostrou o Sistema FBES de articulação e comercialização entre atores do movimento de economia solidária, além de apresentar um exemplo concreto de uso dos dados do mapeamento: localizou todos os negócios potencialmente possíveis entre empreendimentos solidários de mesquita e outros empreendimentos solidários da região até a uma distância de 1000km, ou seja, os "casamentos" de empreendimentos que produzem algo com os empreendimentos que necessitam desta produção como insumo para sua atividade econômica.

G.3.3. Formação

Grupo de Trabalho de Formação em Economia Solidária

O GT de Formação é formado por integrantes do FBES e da SENAES, tendo hoje como representantes do Fórum: Adriana Bezerra Cardoso (CEDAC/RJ), Antônio Sena Filho (FASER/RO), Débora Nunes (UNIFACS/BA), Edinara de Andrade (ITCP/SC), Francisca Rodrigues Silva (ANTEAG/SP), João Luis da Silva (Movimento Social/RJ), Lenivaldo Marques da Silva Lima (Empreendimento/PE), Lia Tiriba (UFF/RJ) e Rosângela C. Góes (MT).

O GT realizou três reuniões, no período deste relatório:

- II Reunião do GT de Formação - 06 e 07 de outubro 2006: preparação das oficinas regionais de formação.
- III Reunião do GT de Formação - 12 e 13 de março 2007: avaliação das oficinas regionais de formação, Rede de Formadores/as, preparação da II Oficina Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária.
- IV Reunião do GT de Formação - 15 a 16 de julho 2007: avaliação e encaminhamentos para publicação dos resultados da II Oficina Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária, a organização da Rede de Formadores/as, Centros de Formação em Economia Solidária.

Encontros Regionais sobre Formação

Dando continuidade e buscando ampliar as discussões em torno do eixo formação/educação em economia solidária, o GT de Formação em Economia Solidária organizou e preparou 5 Oficinas Regionais sobre Formação, nas quais participaram mais de 150 experiências de formação, que disponibilizaram um acervo de fichas de experiências de mais de 200 processos formativos. Estas fichas estão disponíveis na página do FBES no "farejador de iniciativas de formação".

As oficinas aconteceram nas regiões do país nas seguintes datas:

- Nordeste – 11 e 12 de dezembro/2006;
- Norte – 17 e 19 de janeiro/2007;
- Centro-Oeste – 18 a 20 de janeiro/2007;
- Sul – 07 a 09 de fevereiro/2007 e
- Sudeste – 09 a 11 de fevereiro/2007.

Os objetivos das oficinas regionais foram:

- Propiciar troca de experiências de formação em ES no âmbito regional;
- Debater o texto final da I Oficina Nacional de Formação/Educação em ES (em anexo);
- Elaborar uma estratégia de formação em ES;
- Indicar as bases para uma Política Pública de Formação Nacional em ES;
- Incentivar a criação de uma Rede Nacional de Formadoras/es em ES.



O resultado das oficinas subsidiou a II Oficina Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária, descrita a seguir.

II Oficina Nacional sobre Formação

A II Oficina Nacional sobre Formação/Educação em Economia Solidária ocorreu entre os dias 16 a 18 de abril de 2007, em Brasília/DF, e foi organizada e coordenada pelo GT de Formação, contando com a participação de 50 formadores/as-educadores/as. No evento realizou-se o debate e aprofundamento de questões e sistematização sobre os seguintes temas:

- Princípios e Diretrizes metodológicas da Formação/Educação em Economia Solidária;
- Política Pública de Formação em Economia Solidária;
- Rede Nacional de Formadores/Educadores em Economia Solidária.

A sistematização do debate nacional sobre a Formação/Educação em Economia Solidária começou na I Oficina Nacional, realizada em outubro de 2005, que contou com a participação de representantes de 40 experiências de formação/educação. As experiências foram registradas em fichas e a discussão coletiva entre seus representantes permitiu a elaboração coletiva de um documento contendo os “Princípios e Diretrizes do Processo Formativo em Economia Solidária”. Este documento foi publicado pela SENAES/MTE e passou a ser uma referência importante sobre o tema.

Centros de Formação

Em setembro de 2007 a SENAES/MTE divulgou o edital de seleção de instituições para implantação dos Centros de Formação em Economia Solidária (CFES). O FBES integrou a Comissão de avaliação das propostas encaminhadas, tendo como representante Adriana Bezerra, do GT de Formação.

O processo de elaboração das propostas para os CFES regionais e nacional refletiu a confluência das ações de formação/educação em economia solidária. Cerca de 100 entidades estaduais entraram em diálogo para encaminhar propostas regionais conjuntas, bem como entidades nacionais construíram conjuntamente o projeto para o CFES nacional. A elaboração das propostas resultou, inclusive, em um seminário de discussão e elaboração da proposta entre as entidades da região sudeste.

A Comissão de Avaliação do edital para os CFES recebeu 39 propostas, tendo sido selecionadas as seguintes entidades:

- Centro de Formação Nacional: Cáritas Brasileira
- Regional Centro-Oeste: Escola Centro-Oeste de Formação Sindical – ECO/CUT
- Regional Nordeste: Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE
- Regional Norte: Universidade Federal do Pará – UFPA
- Regional Sudeste: União Brasileira de Educação e Ensino/Instituto Marista
- Regional Sul: Escola Técnica José César de Mesquita

G.3.4. Marco legal

Mobilização em torno da lei geral e específica do cooperativismo

O FBES tem debatido e incidido nos encaminhamentos sobre a legislação cooperativista. Este é um campo de grandes entraves para o crescimento da Economia Solidária no país, pois a legislação garante o reconhecimento formal da Economia Solidária. Ao mesmo tempo, é um tema complexo, pois mistura aspectos extremamente técnicos e especializados com a dimensão política.

Nos últimos anos, o debate do marco legal na Economia Solidária ficou restrito a duas questões: a Lei Geral do Cooperativismo e a Lei das Cooperativas de Trabalho. Apesar de serem duas questões muito importantes para a Economia Solidária, ainda precisamos avançar buscando a criação do “Estatuto da Economia Solidária” (ou Lei Geral da Economia Solidária), modificações constitucionais que garantam o reconhecimento da economia solidária como setor da economia, o direito ao trabalho associativo e o direito à propriedade coletiva.

Além destes aspectos de legislação também há desafios em relação à propostas tributárias, de previdência e quanto às compras públicas (mercado institucional).

Mobilização em torno do Decreto Presidencial 6.170

O FBES está participando, juntamente com MST, Cáritas, CNBB, ABONG, ASA, INESC, FASE, entre outras entidades, de debates e negociações em torno do Decreto Presidencial 6.170 que se refere à legislação para repasse de recursos públicos à sociedade civil. Este decreto não dá conta das especificidades e condições das entidades sociais.



As propostas que estão sendo defendidas trazem as seguintes questões:

- Formato e artigos são muito mais adaptados à realidade de transferências dentro do poder público do que à realidade das entidades privadas sem fins lucrativos (EPSFL).
- Deve haver outra forma de repasse que parta da emanção da sociedade civil, através de conselhos e fundos, pois o decreto ó trata de repasses em uma via: dos programas governamentais do orçamento para as entidades e governos.
- Simplificação para os convênios com EPSFL abaixo de R\$100.000,00.
- Que o sistema único de cadastro para convênio (SICONV) deve ser de desburocratizar.
- Contrapartida não se aplique a entidades privadas sem fins lucrativos.
- Responsabilização do estado por atrasos no repasse por sua burocracia.
- Avaliação e acompanhamento do governo seja centrada nos resultados e na qualidade dos convênios, e não exclusivamente nos aspectos financeiros.

G.3.5. Articulações Nacionais

Frente Parlamentar em Defesa da Economia Solidária

O lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Economia Solidária (FPES) ocorreu durante a VII Reunião da Coordenação Nacional, no dia 08 de maio/2007. Durante o lançamento, na Câmara dos Deputados, o FBES entregou e leu o Manifesto de apoio à criação da Frente Parlamentar em defesa da Economia Solidária no Brasil.

A coordenação executiva tem mantido diálogo com a FPES e realizou duas reuniões em setembro/2007 nas quais discutiu-se os encaminhamentos em torno da legislação para o cooperativismo e para as entidades sem fins lucrativos e o apoio aos FEESs por meio de emendas parlamentares. A FPES propôs a realização, em conjunto com o FBES, de um Encontro Internacional sobre Marco Legal e atividades de formação para as assessorias parlamentares e deputados/as.

Durante a preparação da IV Plenária Nacional de Economia Solidária, a FPES contribuiu na socialização do material de subsídio aos FEES, tendo reproduzido e enviado por Correios os Cadernos de Aprofundamento aos Debates – Rumo à IV Plenária.

Conselho Nacional de Economia Solidária

O FBES integra o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), tendo quinze representantes de empreendimentos como conselheiros/as. Além desta representação, há a participação de representantes de entidades nacionais e instituições do campo dos movimentos sociais que contribuem no CNES com o debate realizado a partir do FBES sobre políticas públicas e relação sociedade civil e Estado.

A cada reunião do CNES, o FBES reúne seus representantes e convida outras/os conselheiras/os para discutir a pauta e elaborar propostas a serem apresentadas, a partir das definições da sua coordenação nacional.

O FBES compõe o Comitê Permanente do CNES e as Câmaras Temáticas incidindo nas questões que são tema das reuniões.

Desde sua instalação, em 09 de novembro/2006, ocorreram quatro reuniões (novembro/2006, março, junho e outubro/2007).

Conselho Nacional de Segurança Alimentar

A partir de novembro/2007 o FBES passou a ter assento no Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), tendo como representantes Ademar Bertucci/Cáritas Brasileira como titular e José Paulo Crisóstomo/UNICAFES como suplente. Os representantes participaram de duas reuniões do CONSEA: novembro/2007 e fevereiro/2008.

Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

A partir da solicitação do conselheiro Bruno Oliveira, o FBES indicou João Roberto Lopes e Alzira Medeiros para acompanhá-lo nas discussões do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (CNPES).

No seminário temático "A União Européia e o Mercosul: qual é a contribuição das instituições da sociedade civil para a promoção do desenvolvimento regional?", em setembro/2007, o FBES esteve presente e pautou a economia solidária, levando informações sobre o movimento existente no país.

VI Conferência Nacional de Assistência Social

Durante a VI Conferência Nacional de Assistência Social, em dezembro/2007, Shirlei Almeida/IMS representou o FBES e foi painalista na mesa "Inclusão Produtiva e a Política de Segurança Alimentar e Assistência Social".



I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário

O FBES esteve presente, a convite do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Governo de Pernambuco, no lançamento da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, da Campanha Nacional Brasil Rural com Igualdade para as Mulheres, e de Assinatura de Termo de Cooperação em Assistência Técnica e Extensão Rural e Entregas de Veículos e Equipamentos aos Territórios Rurais, em 04 de dezembro de 2007. Rosana Oliveira Pontes de Souza, da Artana/PE, participou do evento representando o FBES.

Em preparação à Conferência, o FBES foi co-organizador com a SDT/MDA e UNICAFES da reunião "O cooperativismo solidário na dinamização econômica dos territórios rurais", ocorrida de 28 a 30 de janeiro, em Brasília. Neste encontro elaborou-se propostas do campo da economia solidária para a conferência.

Fórum Participa

O Fórum Participa é um espaço que visa dar maior transparência à destinação do material apreendido pela Receita Federal. O FBES integra este Fórum representado por Rizioneide Amorim/IMS.

Plataforma BNDES

A partir do seminário intitulado "O BNDES que temos e o que queremos – O papel do banco no financiamento ao desenvolvimento nacional democrático", ocorrido em julho de 2006, pela Rede Brasil e Ibase, deu-se os passos iniciais para a construção de uma Plataforma para o BNDES. Em 2007, duas reuniões realizadas nos dias 16 de maio, no Rio de Janeiro, e outra no dia 25 de maio, em Brasília, deram partida para a elaboração de um documento com uma plataforma de ações que será entregue ao presidente Lula e ao presidente do BNDES, Luciano Coutinho.

O FBES participa desta construção, tendo participado de reuniões ocorridas em 2007. Queremos que o BNDES trabalhe outro tipo de desenvolvimento, baseado em outro conceito de propriedade, não só a privada. Pensar propriedade coletiva.

Seminários Regionais e Audiência Pública sobre o Plano Pluri-Anual 2008-2001

O FBES esteve presente em quatro dos oito seminários regionais que debateram e colheram propostas para o Plano Pluri-Anual 2008-2001 (PPA), além de ter participado da Audiência Pública ocorrida em Brasília.

Os FEES de Santa Catarina, Ceará, Paraíba e Bahia participaram dos seminários de suas regiões e levaram a proposta de inserção no PPA do Programa Nacional de Desenvolvimento da Economia Solidária (PRONADES). Na audiência nacional, o FBES igualmente participou levando esta bandeira, que é a prioritária do eixo Finanças Solidárias.

O PRONADES foi inserido no PPA 2008-2001 como uma ação. O desafio está em ampliar a destinação de recursos para o programa e alçá-lo a um programa específico dentro do PPA.

Salão dos Territórios Rurais

Entre os dias 29 de novembro e 1º de dezembro/2006, em Brasília, aconteceu o Salão Nacional dos Territórios Rurais, no qual o FBES esteve representado. O Salão foi uma promoção da MDA/SDT, tendo como objetivo apresentar o tema do desenvolvimento territorial materializado nas ações capazes de inovar e transformar a realidade do Brasil rural.

Seminário Alimentação Escolar: significados, experiências e perspectivas

Organizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN), foi realizado nos dias 17 e 18 de março/2008 o Seminário Alimentação Escolar: significados, experiências e perspectivas. O FBES esteve representado neste seminário por Alexandre Tkotz/ 4As/ SC.

O seminário abordou informações visando facilitar/aperfeiçoar a implantação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), direcionado principalmente para empreendimentos rurais, em de agroecologia.

Encontro da Coordenadora Ecumênica de Serviços (CESE) com movimentos sociais

O FBES foi convidado a participar do encontro promovido pela CESE, ocorrido em outubro/2007. No encontro foi realizado o monitoramento do trabalho e análise dos desafios da CESE e diálogos com os movimentos sociais.

Reuniões e Congresso da UNICAFES

A UNICAFES tem convidado o FBES para suas atividades, como reuniões de discussão sobre legislação cooperativista e apresentação de seus projetos.

Durante o III Congresso da UNICAFES, o FBES esteve representado por Daniel Tygel e João Roberto Lopes/IBASE, contribuindo nos debates sobre marco legal.



I Congresso Rede ITCP's

A Rede de ITCP's realizou seu primeiro congresso entre os dias 4 e 6 de dezembro/2006, em Itamaracá/PE. O tema do Congresso foi "O Papel das Universidades na Construção da Economia Solidária". Para fazer uma apresentação das ações que o FBES desenvolve, foi convidado, como seu representante Lenivaldo Lima (Usina Catende-Harmonia).

Seminário Tecnologia Social, Incubação de Empreendimentos Solidários e Políticas Públicas

O seminário aconteceu entre os dias 8 e 9 de novembro de 2007, no Rio de Janeiro. O representante do FBES fez exposição na mesa "Sociedade Civil, Incubadoras e Desenvolvimento Local".

O evento promovido pela FASE (Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional) e pela Rede de Tecnologias Sociais (RTS) teve como principais objetivos do seminário:

- Permitir um intercâmbio de idéias entre pessoas e instituições de diversas naturezas envolvidas com as questões da Tecnologia Social e da Economia Solidária.
- Fornecer subsídios conceituais, analíticos e informativos para o processo de acompanhamento e avaliação dos projetos de reaplicação da metodologia de incubação de empreendimentos solidários, que vem sendo realizado pela FASE em colaboração com o Comitê Coordenador da RTS, desde o início de 2007.

Assembléia Popular

Nos dias 21 e 22 de março/2007, Daniel Tygel e Luigi Verardo (ANTEAG) participaram da Plenária preparatória para a Assembléia Popular representando o FBES.

8º Fórum Internacional de Software Livre

Nos dias 12 a 14 de abril ocorreu a oitava edição do Fórum Internacional de Software Livre. O FBES, representado por Daniel Tygel participou do Fórum e realizou reuniões com cooperativas de desenvolvimento de software, com a Cultura Digital, e com integrantes do Casas Brasil, para termos as primeiras reuniões técnicas para desenhar o plano de trabalho do Sistema FBES de articulação de atores da Economia Solidária

G.3.6. Relações Internacionais

Grupo de Trabalho de Relações Internacionais FBES/SENAES (GTRI)

Em setembro de 2007 houve uma consulta às/aos participantes do GTRI sobre a sua continuidade no grupo, ficando com a seguinte composição de representantes do FBES: Francisco Lucena – ADS/CUT, Maria Zanin – Rede ITCPs, Francisco Mazzeu – Rede Unitrabalho, Shirlei Almeida e Rizoneide Amorim – IMS, Marcos Arruda – PACS, Ademar Bertucci – Cáritas, Luigi Verardo – ANTEAG, Maria Dalvani, Alexandre Tkotz e Ary Moraes – Empreendimentos.

Há uma crescente demanda de trabalho e de atividades no campo internacional da economia solidária, que o GT tem buscado discutir e encaminhar por meio da lista virtual, frente às dificuldades de encontros presenciais.

No período de setembro/2006 a março/2008, o GTRI realizou 5 reuniões. No entanto, tais reuniões foram concomitantes a eventos ou com parte de seus integrantes o que prejudica o detalhamento das ações e do trabalho a ser desenvolvido nos momentos seguintes. A agenda do GTRI tem estado pautada por eventos e ações junto às redes internacionais e pela realização de atividades na Feira de Economia Solidária do Mercosul, Feira Panamazônia de Economia Solidária e Fórum Social Mundial.

III Feira de Economia Solidária do Mercosul

Durante a 14ª Feira do Cooperativismo, ocorrida de 06 a 08 de julho/2007 em Santa Maria/RS, o FBES foi co-organizador das seguintes atividades:

- Reunião preparatória das Redes Latino-americanas de Economia Solidária e Comércio Justo: 06 de julho/2007;
- III Seminário Latino-americano de Economia Solidária e Comércio Justo: outra integração regional é possível: 07 de julho/2007
 - Mesa 1 – RIPESS e as Redes Nacionais de Economia Solidária e Comércio Justo.
 - Mesa 2 – Experiências de cadeias e de redes de comercialização regionais: esforços de integração comercial solidária na América Latina
 - Mesa 3 - O Contexto Econômico e Sociopolítico Latino-americano e suas implicações para os Empreendimentos de Economia Solidária: uma integração solidária é possível.



- Reunião de avaliação das Redes Latino-americanas: 08 de julho/2007, quando foi finalizada a Carta do III Seminário Latino-americano de Economia Solidária e Comércio Justo: outra integração regional é possível. A carta foi assinada pelo FBES e por dezenove redes latino-americanas de economia solidária presentes na Feira.

Feira PanAmazônia de Economia Solidária

A Feira PanAmazônia de Economia Solidária aconteceu entre os dias 26 e 30 de setembro, em Rio Branco/AC. Entre os objetivos da Feira estava fortalecer a organização coletiva em nível local, regional, nacional e internacional, assim como o Comércio Justo e o Consumo Consciente.

Participaram da Feira representantes dos oito estados da Amazônia brasileira (Rondônia, Mato Grosso, Tocantins, Maranhão, Pará, Amapá, Roraima e Amazonas), além de representantes das redes nacionais e produtores de sete países vizinhos: Bolívia, Venezuela, Peru, Colômbia, Equador, Chile e Uruguai.

A coordenação executiva do FBES, o GTRI e o GT do SBCJS estiveram presentes na feira, tendo participado da mesa de abertura do evento, além de ter organizado e coordenado as seguintes atividades:

- Reunião das Redes Internacionais e GTRI: dia 25 de setembro/2007;
- Seminário Latino-Americano de Desenvolvimento Sustentável e Economia Solidária: 27 de setembro/2007;
- Oficina sobre o Sistema Brasileiro de Comércio Justo e Solidário: 28 de setembro/2007;
- Oficinas sobre Desenvolvimento das Cadeias Produtivas e de Debate Rumo a IV Plenária Nacional de Economia Solidária: 29 de setembro/2007.

Fórum Social Mundial/2007

Durante o FSM2007 (Nairóbi) houve várias atividades simultâneas de economia solidária e comércio justo inscritas por organizações brasileiras, FBES, Ação Comunitária, IMS, FACES, etc. Representando o FBES neste evento estiveram Ary Moraes, Sandra Praxedes e Rosemary Gomes.

Como responsabilidade do FBES houve duas: uma conferência temática sobre cadeias produtivas e organização da confluência da economia solidária. Além dessas, outras articulações fora do espaço do estádio onde ocorreu o FSM: realizou-se duas grandes reuniões entre redes internacionais (dia 20 e dia 22 de janeiro) e coordenação conjunta com o IFAT de uma conferência de confluência da economia solidária com o comércio justo.

Essas atividades ocorreram, dentro da conjuntura e dificuldades, com muito sucesso e contando sempre (menos nas reuniões de redes) com a presença do secretário nacional Paul Singer e de muitos amigos brasileiros do FBES e demais organizações parceiras da economia solidária.

A conferência sobre as cadeias produtivas foi unificada com uma atividade do FACES, que de forma muito solidária abriu a possibilidade de usarmos o mesmo espaço físico que contava com os equipamentos para tradução e uma tradutora para o inglês. Isso foi importante, pois era muito difícil nessa edição do FSM contar com tradutores. Com essa unificação das atividades pudemos relacionar o relato das experiências das cadeias produtivas do FBES, com a política nacional para um sistema público de comércio justo e solidário o que fez uma complementação de conteúdos e aumentar bastante nosso público. Foram integrantes desta mesa: Ary Moraes (FBES), Fabíola Zerbini (FACES), Cristina (MST – Via campestre) e um companheiro da plataforma africana de produtores do comércio justo - COFTA.

O plano de trabalho conjunto das redes de economia solidária e do movimento de comércio justo para 2008, construído em duas reuniões, foi levado e lido na Conferência de Confluência Geral do Eixo 21, no qual estava situado a temática economia solidária e comércio justo. Esse documento recebeu assinaturas entorno de quarenta redes e fóruns nacionais que estavam presentes no evento e de mais dez redes nacionais latinas via listas de comunicação virtuais. O documento e a lista de assinaturas foram encaminhados ao Comitê Internacional do FSM através de Carola Reintjes (IDEAS/REAS), Maleye Guèye (RIPESS-continentes Africano) e Rosemary Gomes (FBES/RIPESS-AL).

Fórum Social Mundial/2009

O FSM/2009 será em Belém/PA, entre os dias 27 de janeiro a 1º de fevereiro.

Durante a IV Plenária Nacional de Economia Solidária, a coordenação executiva do FBES esteve reunida com representantes do Governo do Pará para discutir o trabalho preparatório ao FSM no que se refere às atividades da economia solidária.



Rede Internacional de Promoção da Economia Social e Solidária (RIPESS)

O FBES integra o Conselho Administrativo e o Comitê de Enlaces da RIPPES.

Houve a participação do FBES em duas reuniões do Conselho Administrativo que ocorreram em Montreal/Canadá:

- Em 14 e 15 de novembro/2006: nesta reunião, que contou com a participação de representantes da América Latina, do Canadá, da Austrália, África e da Europa, foi construída uma agenda para 2007 e 2009, prevendo encontros na Europa e na África; além disto elaborou-se uma proposta de planejamento da RIPESS. A partir desta reunião definiu-se a criação de um escritório central da RIPESS e para a integração sul-sul. Participaram desta reunião Daniel Tygel e Shirlei Almeida.
- Em 28 de fevereiro e 01 de março/2008: reunião em Montreal/Canadá. O FBES esteve representado por Daniel Tygel e Rosemary Gomes. A pauta desta reunião esteve direcionada para preparação do 4º Encontro de Internacional de Globalização da Solidariedade, em Luxemburgo/2009, avaliação das atividades realizadas após a reunião anterior do Conselho Administrativo, plano de ação da RIPESS 2008/abril 2009.

Na seção América Latina da RIPESS, foi realizado o encontro Lima+10, entre os dias 28 a 30 de novembro/2007. Representaram o FBES neste encontro Daniel Tygel, Ary Moraes e Rosemary Gomes. O objetivo do evento foi o planejamento e regulamentação da Rede na América Latina. Também, foi iniciada a organização do evento do Uruguai, previsto para outubro de 2008 e que será a continuação dos encontros latino-americanos de Cochabamba (2005) e Havana (2007), e tem como objetivos:

- a) definir as contribuições da América Latina para o IV Encontro de Globalização da Solidariedade previsto para ocorrer em Luxemburgo, 2009;
- b) consolidar os trabalhos iniciados em Lima+10;
- c) definição dos delegados da América Latina para o IV Encontro de Globalização da Solidariedade de 2009.

Foram criados seis comitês nos quais o FBES terá assento. A atuação dos comitês será no aprofundamento das propostas desenhadas durante o encontro Lima+10. Cada um destes comitês apresentará então uma proposta de plano de ações mais detalhada no evento do Uruguai 2008. Os comitês criados foram:

- Gênero e Economia Solidária/Comércio Justo;
- Grupo provisório de Formação, com o objetivo de preparar um levantamento inicial de entidades de formação em economia solidária e comércio justo e de preparar uma Oficina sobre Formação que ocorrerá durante o encontro do Uruguai/2008;
- Grupo provisório de Mapeamento, com o objetivo de preparar uma proposta inicial de metodologia para uma ação em nível latino-americano de mapeamento da economia solidária e comércio justo;
- Comércio Justo;
- Finanças Solidárias;
- Grupo provisório do Observatório de economia solidária e comércio justo, com o objetivo de desenhar uma proposta inicial de plano de ação para se criar um Observatório de Economia Solidária e Comércio Justo.

O FBES contou com a participação RIPESS na IV Plenária Nacional de Economia Solidária, com a presença de Nedda Angulo, do GRESP/Peru, que é a secretaria operativa da RIPESS na América Latina.

II Encontro Latino Americano de Comércio Justo e Economia Solidária

O encontro organizado pela RIPESS aconteceu de 20 e 23 de fevereiro/2007, em Havana/Cuba. O FBES esteve representado pelo Instituto Marista de Solidariedade que apresentou a experiência do Programa Nacional de Feiras de Economia Solidária.

O encontro foi uma oportunidade para estreitar laços da articulação latino-americana dentro da temática da economia solidária e o comércio justo.

II Cúpula da Economia Social do Quebec/Canadá

Como primeira ação do projeto de parceria entre o Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES e o Canteiro de Economia Social e Solidária (Quebec/Canadá), uma delegação brasileira representou o FBES e participou da Cúpula e Feira Nacionais de Economia Social e Solidária, organizado pelo Canteiro em Montréal/Quebec, nos dias 16 e 17 de novembro/2007.

A delegação do FBES foi composta por Walmir de Almeida (Cooperinca), Evandro Luzia (Rede de Gestores), Shirlei Almeida (IMS) e Daniel Tygel.



A comemoração de 10 anos do Canteiro e a perspectiva da economia social no Quebec foram os objetivos do evento que contou com representantes de vinte países. Do Brasil também estava presente Paul Singer que falou da experiência da I Conferência Nacional de Economia Solidária, sendo traduzido pelo Daniel Tygel.

A Feira aconteceu em Abitibi, no interior do Quebec. Nesta visita, a delegação encontrou-se com o representante da regional do Canteiro, visitou uma cooperativa produtora de mudas florestais e tomates com a tecnologia da hidroponia e, durante a feira, participou da oficina sobre os conceitos de economia social e solidária.

A avaliação junto com Canteiro foi no sentido da continuação do intercâmbio entre Brasil e Quebec. O Canteiro interessa-se pelo tema das cadeias produtivas e pela interiorização da organização da economia solidária que vem acontecendo a partir do FBES. Outra proposta é a troca de material, realizar traduções, bem como visitas do Canteiro ao Brasil. Para o Brasil, fica a experiência que o Canteiro tem de sistema de finanças solidárias com milhares de pessoas sócias e que condiciona vários aspectos da vida social.

Encontro de Economia Solidária: outras economias acontecem no Sul

O encontro aconteceu de 14 a 17 de novembro/2007, em Temuco/Chile, com a proposta de fortalecer a construção de “novos conteúdos e novos continentes”. O FBES recebeu o convite do Espaço Mercosul Solidário e foi representado por Rizoneide Amorim (IMS).

No ciclo de debate do Espaço Mercosul Solidário, a representante apresentou o FBES, sua organização (estrutura e funcionamento) e os avanços e desafios que temos no Brasil, as políticas públicas em construção, o CNES e FPES, bem como os Programa em desenvolvimento, em especial, o Programa de Promoção do Comércio Justo e do Consumo Consciente: feiras em rede de economia solidária e agricultura familiar no Brasil.

Encontro Economía, Sociedad y Política: La Construcción de Alternativa

O evento discutiu a economia solidária dentro do contexto das esquerdas na atualidade. O debate focou especialmente na perspectiva aglutinadora e transformadora da economia solidária, da situação em países progressistas (em especial Bolívia, Equador, Cuba e Venezuela) e sobre a relação entre economia solidária e o estado nestes contextos, incluindo aí também o Brasil, a Argentina, Uruguai entre outros.

Daniel Tygel representou o FBES e participou de uma mesa apresentando o tema “O movimento de economia solidária no Brasil e algumas reflexões sobre sua relação com o estado”. O evento foi em Buenos Aires entre os dias 03 e 05 de dezembro/2007.

Plataforma Multisectorial de Promoción y Desarrollo de la Economía Solidaria en Bolivia

O FBES realizou duas reuniões com a Plataforma Multisectorial de Promoción y Desarrollo de la Economía Solidaria en Bolivia: durante a III Feira de Economia Solidária do Mercosul e no encontro Lima+10. A proposta é realizar uma parceria de cooperação em torno de um projeto comum Brasil/Bolívia.

G.4. IV Plenária Nacional de Economia Solidária

G.4.1. Mobilização e construção

A IV Plenária ocorreu entre 26 e 30 de março de 2008, mas sua preparação iniciou no segundo semestre de 2006.

Na VI Reunião da Coordenação Nacional, em junho/2006, foi formada a Comissão de Reestruturação do FBES e sinalizado que aconteceria a IV Plenária Nacional de Economia Solidária no ano seguinte. Em 10 de outubro de 2006, a Coordenação Executiva propõe uma ampla mobilização e debates rumo à IV Plenária Nacional de Economia Solidária. Esta é a **primeira fase** deste processo que se concretizou com a realização de debates em reuniões dos Fóruns Estaduais e, no início de 2007 (janeiro e fevereiro), com a realização de Encontros Regionais nas 5 macro-regiões do país, chamados de Encontros Regionais de Reestruturação. Esta fase intitulou-se FBES: Por um novo modelo de organização da Economia Solidária.

Depois da realização destes Encontros Regionais, ocorreu a **segunda fase**, que consistiu na sistematização, pela Comissão de Reestruturação, dos resultados e no lançamento da IV Plenária durante a VII Reunião da Coordenação Nacional do FBES, em maio de 2007. Nesta reunião deliberou-se sobre a IV Plenária:



- Eixos prioritários: formação, finanças solidárias, marco legal e produção, comercialização e consumo solidários;
- Eixo agregador: projeto de desenvolvimento;
- Questões a serem abordadas:
 - conceituais: papel do FBES, de cada segmento;
 - estratégicas: alianças estratégicas do FBES, visão a longo prazo: início de planejamento estratégico para os próximos 3 a 5 anos;
 - regimentais: instâncias do FBES, sua composição e quantidade de pessoas; critérios para ser entidade nacional, para ser Fórum Estadual, para ser gestor público;
- Participantes: 60% representantes de empreendimentos, 20% de entidades de assessoria e 20% de gestores públicos;
- Comissão Organizadora Nacional: Coordenação Executiva do FBES;
- Local e data: Brasília, março/2008.

A **terceira fase** é marcada pela *Caravana Rumo à IV Plenária Nacional de ES*: trata-se de 5 Seminários Regionais com a participação dos/das representantes da Coordenação Nacional do FBES (em torno de 3 por estado) e de uma pessoa de cada estado responsável pela comunicação entre a Comissão Organizadora Nacional da Plenária e a Comissão Organizadora Estadual. Estes seminários, de 15 de agosto até 6 de setembro de 2007, foram momentos de estudo e aprofundamento que prepararam os/as representantes estaduais para a mobilização e orientações nos debates dentro do estado. Os seminários abordaram os eixos e as questões prioritárias para a IV Plenária, tendo como debatedoras/es para cada eixo integrantes da Comissão Organizadora Nacional, dos GTs de Formação, Finanças Solidárias, PCCS e Marco Legal.

A partir das discussões ocorridas nos Seminários, a Comissão Organizadora Nacional produziu o *Caderno de Aprofundamento aos Debates – Rumo à IV Plenária*. Este documento foi elaborado por várias mãos, de todas as regiões do país e pelos três segmentos, foi um dos subsídios para a fase seguinte.

A **quarta fase** consiste na realização das atividades preparatórias às Plenárias Estaduais e na realização das Plenárias Estaduais, que culminaram na IV Plenária Nacional de Economia Solidária.

Os Fóruns Estaduais realizaram mais de 130 atividades preparatórias: seminários, oficinas, plenárias micro-regionais e grupos de estudo. Estas atividades tiveram como objetivo debater os eixos e questões da IV Plenária, construindo desde cada localidade as propostas para o FBES.

No período de dezembro/2007 a fevereiro/2008, aconteceram plenárias estaduais em 25 estados. As discussões sobre os eixos e sobre a natureza/organização do FBES ocorridas nos estados foram o conteúdo do Documento-base da IV Plenária Nacional, o qual foi divulgado eletronicamente em 10/março/2008 para os Fóruns Estaduais de Economia Solidária.

Neste processo preparatório para a IV Plenária, a Comissão Organizadora Nacional realizou reuniões de trabalho, acompanhou atividades pré-plenárias estaduais e as 25 plenárias estaduais, elaborou documentos de subsídio e de acúmulo das discussões da economia solidária. Dentre estas atividades:

- Oficinas de debate sobre os eixos da IV Plenária em feiras: a Comissão Organizadora Nacional realizou atividades na Feira de Santa Maria/2007, Feira Mineira de Economia Popular Solidária e na Feira PanAmazonia.
- Reunião com as pessoas-ponte: em fevereiro/2008, na qual se encaminhou a finalização do documento-base nacional, avaliou-se as plenárias estaduais e foi apresentada a proposta de metodologia da Plenária.

G.4.2. A Plenária

A IV Plenária Nacional de Economia Solidária ocorreu no Centro de Treinamento Educacional da Confederação dos Trabalhadores da Indústria, em Luziânia/GO. Estiveram presentes na plenária 288 delegadas/os, sendo 194 de empreendimentos, 58 entidades de assessoria e 37 gestão pública. Entre observadoras/es houve a presença de doze indicadas/os pelos Fóruns Estaduais, quatro de Entidades/Redes Nacionais, dez do Governo Federal, de seis pessoas representando Redes Internacionais.

Para a realização da IV Plenária, a Comissão Organizadora Nacional contou com a contribuição de 26 facilitadoras/es para os trabalhos em grupos e sistematização e, também, apoio operacional, todas/os trabalhadoras/es dos segmentos da economia solidária. Para as atividades culturais, dinâmicas, místicas e feira de trocas duas comissões foram formadas por cinco representantes dos Fóruns Estaduais. Durante a IV Plenária, estas duas comissões unificaram-se na Equipe de Mística, Dinâmica e Trocas, e a partir do trabalho coletivo realizado nos quatro dias, as/os integrantes decidiram formar um empreendimento solidário.



A metodologia proposta pela Comissão Organizadora Nacional privilegiou trabalhos em grupos por temática, discussões em mini-plenárias por eixo, dois momentos de plenária geral voltados para os grandes objetivos da IV Plenária:

1. Construir o projeto de desenvolvimento para o Brasil e definir as bandeiras de luta do FBES: A Plenária alcançou detalhar 25 bandeiras de luta, indicando as orientações de ações e principais alianças, além de um conjunto de orientações para os 4 eixos prioritários e para o projeto de desenvolvimento.
2. Definir a natureza, estrutura e funcionamento do FBES: A plenária deliberou sobre 35 dos 39 itens referentes a este objetivo. Quanto à sua natureza, definiu-se que o FBES é um instrumento e espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais pela construção da economia solidária como base fundamental de outro desenvolvimento sócio econômico do país que queremos. Sobre os segmentos e representação, ficaram definidos critérios para serem reconhecidos empreendimentos solidários, entidades de assessoria local e gestores públicos. Dos itens sobre estrutura e funcionamento, foram deliberados em plenária critérios para Fóruns locais/estaduais e para as Redes/Entidades nacionais; e definidas questões sobre Plenária e Coordenação Nacional. Os quatro itens sobre estrutura e funcionamento que não foram deliberados na IV Plenária, serão encaminhados para a VII Reunião da Coordenação Nacional.

Apesar desta plenária não ter se debruçado sobre um eixo específico de relações internacionais, uma das noites foi dedicada a esta temática, reforçando a importância do debate da Economia Solidária para além do país, envolvendo especialmente a América Latina. A primeira atividade foi a mesa de diálogo com convidadas/os internacionais: Nedda Angulo, do Peru, representando a Rede Intercontinental de Promoção da Economia Social e Solidária - RIPESS; Pablo Guerra, do Uruguai, representando o Espaço Mercosur; Rosangela Alves, da Universidade de Kassel (Alemanha); Charles e Jean-François, do Chantier (Quebec-Canadá). No encerramento da mesa, foi anunciada a publicação do livro "Ousar a solidariedade: partilha de práticas de economia social e solidária no Brasil e no Quebec", elaborado pelo FBES e pelo Chantier e impresso em português e em francês, que foi entregue a todas as delegações estaduais presentes na plenária.

Além do trabalho intenso em torno dos objetivos alcançados acima, a IV Plenária foi espaço para várias atividades autogestionárias: reuniões para discutir questões de gênero, políticas públicas, relações internacionais. Encontros dos fóruns estaduais por região, reuniões da Rede de Gestores e da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária.

Todas as atividades desenvolvidas durante a Plenária foram registradas em foto e vídeo pela equipe de comunicação do Núcleo de Solidariedade Técnica (SOLTEC), do Rio de Janeiro.

Estes são apenas alguns exemplos das conquistas históricas desta plenária, que dão as bases para uma nova estrutura do FBES (em nível nacional, estadual, microrregional e municipal) que corresponda aos desafios a serem enfrentados daqui para frente, até a próxima plenária nacional, que ocorrerá, também segundo deliberação, em 3 anos.

